



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 133

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 19 de abril de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a apresentação de diversos votos. A saber:

- **Voto de Saudação “enaltece luta dos trabalhadores da EDA, SATA e Portos dos Açores pela defesa de direitos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José Cascalho, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

- Voto de Congratulação pelo “25º Aniversário do Grupo Folclore e Etnográfico Modas da Nossa Terra”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Lima, a quem coube a apresentação do voto e António Ventura (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pela atribuição do “Prémio do Comité Europa Nostra”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto, feita Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelos “100 anos da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo, usaram da palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira, para fazer a sua apresentação, e o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter conquistado a Taça de Portugal de Voleibol Feminino”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação que coube ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

- Voto de Protesto – “Contra o corte do subsídio de férias e do 14º mês e a suspensão das reformas antecipadas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Zuraída Soares, iniciou-se o debate onde usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O voto supracitado foi aprovado por maioria,

- Voto de Pesar pelo “falecimento de Manuel Emílio Porto”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, feita pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo “falecimento de Fernando Melo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual também foi aprovado por unanimidade.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Alzira Silva, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Voto de Pesar pelo “falecimento de Januário Faria de Andrade”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, usou da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

No debate participaram o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Agenda da Reunião:

1 – Continuação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março - estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

2- Parecer sobre o relatório apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, relativo a matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”;

Após a leitura do relatório feita pelo Relator da Comissão, Sr. Deputado Duarte Moreira, usaram da palavra os Srs. Deputados José Lima (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires

(*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

3 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 17/2012 – “Acesso ao serviço de televisão nas Ilhas das Flores e do Corvo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado José Cascalho (*BE*), o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

4 - Projeto de Resolução n.º 17/2012 – “Acesso ao serviço de televisão nas Ilhas das Flores e do Corvo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Apresentado o projeto pelo Sr. Deputado José Cascalho (*BE*), iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Paulo Ribeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

5 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre Anteprojeto de Lei 3/2012 - Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, e n.º 5/2006, de 31 de agosto, o qual foi aprovado por unanimidade.

6 - Anteprojeto de Lei 3/2012 - Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, e n.º 5/2006, de 31 de agosto.

Após a intervenção dos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Berto Messias (*PS*), o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a aprovação, por unanimidade, do requerimento que solicita à Assembleia da República, ao abrigo nº 2, do artigo 36º, do Estatuto Político-Administrativo, e do nº 2, do artigo 160º, da Constituição, a declaração de urgência de processamento da Proposta de Lei na Assembleia da República.

7 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 20/2012 – “prorrogação do prazo para a apresentação do relatório por parte do grupo de trabalho encarregue de elaborar um estudo circunstanciado definindo o conceito de serviço público de audiovisual otimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, o qual foi aprovado por unanimidade;

8- Projeto de Resolução n.º 20/2012 – “prorrogação do prazo para a apresentação do relatório por parte do grupo de trabalho encarregue de elaborar um estudo circunstanciado definindo o conceito de serviço público de audiovisual otimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, também aprovado por unanimidade;

9- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional 7/2012 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março - Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e aprovado por unanimidade;

10- Projeto de Decreto Legislativo Regional 7/2012 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março - Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado José Rego, usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

11 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 21/2012 - Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de

IRC, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM, aprovado por unanimidade;

12- Projeto de Resolução nº 21/2012 - Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de IRC, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM, aprovado por unanimidade;

13 - Pedido de autorização para constituição como arguidos e consequente interrogatório nessa qualidade, dos Deputados António Lima Cardoso Ventura e Artur Manuel Leal de Lima no âmbito do processo de inquérito 565/11. 1TAAGH, que corre termos no Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo, aprovado por maioria.

Por fim foi aprovada a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de abril de 2012**.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos iniciar a nossa reunião plenária de quinta-feira, com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José **Gabriel** **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o nosso PTAP com os votos. Deram entrada na mesa, creio que nove votos.

Vamos começar com a apresentação do Voto de Saudação apresentado pelo BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

A política da troika, assumida como caminho para Portugal pelo PS, PSD e CDS, tem como fim último reduzir de forma drástica o salário de quem trabalha, desregular a favor do capital as relações de trabalho, retirar os direitos de quem trabalha e de quem é reformado. Em suma, empobrecer aqueles que vivem do seu trabalho ou das suas pensões, realizando uma brutal transferência da riqueza para as mãos do capital financeiro.

Estes objetivos traduzem-se num gigantesco desemprego, no confisco do subsídio de férias e do 14º mês por tempo indeterminado, nas alterações ao código de trabalho, nos ataques ao serviço público de saúde e educação, na redução dos apoios sociais, na privatização da segurança social, entre outras medidas, que consubstanciam o maior ataque àqueles e àquelas que nada mais têm do que a força do seu trabalho.

O resultado desta política faz-se sentir nos Açores de forma aguda e com as consequências à vista, nomeadamente, com a perda de direitos dos trabalhadores na EDA, na SATA e nos Portos dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Bem que tentam pôr o povo na rua, mas eles continuam em casa!

O Orador: Assiste-se neste contexto ao rasgar das Convenções Coletivas, à discriminação salarial, à redução de direitos e à redução salarial. É o caso da EDA, em que os direitos dos trabalhadores são postos em causa e onde a distribuição dos dividendos da parte privada permanece intocável.

Assim, o Grupo Parlamentar do BE/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saudar a resistência dos (as) trabalhadores (as), contra estas práticas e políticas, os quais justamente lutam pelos seus direitos, nas formas constitucionalmente previstas, como sejam as greves, plenários e concentrações que têm desencadeado e continuarão a levar por diante na defesa dos seus direitos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC), à Comissão de Trabalhadores da SATA, ao Sindicato Indústrias Elétricas do Sul e Ilhas (SIESI), à Comissão de trabalhadores da

EDA, ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e à Comissão de Trabalhadores dos Portos dos Açores.

Horta, 18 de Abril de 2012

Os Deputados do Bloco de Esquerda/Açores: José Cascalho e Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deve ficar claro na discussão deste Voto de Saudação que o Partido Socialista é, desde sempre, desde o início e da sua criação, um dos principais defensores dos direitos dos trabalhadores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Direitos tão essenciais, como o direito à greve, o direito à reivindicação e a um rendimento justo.

Estes direitos, que não consideramos como privilégios, fazem parte de toda a nossa história e ninguém neste plenário poderá negar que o Partido Socialista foi um dos principais protagonistas na implementação destes direitos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Permitam-me referir também que a forma como está construído este voto não é, na opinião do Partido Socialista, a mais correta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: Concordamos com o direito à greve, concordamos com o direito à reivindicação, mas não podemos estar de acordo com o Bloco de Esquerda quando afirma que o Partido Socialista tem, como fim último, reduzir, de uma forma drástica, o salário de quem trabalha, desregular, em favor do capital, as relações de trabalho e retirar os direitos de quem trabalha e de quem é reformado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então, quem é que está no Governo?

O Orador: O Partido Socialista assume a sua herança, assume o trabalho que foi realizado pelo seu Governo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e defende todos os compromissos que foram sufragados pelo povo português.

Aquilo que não defendemos é a austeridade pela austeridade.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A austeridade que vai para além da troika, a austeridade que gera o desemprego...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que gera as falências, que retira a confiança aos empresários para investir.

A austeridade do engano, quando enganamos os portugueses. Prometemos que não vamos retirar os salários e retiramos os salários aos portugueses.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Somos contra a austeridade dissimulada, quando se aprovam medidas nas costas dos portugueses, como foi o caso da suspensão das reformas antecipadas.

Somos contra a austeridade ideológica em que, paulatinamente, se destrói a possibilidade dos portugueses terem uma saúde gratuita,...

Deputado João Costa (PSD): E as taxas moderadoras?

O Orador: ... a possibilidade dos portugueses terem pensões públicas e uma educação pública.

Somos contra a austeridade mesquinha e populista.

Somos contra dizer que os direitos são privilégios.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Somos contra a austeridade da vingança e da represália...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh! A represália e a vingança que os senhores praticam!

O Orador: ... em que um governo (e sabemos disso nos Açores) promete a represália e a vingança, quando a austeridade não é nivelada para todos por igual.

Temos aplicado aquilo que temos sido obrigados a aplicar, pelo Orçamento de Estado e pelas medidas da troika.

Deputado João Costa (PSD): Ah! Medidas da troika! Muito bem!

O Orador: Este tem sido sempre um compromisso que temos estabelecido. Veja-se, por exemplo, o caso da SATA. Tendo em conta a situação deste setor, sabemos, particularmente neste caso, que já foram transmitidas orientações, pelo Governo Regional, ao Conselho de Administração da SATA (e queremos que essa orientação seja cumprida pela nova titular),...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... para se aplicar exatamente a mesma solução à SATA que foi aplicada à TAP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a EDA?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a EDA?

O Orador: Este tem sido o nosso compromisso de combater a austeridade pela austeridade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a EDA?

O Orador: ... e de tudo podermos fazer para que ninguém fique para trás. Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Este voto é tipo do Bloco de Esquerda, que só sabe protestar e não sabe apresentar uma única medida...

Deputada Zuraida Soares (BE): Por acaso estamos a saudar!

Deputado José Cascalho (BE): Estamos a saudar!

O Orador: ... um único contributo para a economia regional e nacional.

É a política do Bloco de Esquerda que desistiu da política regional, porque já não tem capacidade de a fazer e passa a vida a falar do Governo da República.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostava de perguntar ao Sr. Deputado José Cascalho qual é o salário mínimo da Albânia? Qual é o 13º mês?

Deputada Zuraida Soares (BE): Oh, Sr. Deputado!... O senhor é que desistiu da política regional!

O Orador: Quais são os direitos dos trabalhadores na Albânia? Quais são os direitos dos trabalhadores dos países que os senhores defendem e tanto proclamaram...

Deputada Zuraida Soares (BE): Já ninguém acredita nisso!

O Orador: ... e onde se inspiraram para a formação do vosso Bloco de Esquerda?

Não esperava do Sr. Deputado Francisco César o discurso que aqui fez.

Quem é que votou o PEC I, o PEC II, o PEC III...

Deputado Francisco César (PS): Austeridade sufragada!

O Orador: ... que retirou direitos aos trabalhadores, retirou salários, retirou reformas, congelou reformas aos mais pobres? Foi o Partido Socialista, Sr. Deputado!

O senhor não pode passar a esponja. Os senhores são os responsáveis pelo descalabro em que se encontra o país. Chama-se Partido Socialista! José Sócrates!

Deputado Francisco César (PS): Não lhe posso responder, Sr. Deputado!

O Orador: Vamos a caminho do descalabro regional. Sabe quem são os responsáveis? São os senhores, com uma taxa de desemprego elevadíssima, com 20 mil desempregados,...

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia!

O Orador: ... com o último lugar na coesão nacional, Sr. Deputado. Somos os últimos classificados na coesão!

Deputado José Gaspar Lima (PS): Olhe os submarinos!

O Orador: O falhanço total da vossa política, porque os senhores não olharam para os mais pobres e para os mais desfavorecidos, Sr. Deputado Francisco César.

Relembro: quem assinou/negociou o contrato da troika foi o Partido Socialista.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Francisco César (PS): Com quem?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Juntos conseguiram levar o país à falência!

O Orador: José Sócrates e Teixeira dos Santos.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para fazer uma intervenção.

Presidente: Não pode.

Deputado Francisco César (PS): Peço desculpa.

Presidente: Relembro que os votos permitem, a cada grupo e representação parlamentar, falar por uma só vez. Os grupos parlamentares têm 3 minutos e as representações parlamentares têm 2 minutos.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata não só respeita como faz por garantir os direitos dos trabalhadores portugueses,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como?

O Orador: ... constitucional e legalmente, consagrados.

Chegámos a este ponto, no nosso país, por responsabilidade de alguém.

Portugal não está atravessando o momento que vivemos, por responsabilidade do Governo do PSD e do CDS.

Há uma responsabilidade política e inequívoca dos Governos do Partido Socialista,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... do país e dos Açores,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... no estado da economia, do país e dos Açores.

É verdade que há uma crise internacional que afetou e afeta o nosso país, mas também é verdade que houve inépcia e má governação socialista, um estado de decisão política que conduziu a uma profunda crise, económica e financeira,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que o Governo da República procura resolver junto dos nossos credores internacionais.

Deputados João Costa (PSD) Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É preciso lembrar, às Sras. e aos Srs. Deputados, que temos um acordo financeiro com a troika, que permite ao país saldar os seus compromissos. Se não fosse desta maneira não havia dinheiro para pagar salários...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não diga isso!

O Orador: ... não havia dinheiro para o Estado cumprir com as suas funções, não havia alternativa para Portugal.

Este é o momento que vivemos e esta é a realidade que alguns partidos da esquerda parecem não compreender ou não querer compreender.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Somos a favor de um país que possa viver melhor;

Somos a favor de uma economia que possa funcionar;

Somos a favor de uma economia que gera empregos, riqueza, que proteja as pessoas, especialmente os mais desfavorecidos.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, francamente!

O Orador: Somos a favor da salvação de Portugal, porque é disso que estamos a falar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não desistimos de salvar Portugal!

Não desistimos de Portugal, nem dos portugueses, ao contrário dos senhores,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que criticam todas as medidas tomadas pelo Governo e depois, como o Bloco de Esquerda, apresentam votos de saudação criticando o acordo

com a troika, porque acham que o acordo com a troika é a fonte de todos os males.

Não pensamos assim!

Não agimos desta maneira!

Deputada Aníbal Pires (PCP): Olhe a história da troika, Sr. Deputado!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente. É a última frase.

Este Governo da República não está a tomar medidas pesadas, gravosas para os portugueses, por gostar destas medidas.

Deputado Francisco César (PS): Por razões ideológicas, Sr. Deputado!

O Orador: Nenhum governo o faz. Só o faz...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Por falta de jeito!

O Orador: ... porque elas são exatamente necessárias para combater o socialismo da pobreza que os senhores inventaram e aplicaram em Portugal.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu vou votar favoravelmente este voto de protesto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Voto de saudação!

O Orador: Mas este voto de protesto está incompleto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esse voto não é de protesto!

Deputada Zuraída Soares (BE): Voto de saudação! É de saudação!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão já percebeu que se trata de um voto de saudação, a não ser que tenha outro pensamento sobre isso. Tem o direito de continuar. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Em relação à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, considero que o senhor esquece aquelas que são as responsabilidades do seu partido na governação.

O senhor inventou aqui um conceito, a austeridade populista. Gostava de saber o que é isso, de austeridade populista e se austeridade algumas vez pode ser populista.

O que lhe quero dizer fundamentalmente é que populismo foi o que o seu governo, o Governo do Partido Socialista, praticou ao longo destes anos, provocando um desequilíbrio orçamental gravíssimo, dos mais graves da história de Portugal.

O senhor devia vir aqui pedir desculpa aos portugueses e aos açorianos pelo estado que o Partido Socialista deixou o país.

O senhor devia vir aqui assumir responsabilidades.

Deputado Francisco César (PS): Nós assumimos! Não temos vergonha!

O Orador: Vem ao Parlamento “falar de galo” e assumir uma posição de desresponsabilização, como se até há poucos meses não tivesse o Governo Socialista responsabilidades no Governo de Portugal. Essa é que devia ter sido a sua atitude, a atitude correta. Era isso que esperava da sua parte: honestidade intelectual, honestidade e frontalidade política, assumir as responsabilidades e não lavar as mãos como Pilatos dizendo “nós estamos contra... nós estamos contra”.

Deviam ter estado contra o desequilíbrio orçamental que provocaram, deviam ter estado contra o exercício de uma política que levou Portugal a perder a soberania do ponto de vista orçamental e a soberania política.

Os senhores colocaram o país de joelhos.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, assumidos a nossa herança!

O Orador: Os senhores têm essa responsabilidade.

O Partido Socialista é o último a poder falar nesta questão.

Deputado Francisco César (PS): Não senhor!

Presidente: Vamos continuar, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem 2 minutos.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP associa-se a este voto e, claramente, considera que só a luta dos trabalhadores, a luta das populações, contra estas opções políticas pode evitar a ruína do Estado Português.

Queria lembrar o seguinte, ao PSD e ao CDS/PP:

O imposto extraordinário foi da vossa autoria. O roubo do 13º e do 14º meses foi da autoria do Governo do PSD e do CDS/PP.

As alterações às leis laborais, que estão em curso, são da autoria do PSD e do CDS/PP.

A limitação ou o impedimento de solicitar reformas antecipadas são da vossa autoria.

As alterações aos apoios sociais são da vossa autoria.

Tudo isso levou, ao quê? Levou a um continuado aumento da pobreza, a um continuado aumento do desemprego. Essa responsabilidade, independentemente do tempo que estão no poder, já é vossa.

Só a luta dos trabalhadores é que pode e é um imperativo patriótico que os portugueses e os açorianos venham para a rua e ponham a correr o Governo do PSD/CDS-PP, porque já não tem legitimidade democrática para governar, uma vez que no dia seguinte à sua tomada de posse rasgou o contrato social que fez com os eleitores.

Quanto à informação que nos foi dada aqui, por parte do Sr. Deputado Francisco César, relativamente à questão da SATA, que o problema vai ser resolvido, a pergunta que se impõe é: e relativamente às outras empresas públicas, designadamente a EDA?

Os cortes vão direitinhos para os bolsos dos acionistas e são roubados aos trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que assumimos!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Importa saber o que é que o Governo Regional vai fazer relativamente à EDA.

Mas para que fique claro, não há filhos e enteados. Se é para a SATA, tem que ser também para as outras empresas do Setor Público Empresarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder ao Sr. Deputado Francisco César, lembrando-lhe que a troika é sinónimo de austeridade.

Deputado Francisco César (PS): Foi sufragado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sufragado!!!

O Orador: Era bom que o Partido Socialista nacional e o Partido Socialista dos Açores fossem percebendo isso e quanto mais depressa melhor.

Deputado Francisco César (PS): Foi a eleições, ou não foi?

O Orador: Perguntar aos Deputados desta Casa e também aos açorianos(as) se não acham que os trabalhadores destas empresas não estão a defender os interesses da Região quando, por exemplo, no caso dos portos dos Açores, e cito: “lutam contra a desvalorização clara e absurda da marina da Horta, a mais importante dos portos dos Açores e uma das mais importantes dos Açores, quer atribuindo-lhe uma chefia desvalorizada, quer recusando a justa e indispensável reclassificação de alguns trabalhadores e mantendo um quadro de pessoal claramente insuficiente.”

Ou, por exemplo, na EDA, como já foi aqui referido: “lutam contra a redução dos salários”. Esta redução vai retirar dinheiro à economia da Região. E também na SATA, quando estes trabalhadores lutam e defendem o contrato coletivo de trabalho. Portanto, defendem o seu emprego.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto, passe o pleonasma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação, do PS, relativo aos 25 anos do Grupo Folclórico e Etnográfico Modas da Nossa Terra.

Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

Deputado José Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 ANOS DO GRUPO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO MODAS DA NOSSA TERRA

O Grupo Folclórico e Etnográfico “Modas da Nossa Terra”, teve a sua origem num grupo de antigos elementos de outros grupos de folclore, no ano de 1986, conjuntamente com outras pessoas amantes das tradições populares da Ilha Terceira.

Em 16 de Abril do ano seguinte constituem-se em Associação, por escritura pública, passando a denominar-se “GRUPO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO MODAS DA NOSSA TERRA”.

Para um grupo que surgia numa ilha onde já existiam outros sete grupos com objetivos idênticos, não se vislumbrava vida fácil. Era necessário muita criatividade, trabalho árduo e empenho para que o grupo vencesse.

Sem entrar no jogo da vulgaridade, os elementos do grupo estudaram as nossas raízes e apresentaram um trabalho etno-folclórico que tem merecido ao longo destes anos o aplauso e carinho de quantos o têm apreciado.

O Grupo apareceu ao público pela primeira vez no Teatro Angrense em Abril de 1987, e no mesmo ano, em Junho, fez a primeira digressão pelo Continente Português, a convite do Grupo Folclórico Moreira da Maia, atuando em variadíssimas terras, integrado em vários festivais de Folclore, onde teve a

oportunidade de ser apreciado pelo corpo técnico da Federação do Folclore Português, tendo-lhe sido atribuída a classificação de Grupo altamente representativo.

A partir desse ano e até hoje, o grupo tem participado periodicamente, a convite de várias organizações nacionais, em festivais por todo o país, Madeira e algumas das ilhas dos Açores.

O Grupo também deslocou-se ao estrangeiro, nomeadamente à Alemanha, onde se exibiu no Festival Mundial de Folclore da Juventude de Paderborn, e no presente ano, entre 16 e 24 de Julho, representará Portugal no Festival Mundial em Jeux Santons (França).

O trabalho deste Grupo não está de forma alguma acabado. O campo etno-folclórico é tão rico e tão vasto que quem nele trabalhe com consciência e conhecimento de causa nunca o esgota, razão pela qual, de ano para ano, o grupo é valorizado com a introdução de novos elementos, principalmente Jovens.

A defesa do folclore e das tradições terceirenses está bem patente nas vivências recriadas com as apresentações do Baile Direito, Rancho de reis, Rancho de matança de porcos, Grupo de Foliões do Espírito Santo e Grupo de Cantares. Também a etnografia não é ignorada, razão pela qual são exibidos uma série de adereços, todos representativos do dia-a-dia de trabalho dos nossos antepassados.

O Grupo gravou, em CD, algumas das modas do seu repertório e também um vídeo-clip com uma encenação de um Rancho de Natal cuidadosamente preparado numa casa de campo.

Este Grupo tem a sua Sede própria na Freguesia de São Mateus da Calheta, Concelho de Angra do Heroísmo, cidade património Mundial, onde ensaia e convive.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de Abril de 2012, emita um voto de saudação pelos 25 anos do Grupo Folclórico e Etnográfico Modas da Nossa

Terra e que do seu teor seja dado conhecimento aos Órgãos Sociais da Instituição e seus associados.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Abril de 2012

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Berto Messias, José Gaspar Lima, António Toste, Nélia Nunes e Francisco Valadão.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este voto reconhecendo o cariz cultural, histórico e de cidadania, mas também de promoção, que este Grupo Folclórico tem transmitido ao longo de 25 anos da sua existência. É um valor para a Terceira e para os Açores.

Mas este é também o momento, porque reconhecemos a existência dos grupos folclóricos, de reconhecer as suas dificuldades, não só dificuldades de cariz financeiro, mas uma necessidade de maior valorização da sua existência.

São grupos de pessoas que, ano após ano, dedicam o seu tempo ao folclore, para depois não serem convenientemente chamados a atuar.

Não se promove de forma substancial esta riqueza. É obviamente uma riqueza em estado latente. Esperamos, assim, por melhores dias.

Deputados Pedro Gomes e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, passamos à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida a um Voto de Congratulação relativo ao “Prémio do Comité Europa Nostra”, apresentado pelo PSD.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assunto: Prémio do Comité Europa Nostra

O organeiro açoriano Dinarte Machado acaba de receber o prémio do Comité Europa Nostra, num concurso a que concorreram mais de 200 candidatos de vários países, pelo trabalho de recuperação de um conjunto de seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, único no mundo, concebido nos finais do século XVIII a XIX, no reinado de D. João VI.

Este prémio é o reconhecimento internacional do meritório trabalho desenvolvido pelo organeiro açoriano que já restaurou 76 órgãos, 33 dos quais nos Açores e mais de doze em São Miguel. Dinarte Machado irá editar um livro sobre órgãos de tubos dos Açores, na sequência do inventário feito em 1987 e 1988 onde pretende identificar os instrumentos existentes, bem como alguns dos desaparecidos recentemente, como é o caso dos Mosteiros e de outro em Vila do Porto.

A sua escola de organeiro começou nos Açores, onde se localiza a oficina-mãe e aquele galardão pretende apelar à sensibilidade das pessoas para o património organístico, pelo que o prémio do Comité Europa Nostra é, acima de tudo, um sinal para a importância dos órgãos históricos.

Nascido nos Estados Unidos da América, radicou-se em S. Miguel, nos Açores, onde fez estudos na antiga Escola Industrial e Comercial, em Ponta Delgada e desde muito jovem, esteve sempre ligado à música e contactado com os órgãos de tubos, por necessidade imperiosa de restauro no órgão da Igreja Matriz de S. Jorge, no Nordeste, local que o viu crescer e cujo restauro veio efetivamente a concretizar-se em 1984, tendo-se seguido a reparação dos órgãos das Igrejas de S. Pedro e do Carmo na cidade de Ponta Delgada.

Autodidata, foi depois a trabalhar com organeiros nacionais e estrangeiros, regressando aos Açores em 1987, altura em que montou um atelier em Ponta Delgada, dedicando-se exclusivamente ao trabalho de organaria, efetuando o restauro do órgão da Igreja Matriz da Ribeira Grande, sucedendo-se outros restauros em órgãos dos Açores, Madeira, Continente e Espanha em órgãos

históricos, na sua maioria de características ibéricas, da segunda metade do século XVIII, em cuja área é especialista.

Dinarte Machado tem construído alguns órgãos de pequena dimensão para estudo e nove instrumentos de maior envergadura para escolas de música e igrejas portuguesas, sendo o maior, o Grande Órgão da Sé Catedral de Angra do Heroísmo e o da Igreja do Colégio do Funchal, participando ainda no restauro do órgão histórico do Palácio Real de Madrid.

Deslocou-se à Índia, nomeadamente a Goa, a convite da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e do Ministério da Cultura, a fim de analisar os instrumentos ali existentes, cujo trabalho foi integrado no âmbito da investigação dos fundos musicais das "Velhas Conquistas". É membro de várias associações nacionais e estrangeiras ligadas à organaria e organística.

Em 1998, em parceria com o organista João Voz e com o apoio da Direção Regional da Cultura organizou o Simpósio Internacional dos Órgãos Históricos Portugueses nos Açores e em Julho de 2010 foi condecorado com a comenda da Ordem de Mérito, pelo Presidente da República.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, apresenta um voto de congratulação pela atribuição do prémio Europa Nostra a Dinarte Machado, pois a sua contribuição para a recuperação, quer do património instrumental, quer do ensino organístico no país tem sido decisiva, tendo em vista a implementação de uma escola de organaria para preparar futuros organeiros que acautelarão o vasto património português.

Horta e Sala de Sessões, 19 de Abril de 2012

Os Deputados: Duarte Freitas, António Pedro Costa e Jorge Macedo.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, como é lógico, a este voto de congratulação.

Já no passado dia 19 de outubro de 2010, nesta mesma sala, o PS já tinha apresentado um Voto de Congratulação pela sua condecoração, pelo Presidente da República, com a comenda de Ordem de Mérito.

Dinarte Machado, filho de Luciano Borges, natural de São Pedro, Nordeste, e de Maria Conceição Borges Machado, natural da Vila do Nordeste, nasceu a 5 de outubro de 1959, em Fall River, estado de Massachusetts.

Eletricista de profissão, abandonou este ofício e optou por dedicar-se, primordialmente, à organaria, fazendo dela a arte e sua profissão.

Acaba então por, em 1987, montar o seu próprio atelier dedicando-se a este ofício, ou seja, a construção, reparo e restauro de órgãos dos tubos.

Em 1998, dá início aos trabalhos de restauro dos seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, que vêm a ser concluídos em maio de 2010, razão pelo prémio agora recebido pelo Comité Europa Nostra.

Dinarte Machado dirige todo o seu trabalho e empenho numa entrega completa ao serviço da cultura, do património, da divulgação e do ensino, sobretudo um missionário cultural, empenhado na divulgação do arquipélago dos Açores, tendo sido o responsável pela recuperação da Escola Organeira Portuguesa, que foi decaindo desde 1830.

Graças ao seu empenho e dedicação na recuperação e conservação dos órgãos, permitiu o desenvolvimento do uso deste instrumento, de forma a que tenhamos organistas de renome nacional e internacional. Por exemplo, gostava de destacar a jovem Isabel Albergaria, organista açoriana, que é a única açoriana que toca no ciclo de concertos de órgãos de Mafra, que consiste, uma vez por mês, aos organistas da nova geração que toquem os seis órgãos em simultâneo.

Obrigado.

Presidente: Creio não existir mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Congratulação, apresentado pelo PS, relativo aos 100 anos da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu.

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100 Anos da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu

No passado dia 14 de Abril, a Sociedade Filarmónica Marcial Troféu, da vila da Povoação celebrou 100 anos de existência. Tal como aconteceu aquando da sua 1ª aparição pública, a 16 de Abril de 1912, ao incorporar-se na procissão do Sagrado Viático dos enfermos, a filarmónica desfilou pelas ruas da Vila.

Apesar de nunca ter tido a designação oficial de “Fanfarra Marcial Troféu” é com esta designação que é conhecida por toda a Ilha e fora dela. Nos seus estatutos iniciais, esta banda sempre foi denominada de Sociedade Filarmónica Marcial Troféu.

Fanfarra é um conjunto musical, banda de música que não dispunha de instrumentos de madeira. E de facto, houve tempos em que a Sociedade Filarmónica Marcial Troféu só tocava com instrumentos de metal, passando a designar-se na linguagem popular de Fanfarra. Por altura da estadia do Sr. António Coelho, notável músico natural da Ilha Terceira que viveu largos anos na Vila da Povoação e, não havendo músicos para tocar clarinete e sopraninho, refez os arranjos de quase todo o repertório musical da banda, apenas para instrumentos de metal. Foi uma das muitas formas encontradas para a sobrevivência desta Filarmónica ao longo dos 100 anos que agora se comemoram.

Constituída como tantas outras com base em motivações políticas da época, a verdade é que esta Sociedade Filarmónica Marcial Troféu assentou as suas raízes nas gentes da Povoação que sempre se dedicou com carinhoso entusiasmo à sua Banda de Música. Por isso, todos os povoacenses estão de

parabéns por terem, cada qual a seu modo, contribuído para a preservação desta centenária Sociedade Filarmónica.

A Vila da Povoação já possuiu quatro Bandas de Música: em 1860, a primeira Marcial Trofeu; em 1891, a União e Arte; em 1908, a Lira de Euterpe e em 1912 a Sociedade Filarmónica Marcial Troféu.

Ao longo destes cem anos da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu, distintos maestros ou regentes estiveram à sua frente, dos quais destacamos, entre outros, António Baptista, povoacense, António Coelho, o terceirense, Pedro Araújo e José Eduardo Carreiro, ambos também da Povoação, também e mais recentemente Laurindo Araújo e o seu filho, marcam uma nova geração de regentes.

Reconhecendo o grande mérito, tanto para a educação musical dos mais jovens, como para a sua integração social, a Câmara Municipal da Povoação construiu e doou à Sociedade Filarmónica Marcial Troféu a sua sede, um edifício de suficiente dignidade e tamanho para a realização de todas as suas atividades.

A atual sede foi construída entre 1993 e 1994 quando era Presidente da Câmara o Eng. Medeiros Ferreira e Presidente da Direção da Filarmónica o Dr. Carlos Ávila que, em 1995, já então como Presidente da Câmara, fez decidir a sua doação.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Sociedade Filarmónica Marcial Troféu tem prestado um rol enunciável de serviços a tantas gerações de jovens que formou na música, ao orgulho de ser-se povoacense e à animação musical de todas as festividades da Vila da Povoação. Sendo também digno de registo, as suas deslocações às ilhas do Pico, do Faial, da Terceira ou ao Continente Português e ainda às comunidades de emigrantes da América e do Canadá, onde foi sempre muito aplaudida, em resultado de atuações de grande qualidade musical.

A atual Direção presidida pelo senhor Norberto Carvalho Cruz, com o seu empenho e dedicação contínua a fazer jus a todos os homens e mulheres que

abnegadamente mantiveram com entusiasmo e labor esta centenária filarmónica.

Pelo exposto e nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelo 100º aniversário da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu, e que dele seja dado conhecimento aos respetivos Órgãos Sociais.

Horta, 19 de abril de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Benilde Oliveira, José de Sousa Rego, Catarina Furtado e José Carlos San-Bento.

Deputados Ricardo Cabral e José Rego (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma curta intervenção para dizer que o PSD se associa, naturalmente, a este voto, tanto mais que, em tempo oportuno, já aqui apresentou um de igual teor e com os mesmos propósitos.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não existir mais inscrições. Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação, do PS, relativo ao Clube Ribeirense de Voleibol, do Pico.

Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O voleibol é uma modalidade fortemente arraigada nas gentes do Pico, sendo que em quase todas as freguesias e lugares da ilha se praticou a modalidade.

A freguesia das Ribeiras não foi exceção e em novembro de 1986 nasceu o Clube Desportivo Ribeirense.

De então para cá, o Ribeirense tem sabido trilhar uma carreira ascendente e recheada de êxitos desportivos.

Na época desportiva de 1991/1992 o Clube Desportivo Ribeirense foi campeão açoriano em seniores masculinos tendo subido às competições nacionais e alcançou o nível máximo do voleibol nacional (Divisão A1) na época desportiva de 2004/2005.

Nessa mesma época de 2004/2005, a equipa de seniores femininos, disputando o Campeonato da Divisão A2, subiu ao topo da competição nacional, garantido a participação, desde a época desportiva de 2005/2006, na Divisão A1. De então para cá, a equipa têm-se classificado nos primeiros lugares do Campeonato Nacional da Divisão A1, tem participado em competições europeias e obtido classificações relevantes na Taça de Portugal Feminina, com destaque para a conquista deste troféu em 2009.

Na época de 2010/2011 o Clube dominou completamente o voleibol feminino em Portugal, tendo vencido a sua segunda Taça de Portugal e, pela primeira vez, se sagrado Campeão Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino.

No passado dia 7 de abril, no Pavilhão Multiusos de Baião, o Clube Desportivo Ribeirense conquistou a sua terceira Taça de Portugal em voleibol feminino, ao bater na final a equipa do Castelo da Maia.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter conquistado a Taça de Portugal de Voleibol Feminino, o que sucede pela terceira vez nos últimos quatro anos.

A presente congratulação é extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroado de êxito todo o seu esforço no campo desportivo.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Voleibol do Pico e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, 19 de abril de 2012

Os Deputados, Berto Messias, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Presidente: Creio não existir inscrições. Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Protesto, da autoria do BE.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares, para o apresentar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

No pacote de medidas de austeridade que o governo PSD/CDS impôs aos portugueses e portuguesas, avulta, entre outras medidas austeritárias, o corte do subsídio de férias e do 14º mês, durante os anos de 2012 e 2013.

Esta medida representa, só por si, um corte abrupto, nas condições de vida de milhões de trabalhadores e pensionistas. Para muitas e muitas famílias estes ordenados constituíam o suplemento de sobrevivência das suas vidas. Paralelamente, o reflexo desta medida é atentatório do desenvolvimento da economia e, por consequência, gerador de mais desemprego.

Sobre a pergunta repetida, quanto à duração desses cortes, vários membros do Governo (entre os quais o próprio Primeiro-Ministro), reiteraram, durante meses que estes só seriam efetuados nos anos de 2012 e 2013. Mesmo perante as afirmações de um funcionário da Comissão Europeia que apontava para o

fim definitivo do pagamento destes ordenados, prontamente o Ministro das Finanças, reafirmou a posição conhecida do Governo.

No mesmo dia da declaração do Ministro das Finanças, o Primeiro-Ministro assume, em entrevista que, afinal, os cortes do subsídio de férias e do 14º mês vão perdurar para além de 2015.

Ficou, assim, claro, que enganou os portugueses e as portuguesas.

Mas esta prática política tem sequência quando, sem dar explicações a ninguém (nem mesmo aos parceiros sociais), o Governo do PSD/CDS faz publicar, pela calada da noite, a proibição da possibilidade, para os trabalhadores do sector privado, de reforma antecipada, até ao fim de 2014.

Assim, o Grupo Parlamentar do BE/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que apresente o seu protesto contra o prolongamento do corte do subsídio de férias e do 14º mês e a suspensão das reformas antecipadas, por considerar esta prática enganosa e nos antípodas de qualquer ética política.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República e ao Primeiro- Ministro.

Horta, 19 de Abril de 2012

Os Deputados do Bloco de Esquerda/Açores: José Cascalho e Zuraida Soares.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E ao povo português!

Presidente: Não sei se há inscrições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A direita não tem nada a dizer sobre o assunto!

Deputado Francisco César (PS): É tática política!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A direita está distraída!

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para referir o seguinte:

O voto que aqui é trazido pelo Bloco de Esquerda tem, na nossa perspetiva, um facto relevante, ou seja, refere-se a duas medidas que (é preciso recordá-lo) não

constam do Memorando de Entendimento assinado pelo nosso país, pelo Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

A prova disso, e aquilo que é possível constatar e temo-lo dito variadíssimas vezes, é que o atual Governo da República utiliza o Memorando de Entendimento da troika como desculpa para impor uma agenda de austeridade ao nosso país que é, aliás, a agenda que, quem hoje dirige o PSD nacional e quem hoje dirige o Governo da República, acredita há longos anos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A verdade é que, para o Partido Socialista, aquilo que consta do Memorando de Entendimento da troika era o limite máximo de sacrifícios a pedir aos portugueses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O melhor era gravar uma cassette!

O Orador: Com estas medidas e com a postura que temos assistido, por parte do Governo da República, no âmbito da austeridade que tem imposto aos portugueses, verificamos que, afinal, aquilo que consta do Memorando de Entendimento, assinado pelo nosso país com a troika, é o limite mínimo de sacrifícios a pedir aos portugueses.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este voto que aqui é trazido pelo Bloco de Esquerda permite também constatar um facto de grande relevância política, na nossa perspetiva. Refiro-me à desconfiança que é agravada entre os portugueses e as instituições políticas e também entre os órgãos de soberania pelo facto do Governo tomar medidas às escondidas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que se passou e a forma como foi consagrada a proibição de recorrer às reformas antecipadas foi feito às escondidas.

A forma como o Governo da República tornou público que não iria repor os subsídios de férias e de Natal, como se tinha comprometido anteriormente, no fim de 2013, agrava profundamente a desconfiança dos portugueses para com os agentes do sistema político. Isto é, para nós, um facto de enorme relevância política.

Houve o rasgar de compromissos por parte do Sr. Primeiro-Ministro para com os portugueses e para com aquilo que se tinha comprometido.

Deputado José San-Bento (PS): Foi um lapso!

O Orador: Também não posso deixar de dizer o seguinte:

Temos assistido – já ouvimos isso aqui hoje e vamos, com certeza, continuar a assistir – ao exercício constante de culpabilização do passado, por parte da direita, para, assim, conseguir justificar as suas medidas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fale de 2006! 2006 não é passado!!!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, hoje, estamos muito pior do que aquilo que estávamos antes das últimas eleições legislativas nacionais. Estamos muito pior do que aquilo que estávamos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): É preciso ter lata!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): É o país das maravilhas!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, agradeça que terminasse.

Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Berto Messias terminar.

O Orador: Tudo aquilo que era dito pelo PSD e pela direita que iria acontecer, aconteceu precisamente o contrário, como se a vitória do PSD, na eleições legislativas, fosse a cura para todos os males do nosso país. Aconteceu exatamente o contrário.

Passado quase um ano (recorde-se, apesar do exercício constante de culpabilização do passado), hoje, estamos muito piores do que aquilo que estávamos anteriormente no nosso país.

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, temos dados concretos, ao nível da execução orçamental, que referem precisamente isso.

Termino já, Sr. Presidente.

Apenas dizer o seguinte, voltando a alertar as Sras. e os Srs. Deputados e as açorianas (os) que nos ouvem:

As medidas que constam no voto que foi aqui trazido pelo Bloco de Esquerda (o corte dos subsídios de férias e de Natal, o prolongamento e o adiar da sua

reposição, e também a referência que é feita à proibição de recorrer às reformas antecipadas),...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Volta Sócrates, porque está perdoado!

O Orador: ... não constam do Memorando de Entendimento da troika e é, pura e simplesmente, uma orientação política, coerente, aliás, com a matriz ideológica e com a conceção que este Governo da República e a direita portuguesa têm sobre o Estado. É única e exclusivamente uma medida imposta por este Governo.

Para terminar, a austeridade que o Governo da República está a impor aos portugueses já assusta o próprio FMI...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que diz: “FMI avisa que mais austeridade pode fazer implodir o país e o Governo” – “Jornal i”.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Quem é que o chamou?

O Orador: Quando é o próprio FMI que pede ao Governo da República que, por favor, não imponha mais austeridade aos portugueses, estamos conversados. Sras. e Srs. Deputados, aquilo que este Governo da República tem feito e a postura de muitos dos seus ministros, permite-me relembrar um ditado conhecido, mas ao contrário:...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a coesão regional?

O Orador: ... “para ser sério não basta parecer, é preciso ser”.

Muito obrigado.

Deputados Hernâni Jorge e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Grande tarefa que deram ao Sr. Deputado. Para o Sr. Deputado são só tarefas difíceis!

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Numa coisa estou de acordo com o Sr. Deputado Berto Messias: não basta ser sério, é preciso parecer ser sério.

Deputado Berto Messias (PS): Não basta parecer, é preciso ser!

O Orador: V. Exa. não me pareceu nada sério naquilo que disse.

Não pareceu nada sério, Sr. Deputado, porque, é preciso dizer com clareza, e V. Exa. tem a obrigação política de o declarar nesta câmara, se está com saudades do regresso do Eng^o José Sócrates à governação deste país,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para percebermos como é que V. Exa e a sua bancada parlamentar se posicionam em relação à política nacional.

Deputado Berto Messias (PS): Já há muita gente com esse sentimento!

O Orador: O PSD não vai reeditar aqui o debate, que tivemos há pouco, a propósito de um outro voto do Bloco de Esquerda, mas o PSD quer deixar claro o seguinte:

Há um enorme esforço nacional dos portugueses, das empresas, das Regiões Autónomas e do Estado, para cumprir um conjunto de compromissos internacionais que possa garantir a sobrevivência do Estado Português.

Felizmente que esse esforço está a ser compreendido pelos portugueses...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... e está a ser reconhecido por instituições internacionais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Compreendido?

O Orador: Desde logo, pela União Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Central Europeu, por outros países, inclusive por camaradas vossos, da mesma família política, de outros partidos europeus que dizem, felizmente para o nosso país, que Portugal não é a Grécia e que Portugal está a cumprir os seus compromissos internacionais.

Isto é de uma importância vital para a sobrevivência do país. É isso que os senhores têm que compreender, que há um conjunto de medidas difíceis e dolorosas, ...

Deputado Berto Messias (PS): O FMI é que diz que estão a exagerar!

O Orador: ... que estão a ser tomadas, para garantir a solvabilidade do nosso país e para garantir que Portugal consegue sobreviver a este momento difícil, para o qual os senhores tanto contribuíram. A vossa responsabilidade histórica é também esta.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso não é para si!

Reconheço mais consistência intelectual de si!

Deputado Mark Marques (PSD): Isso vindo de si!...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Pedro Gomes.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há apenas uma única coisa que se exige a um grande partido, como é o Partido Socialista, um partido com enormes responsabilidades na Democracia Portuguesa, um partido do arco governativo. O que se exige ao Partido Socialista, neste momento, é que, num momento difícil, os portugueses percebam que podem contar com o Partido Socialista.

Creio que os portugueses não percebem isso, porque o Partido Socialista se está a colocar à margem das grandes decisões...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que ajudam a salvar o nosso país.

Deputados João Costa, Mark Marques e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Esperava mais de si!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Tem 2 minutos. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida, em relação a este Voto de Protesto, devo dizer que também vou votar a favor.

Falta aqui, porque a Sra. Deputada também apresentou como o PPM apresentou, uma proposta de alteração no orçamento para que os subsídios não fossem retirados aos açorianos. O Governo dos Açores tinha essa competência e não o fez.

Considero que falta referir neste Voto de Protesto que o Partido Socialista é conivente com estas políticas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: Não basta vir dizer que em Lisboa se retiraram os subsídios, que se retirou na República o subsídio de férias, e depois, aqui, na Assembleia Legislativa Regional, quando tiveram oportunidade de decidir não o fazer, os senhores fizeram exatamente a mesma coisa.

Isso significa que da vossa parte existe uma profunda demagogia, do ponto de vista político, porque os senhores pensam a mesma coisa, porque os senhores nos Açores fizeram a mesma coisa. Se estiverem no poder, com certeza que o vão fazer outra vez, nos mesmos prazos que o Governo da República está a fazer.

Portanto, a declaração do Sr. Deputado Berto Messias a dizer, com hipocrisia, que estas são atitudes do Governo da República, quando o Governo Regional, com competência para não o fazer e não aplicar estes cortes o fez, só mostra a profunda demagogia de V. Exa. e do partido que representa.

Essa questão tem que ser dita com frontalidade e eu estou aqui a dizê-lo.

A sua declaração, Sr. Deputado Berto Messias, vem no sentido de dizer...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... que está tudo mal no Governo da República, mas o seu Governo e a sua bancada apoiaram publicamente, porque estiveram e votaram contra as propostas que foram apresentadas pelo PPM, pelo Bloco e pelo PCP, para que os subsídios não fossem retirados aos açorianos. Os senhores fizeram a mesma coisa. São totalmente coniventes com esta política.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco César:

É óbvio que todos concordamos, Sr. Deputado Berto Messias (e eu pessoalmente concordo e defendo!), que a austeridade tem limites.

Deputado Berto Messias (*PS*): Aliás, tem mais do que o CDS tem imposto no Governo da República!

Deputado João Costa (PSD): Estão incomodadinhos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Artur Lima fazer a sua intervenção. Tem a palavra.

O Orador: A austeridade tem limites, Sr. Deputado Berto Messias, de se impor a um povo, com certeza! Só tenho pena, e insisto o que posso junto do meu partido na República, para que comece a pôr fim à escandaleira...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O salvador! O Messias!

O Orador: ... das fundações e institutos que os senhores criaram. Esses, sim, são precisos extinguir para se poupar dinheiro, para se poder poupar o povo, para se poder aumentar as reformas dos mais baixos.

Deputado Berto Messias (PS): O motorista de Miguel Relvas ganha 73 mil euros!

O Orador: Agora, devo dizer uma coisa, Sr. Deputado Berto Messias.

O Governo do Partido Socialista da República foi tão esperto, tão esperto, que até a troika conseguiu enganar. A troika não contou com as Parcerias Público-Privadas das Estradas de Portugal, que são um escândalo e uma vergonha...

Deputado José Rego (PS): E as reformas antecipadas?

Deputado Hernâni Jorge (PS): E ninguém sabia disso!

O Orador: ... e estamos a pagar. A troika não conseguiu descobrir e ainda não conseguiu chegar ao fundo do buraco.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, a troika não conseguiu chegar ao fundo e descobrir a vergonha da Parque Escolar.

Deputado Berto Messias (PS): Qual vergonha da Parque Escolar?

Nós reformamos a Parque Escolar e temos orgulho!

O Orador: Não conseguiu chegar ao fundo.

Foi por isso que se tomaram outras medidas de austeridade, Sr. Deputado Berto Messias. É a vergonha das Parcerias Público-Privadas que os senhores impuseram...

Deputado Berto Messias (PS): Os cortes dos subsídios de Natal e de férias não estavam previstos!

O Orador: ... na República e nos Açores. É isso que o senhor tem que referir, as Parcerias Público-Privadas que temos nos Açores pela mão do Partido Socialista, Sr. Deputado Berto Messias. Refira-se a isso!

Deputado Berto Messias (PS): O Hospital da Terceira e as SCUTS em São Miguel!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o Hospital da Terceira prova a incapacidade financeira do Governo...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... de fazer um hospital de 60 milhões de euros, por isso teve de recorrer a uma Parceria Público-Privada para o hospital custar 300 milhões de euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor é contra ou a favor do Hospital?

O Orador: É isso que se passa, Sr. Deputado Berto Messias, 374 milhões de euros, segundo o Tribunal de Contas. É a prova que os senhores já não tinham dinheiro para fazer o hospital da Ilha Terceira.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputado João Costa (PSD): Claro que não! O Tribunal de Contas inventa números!

O Orador: E é a prova de que os senhores estão a privatizar.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é contra ou a favor do Hospital?

O Orador: Se quer entrar por aí (não vem a esse ponto!), nós também entramos. Os terceirenses queriam o novo hospital. Os terceirenses não queriam uma dívida colossal como os senhores lhes deixaram.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Vamos prosseguir o nosso debate, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de registar aqui algumas questões, designadamente a intervenção do Deputado Artur Lima, que habitualmente procura fazer a descolagem do seu parceiro de coligação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há descolagem nenhuma!

O Orador: ... na República. Digamos que o mal que acontece não é da responsabilidade do CDS, é do seu parceiro de coligação, porque, digamos, o CDS... enfim, é o catalisador do Governo da República.

Não posso também deixar de referir (não com o registo que o Deputado Paulo Estêvão utilizou, uma vez que se trata aqui de um voto, portanto não há possibilidade de debate, nem de contraditório) e de reafirmar aqui, perante as açorianas/os, que houve propostas, em sede de orçamento, para que o Governo Regional exercesse as competências que tem no sentido de ressarcir os trabalhadores da Administração Pública Regional relativamente ao roubo do 13º mês e do 14º mês, e que o Governo do Partido Socialista reprovou em sede de orçamento e nem sequer deixou agendar uma outra proposta do PCP que visava resolver o problema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Esse é que é o registo certo!

Deputado Berto Messias (PS): Vê se aprende!

O Orador: Relativamente ao voto, certamente que o PCP vai associar-se.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai ser consigo! Consigo e desse lado não aprendo nada!

Deputado Berto Messias (PS): Estou muito longe de chegar ao seu nível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar. Temos de prosseguir o debate.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua estimosa ajuda.

Mas não posso deixar de concluir o seguinte:

O PEC IV foi reprovado por todos os partidos que estavam na oposição, designadamente pelo CDS/PP e pelo PSD.

Mas aquilo que se pode concluir, ao fim destes anos de governação, deste governo do PSD e do CDS/PP, foi que o chumbo do PEC IV, por parte da direita, se deveu ao seguinte: para a direita aquelas medidas eram insuficientes.

Era necessário mais austeridade, era necessário mais roubos aos direitos dos trabalhadores.

Portanto, aquilo que se pode inferir é que V. Exas. reprovaram o PEC IV, não porque não concordavam com aquelas medidas, mas porque queriam ir muito mais longe e têm ido muito mais longe.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, agradecia que terminasse.

O Orador: De facto, é isso que se comprova com estes meses de governação deste governo da direita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguns Srs. Deputados têm estado distraídos ao longo destes 3 dias de plenário, porque já neste plenário, concretamente anteontem, fiz a apreciação crítica que entendi à opção do Governo Regional de não pagar o 13º e 14 mês.

O que eu não tinha feito era o mesmo tipo de crítica e de observação ao Governo da República, coisa que agora fizemos através deste voto de protesto. Portanto, não há nenhuma lacuna.

Depois, constatar, malgrado tudo aquilo que foi dito antes das eleições da República, em que o PSD e o CDS diziam que conheciam a situação do país,...

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que conheciam os dossiers, que estavam prontos a governar e a enfrentar todas as malfeitorias que até então tinham sido feitas, qual não é o nosso espanto quando as coisas começam a aquecer.

Mal toma posse, de repente, o PSD e o CDS, que estiveram com a troika, que subscreveram o Memorando da troika e disseram aos portugueses/as que era a melhor coisa que lhes podia acontecer, começaram a dizer: “Ai, ai, ai! Afinal não sabíamos nada do que se passava neste país!”.

Se é a isto que os senhores chamam partido da responsabilidade e partidos responsáveis, eu tenho que vos dizer que temos uma ideia muito distinta daquilo que é a responsabilidade.

Finalmente, nunca será demais demonstrar a narrativa da austeridade.

A narrativa da austeridade que o Governo do PSD e do CDS apresentam aos portugueses é falsa e é matreira. Há variadíssimas razões para o afirmar. Eu vou dar apenas um exemplo:

Sabemos, hoje, que as receitas fiscais do primeiro semestre de 2011 foram superiores...

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

A Oradora: ... às receitas fiscais do primeiro semestre de 2010. Ou seja, se houve dinheiro em 2010 para pagar os salários, por maioria de razão haveria dinheiro, em 2011, para pagar esses salários.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Portanto, aquilo que os senhores fazem é apresentar a troika como uma chantagem sobre o salário.

Sras. e Srs. Deputados, aquilo para que não havia dinheiro, aquilo para que não chegava o dinheiro, era para pagar a dívida, muita dela ilegítima, e era para pagar os juros, na maior parte dos casos, agiotas.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que os senhores, PSD e CDS/PP, fizeram, foi optar. Optaram pelos juros agiotas, optaram pelo capital financeiro e esqueceram os trabalhadores e os salários.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Fizeram uma opção política. Vão ter de viver com ela até ao fim e vão ter que pagar os custos dessa mesma opção.

Continuar a dizer que a renegociação que o Bloco reivindica, que a auditoria à dívida que o Bloco reivindica não existe...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não reivindica nada!

A Oradora: ... e vão fazendo pela calada, como as televisões mostram, em segredinhos, para o povo não saber, mais uma vez e sempre pela calada da noite

e nas costas do povo, é a prova da antidemocracia que este governo exerce e é a prova da mentira, da matreirice, da falsidade da narrativa da austeridade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD e 5 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Passamos a um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo passamento de Manuel Emílio Porto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

A 20 de Dezembro de 1935, no lugar da Ribeirinha, à época Freguesia da Piedade, Concelho de Lajes do Pico, nascia Manuel Emílio Porto.

Manuel Emílio Porto frequentou a escola primária na sua terra natal, após o que ingressou no Seminário de Angra do Heroísmo. Em 1962, completou o curso teológico e foi ordenado Sacerdote, iniciando uma vida ímpar não só ao serviço da sua Igreja mas também nas áreas social e cultural da sua terra e da sua gente. Dos 14 anos em que esteve ao serviço da Igreja, 7 foram passados na vida paroquial e os restantes como Capelão Militar.

Dispensado das ordens, licenciou-se em Educação Musical pela Escola Superior de Educação de Setúbal e optou pela via do ensino, como professor de educação musical, função que exerceu desde 1 de Outubro de 1975 a 30 de Setembro de 2004.

Foi eleito Deputado à Assembleia Regional dos Açores, como independente, nas listas do Partido Socialista, pelo Circulo Eleitoral do Pico nas I e II Legislaturas.

Na qualidade de Deputado integrou: a Comissão de Organização e Legislação nas I e II Legislaturas; A Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros na II Legislatura; A Comissão de Assuntos Sociais na II Legislatura; A Comissão de Assuntos Políticos e Administrativos na II Legislatura e a Comissão Eventual para o Estudo das Instalações da Assembleia Regional dos Açores também na II Legislatura.

Foi ainda Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa Regional e da Comissão de Assuntos Políticos e Administrativos.

Palestrante versátil e colaborador assíduo dos órgãos de comunicação social, com uma vida multifacetada de Padre e de Homem, foi também um dos pioneiros e impulsionador do Grupo Coral das Lajes do Pico que fundou em 1983, por altura do primeiro centenário da festa de Nossa Senhora de Lurdes, e do qual foi, até à sua morte, o único Maestro.

Desde sempre, sob a superior orientação e liderança do Maestro Manuel Emílio Porto, Comendador da Ordem de Mérito da República Portuguesa e agraciado com a Insígnia Honorífica Açoriana na categoria de Mérito Cívico, o Grupo Coral das Lajes do Pico conta atualmente com cerca de 50 elementos. Graças a Manuel Emílio Porto é hoje, pelos momentos "de rara beleza" musical que proporciona, uma referência na Música Coral de raiz popular em todo o país e nas nossas comunidades da diáspora.

Publicou em 1999 o livro “Senhor Levanta Os Teus Olhos” e em 2001 “O Meu Cancioneiro” e, com o Grupo Coral das Lajes do Pico, editou três CD’s e participou no CD “Os Melhores Coros Amadores da Região”.

Faleceu no passado dia 11 do corrente quando procedia àquilo que mais gostava de fazer – ensaiar o seu Grupo Coral.

Pelo atrás exposto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na sua reunião ordinária de 19 de Abril de 2012, e ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, aprova um voto de pesar pelo falecimento do

Comendador Manuel Emílio Porto, indelevelmente ligado à cultura, à solidariedade e à esperança do Pico e da Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família – viúva e irmão – e ao Grupo Coral das Lajes do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2012.

Os Deputados Regionais do PS: Lizuarte Machado, Hernâni Jorge e José San-Bento.

Presidente: Creio não existir inscrições. Assim sendo, passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Faltam-nos ainda dois votos. De qualquer maneira vamos fazer o nosso intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas. Até já.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Temos um Voto de Pesar pelo passamento do Sr. Fernando Melo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para apresentar o voto dou a palavra à Sra. Deputada Alzira Silva.

Deputada Alzira Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu no dia 13 do corrente mês de abril o Senhor Fernando Melo, após uma vida que começou em 1932 em S. João do Pico.

A sua vinda para o Faial aconteceu por razões de estudo, para frequentar o então chamado Liceu Nacional da Horta; aqui cresceu intelectual e humanamente, adotando esta cidade e esta ilha, lutando por causas faialenses e por causas açorianas até ao momento em que a doença o hospitalizou e impediu de continuar o seu denodado e persistente trabalho em prol do que considerava justo e necessário.

Fernando Melo foi, acima de tudo, um homem apaixonado por causas e mesmo no exercício do jornalismo, jamais se eximia a contribuir para o debate com uma opinião fundamentada e com uma palavra certa.

O seu domínio da língua portuguesa era notável; escrevia não apenas corretamente e com um abrangente conhecimento lexical, ortográfico e sintático, mas com rigor e com talento. O seu talento deu à estampa dois títulos “Fragmentos da Memória” e “A prenda de Natal e outras histórias” e preparava um terceiro que – espero – ainda venhamos a conhecer.

Era igualmente um conhecedor dos efeitos da palavra e da imagem, tendo exercido diversas funções na RTP Açores, que sempre defendeu com grande dignidade, equilíbrio e sentido de coesão regional. Foi o primeiro correspondente da RTP Açores no Faial, ainda antes da instalação de equipamentos televisivos nesta ilha e ali tendo continuado como repórter, jornalista, produtor e realizador de programas e de séries hoje arquivadas na RTP e nas nossas memórias.

Que fique lavrado nesta Casa da Autonomia algum do espólio televisivo que nos legou e no qual assinalou a sua participação: “Sol Maior”, “Redondilha”, “Breviário Açoriano” (série de 365 programas sobre figura e factos históricos com o Dr. Jorge Forjaz), “Memórias do Tempo”, “Os Ponteiros de Natal” de Amílcar Goulart, bem como outros programas sobre tradições de Natal e Páscoa, “Retratos das Ilhas” (série de nove programas), “Ilhas de Bruma” (pós-produção de metade da série, tendo José Carreiro pós-produzido também metade), três documentários sobre os 500 anos dos Municípios das Lajes do

Pico, Velas e Praia da Vitória. Elaborou os textos de “O Vulcão que veio do Mar”; participou em “Os Últimos Baleeiros” e na recolha de imagens, entrevistas e pós-produção de “Os Caminhos da Autonomia”; foi o coprodutor no Faial de “Mau Tempo no Canal”. “Origem do Nome Açores” e “Descoberta dos Açores” aguardavam o terceiro programa desta trilogia. Foi ainda colaborador assíduo dos programas “Arquipélago”, “Atlântida”, “Estúdio 9” e do telejornal da RTP Açores.

Na imprensa também deixou a sua marca inconfundível: fez parte do corpo redatorial do Diário Insular, de “O Telégrafo” e “Correio da Horta”. Colaborou com outros jornais da Região, do continente e com jornais de língua portuguesa nas Comunidades da América do Norte. Atualmente era editor do “Tribuna das Ilhas” – que hoje celebra o seu décimo aniversário e que, não só pela luta persistente do Senhor Fernando Melo por este jornal mas pelos seus trabalhadores, pelo Faial e pela importância da imprensa nesta ilha, desejamos que comemore muitos mais aniversários – e sem perdas como a que hoje ensombra esta conclusão do seu décimo ano de vida.

Fernando Melo não esteve apenas ligado à comunicação social; foi um homem de cultura, e foi também professor: na escola, no Magistério Primário, coordenador da Telescola e delegado do Centro de Apoio Tecnológico à Educação para as ilhas Faial, Pico, Flores e Corvo.

Este foi o homem público que nos deixou e cuja falta o Faial sentirá com tristeza e com saudade. O ser humano que já não está na nossa companhia era ainda maior do que o homem público. Era amigo do seu amigo, era um conhecedor da alma humana e um conversador com o encanto da sua sabedoria. Recordá-lo-emos com o respeito, a amizade e a consideração que nos merece endereçando à sua família mais próxima, Arlete Maria Castro da Silva Mesquita, Fernando Alberto Mesquita Melo e Luís Nuno Mesquita Melo, as nossas condolências.

Pelo exposto e por muito mais que poderia ser dito, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propomos que esta Assembleia na sua reunião plenária

de 19 de Abril de 2012 aprove um voto de pesar pelo falecimento deste açoriano distinto.

Propomos ainda que do presente voto que seja dado conhecimento à família, ao Tribuna das Ilhas e à RTP Açores.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Abril de 2012

Os Deputados Regionais do PS: Berto Messias, Alzira Silva, Hernâni Jorge e Lúcio Rodrigues.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Professor Fernando Melo.

Sendo natural do Pico e tendo escolhido o Faial para viver, Fernando Melo era, estruturalmente e acima de tudo, um homem e um cidadão do triângulo, este conjunto de ilhas que ele defendia com paixão e sem conceções.

Professor, escritor, homem de cultura, Fernando Melo esteve ainda ligado a vários órgãos de comunicação social, como aqui foi dito, tendo neles deixado a sua marca na defesa das grandes causas da Democracia, da Autonomia e do desenvolvimento desta zona do arquipélago.

Na defesa dessas causas era intransigente, persistente e insistente.

Com todos falava e junto de todos procurava influenciar, argumentar, defender a sua terra.

A sua morte surpreendeu-o e a nós.

Certamente consigo levou uma grande mágoa, a grande mágoa de não ter visto concretizada uma das suas grandes causas que era a ampliação da pista do aeroporto da Horta, prometida mas esquecida.

A sua morte deixa-nos a todos mais pobres.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O Faial e o triângulo perderam um dos seus grandes defensores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM associa-se a este Voto de Pesar que está, aliás, muito bem escrito. Faz inteira justiça ao Sr. Professor Fernando Melo.

Era um prazer falar com ele.

Conheço-o há muitos anos. Era, de facto, um grande açoriano, um grande defensor dos assuntos do Faial e um homem com quem aprendíamos todos os dias, sempre que tínhamos oportunidade de conversar com ele.

Foi com muito pesar que tive a notícia do seu falecimento.

Nesse sentido gostava de associar-me integralmente ao teor deste Voto de Pesar.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Pesar, também da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo ao passamento do Sr. Januário Faria de Andrade.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pela Morte de Januário Faria de Andrade

Januário Faria de Andrade nasceu no dia 30 de Janeiro de 1934. Agricultor de profissão, natural da freguesia da Praia do Norte, ilha do Faial, faleceu no passado dia 5 de Abril, na Santa Casa da Misericórdia da Horta onde se encontrava internado sofrendo de doença prolongada, deixando de luto toda a família e toda a ilha do Faial.

Partiu um dos homens mais conhecidos e reconhecidos da nossa ilha. “O Sr.º Januário da Praia do Norte” ajudou milhares de pessoas que lhe batiam à porta diariamente, procurando os seus préstimos como endireita.

Possuía um dom, dom este que pôs ao serviço da comunidade de forma generosa. Será decerto difícil calcular, o número de problemas e mazelas que ajudou a resolver – foi de facto um homem que ficará para sempre marcado na sociedade faialense.

Com uma estrutura robusta e mãos calejadas, Januário Faria de Andrade, era um homem educado e de muito bom trato, ajudava tudo e todos, sempre com um sorriso na cara e em qualquer lado. Muitas são as histórias de membros do corpo humano “desmanchados”, que o Januário colocava no lugar. Colocava também este dom à disposição dos animais, pondo muitas vezes fim à dor daqueles que não possuem linguagem para pedir auxílio.

Era um homem com uma imensa humildade, que não dizia não a ninguém. A qualquer hora e em qualquer lugar que fosse solicitado, fazia uso dos seus conhecimentos, e quando as situações saíam fora da sua amplitude de conhecimentos, tinha o discernimento de dizer: “Isto não é para mim”.

O seu dom, a sua dedicação e o seu exemplo fundam o presente Voto de Pesar pela sua morte. Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Pesar pelo Falecimento de Januário Faria de Andrade, e que deste seja dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia da Praia do Norte, à Casa do Povo da Praia do Norte, à Santa Casa da Misericórdia da Horta e a todos os órgãos de comunicação social.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2012.

Os Deputados Regionais do PS: Berto Messias, Lúcio Rodrigues e Alzira Silva.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Todos? Aos órgãos de comunicação social do Faial!

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Membros do Governo:
Naturalmente que o PSD vai associar-se a este voto, pois o Sr. Januário era um homem simples, mas um homem de alma grande, que colocou o seu dom ao serviço de todos aqueles que o procuravam.

Efetivamente foram muitos faialenses que, ao longo das últimas décadas, se deslocaram à Praia do Norte à procura dos seus serviços de endireita.

Muitos faziam-no às mais diversas horas e o Sr. Januário estava efetivamente sempre disponível e disso são testemunhas muitos faialenses.

Sabem-no também muitos dos que andaram à volta do fenómeno desportivo, pois entre os seus “clientes” também estiveram muitos desportistas.

Era um homem humilde, um homem que, perante um problema ou uma mazela que estava fora das suas competências, era o primeiro a dizer “isto não é para mim”.

Pela forma como colocou este dom ao serviço dos outros, o Sr. Januário é efetivamente merecedor da nossa homenagem e do nosso reconhecimento.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos a parte relativa aos votos. Vamos entrar nas declarações políticas.

De acordo com o combinado em conferência de líderes dou a palavra ao CDS/PP, mais concretamente ao Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração política.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em consideração a importância do sector agrícola na Região, quer pela riqueza que gera, como pelos empregos que assegura, o CDS-PP defende a definição de linhas orientadoras de longo prazo, de modo a permitir a sustentabilidade da Agricultura nos Açores.

Enquanto Bruxelas manteve, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), o regime de quotas leiteiras, estimulou-se fervorosamente a produção pecuária. Apesar de ter sido decidido à muito o desmantelamento deste regime, nos Açores continuamos a apostar nesse sector sem estudar alternativas.

Quando um Ministro português da Agricultura, por sinal o socialista Jaime Silva, resolveu capitular, sem qualquer tipo de luta, perante a decisão comunitária de acabar com as quotas em 2015, o Governo Regional resignou-se!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O anterior Governo da República, o tal do amigo Sócrates, criou um grupo de peritos para estudar as implicações da reforma da PAC na agricultura portuguesa, mas esqueceu-se de nomear um açoriano para o integrar, desrespeitando escandalosamente a Região que é tão-só responsável por 30% da produção de leite nacional.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional nunca se indignou,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nunca manifestou ou reivindicou a correção desta grave lacuna.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador A atual Ministra do sector, num louvável espírito de cooperação e relacionamento institucional, veio aos Açores e reuniu com o Governo Regional.

Neste encontro de trabalho, a Sr.^a Ministra comunicou, em primeira mão, ao Secretário Regional da Agricultura que tencionava nomear um Açoriano,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi em primeira mão? É que ele diz que não!

O Orador: ... nomeadamente docente da Universidade dos Açores, para integrar o grupo de peritos nacional que está a estudar as implicações da reforma da PAC.

Porém, o Secretário Regional da Agricultura fez de contas que não ouviu e, em vez de ter valorizado este importante reconhecimento nacional à principal

atividade económica regional, preferiu estimular uma querela institucional, sendo extremamente deselegante...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É típico!

O Orador:... ao afirmar que a Sr.^a Ministra não teve “a nobreza de ter dado qualquer conhecimento da nomeação de Emiliania Silva para a Comissão Nacional para a Reforma das Políticas Europeias para o sector”.

Ficou patente que o Secretário Regional da Agricultura e Florestas não queria um Açoriano neste grupo de trabalho, mas sim um socialista para poder controlar.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2008, nesta Assembleia, desafiei todos os partidos políticos e o Governo para constituirmos, despidos de qualquer ideologia, um grupo de trabalho que juntasse agricultores e seus representantes, técnicos e especialistas da Universidade dos Açores, e estudasse o futuro do sector na Região.

Desde então que poderíamos todos, mas principalmente o Governo Regional, ter adotado novas políticas para o sector, apostando na diversificação e promovendo a reconversão das explorações, como forma de melhor explorar o potencial agrícola dos Açores.

Porém, ultimamente, o Governo Regional, inacreditavelmente, deu em direccionar vultuosos apoios, a fundo perdido, para investimentos que irão matar estas produções.

Refiro-me, concretamente, aos apoios concedidos à estabulação permanente de gado.

O Governo Regional vai pelo mau caminho ao financiar estes projetos, pois estes investimentos são um erro estratégico de futuro e um retrocesso enorme na qualidade da carne e do leite produzidos nas ilhas.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: O regime intensivo promovido pela estabulação implicará uma maior importação de alimentos, contribuindo para aumentar a nossa dependência externa;

A estabulação permanente implicará uma maior fragilidade do sistema imunitário dos animais;

A estabulação permanente implicará um aumento dos custos de produção;

A estabulação permanente conduzirá a uma diminuição da vida média da vaca e uma maior taxa de substituição;

A estabulação permanente implicará maiores custos de produção por via de uma maior utilização de maquinização;

A estabulação permanente provocará uma diminuição da qualidade do leite e da carne, tendo em conta que diminui a permanência da vaca na pastagem.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS-PP informa que dará entrada nos serviços desta Assembleia de uma iniciativa parlamentar que recomendará ao Governo que encomende à Universidade dos Açores um estudo aprofundado sobre a estabulação permanente de gado nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por falar em Universidade temos também que lamentar a forma como o atual titular da pasta da Agricultura dos Açores despreza o *know-how* científico da Academia Açoriana, com elevado prejuízo para o rendimento dos nossos agricultores.

É incalculável o avanço que a agricultura regional poderia ter, caso a tutela tivesse, já desde 2002, valorizado os estudos e ensaios da Academia Açoriana.

O exemplo mais flagrante prende-se com o estudo sobre a qualidade da Carne dos Açores. O Secretário Regional da Agricultura preferiu contratar um estudo ao INOVA, que, por não ter *know-how*, foi contratar uma empresa fora da Região.

O Secretário Regional preferiu financiar entidades externas à Região, em vez de apoiar a Universidade dos Açores, ou seja, mandou dinheiro para fora da economia regional.

Estamos perante um duplo atentado do Secretário Noé Rodrigues: à Agricultura que fica penalizada com anos de atraso e à economia regional que ficou mais pobre!

Era importante que o Senhor Secretário Regional nos dissesse quanto custou este estudo? Este estudo e outros que o Sr. Secretário encomendou ao INOVA.

Deveria estar o Sr. Secretário preocupado em defender os superiores interesses do sector que tutela e que, a cada dia que passa, sente maiores dificuldades para continuar a produzir;

Deveria estar preocupado em estimular uma valorização dos produtos derivados desta atividade económica e promover políticas mais ativas de diversificação e reconversão das explorações;

Deveria estar mais preocupado em clarificar os milhões de euros de apoios que concede sem enquadramento legal;

Deveria estar focado na manutenção de um relacionamento institucional saudável com o Governo da República, em vez de criar querelas que, em última instância, só atrasam o desenvolvimento do sector na Região.

A Agricultura Açoriana foi, é e será um dos mais importantes sectores de atividade da Região e apresenta-se com um potencial extraordinário de futuro.

Saibamos todos unir esforços, reunir propostas, propor soluções e olhar para este sector como essencial à Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Antes de abrir o debate relembro aos intervenientes que cada grupo parlamentar e o Governo poderão fazer uma única intervenção de 5 minutos, com exceção das representações parlamentares que será até 3 minutos, encerrando o debate o declarante com uma intervenção até 5 minutos.

Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para esclarecer de uma vez por todas a intervenção que o CDS/PP, pela boca do Sr. Deputado Artur Lima, vem fazendo sobre a agricultura, nos últimos tempos. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer o seguinte:

O Governo Regional dos Açores, desde sempre, tal como o Partido Socialista, defendeu, perante todos e em todas as circunstâncias, a manutenção do regime de quotas.

Deputado António Ventura (PSD): Não é verdade!

O Orador: Tem feito isso repetidamente em todas as circunstâncias.

Aquando da última visita da Sra. Ministra da Agricultura à Região, realizada e preparada com a Secretaria, a Sra. Ministra dignou-se dizer-me que estava a pensar nomear...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Disse! Afinal disse!

O Orador: ... alguém dos Açores para fazer parte do grupo de peritos. Não se dignou dizer-me de quem se tratava, nem eu sequer exigia que ela me dissesse de quem se tratava.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Afinal disse!

O Orador: O que a Sra. Ministra da Agricultura não disse, a quem esteve na reunião, foi que queria nomear um militante do próprio CDS/PP. Isso ela não disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já lá vamos aos militantes!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! Ela ia nomear era um militante do PS!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Reduziram um professor universitário a um militante do CDS/PP!

O Orador: Nunca alimentámos qualquer querela gratuita com o Governo da República, seja com quem for. Não alimentámos nem estimulámos!

Relativamente ao estudo da agricultura e do desmantelamento do regime de quotas, há muito que também se encontra resolvido. Se o CDS/PP não sabe, devia saber, que encomendámos um estudo à Universidade dos Açores,...

Deputado António Ventura (PSD): Um estudo que nunca mais acaba!

O Orador: ... que foi entregue há vários anos ao Governo, e que concluía duas questões fundamentais:

Por um lado, a reestruturação das produções leiteiras, o aumento médio da quota disponível por exploração;

Por outro lado, o incentivo às unidades industriais para a produção de produtos funcionais.

Isso já foi declarado por várias vezes e esse estudo foi entregue a algumas organizações de produtores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando é que foi isso?

O Orador: Gostaria também de vos dizer que esse estudo foi feito pelo Departamento de Economia da Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando?

O Orador: No final da legislatura passada, Sr. Deputado.

A reestruturação do setor agrícola de que se fala, vem bem demonstrada naqueles que são os nomes que apresentamos.

Na Região, e está nos últimos Censos da Agricultura Portuguesa, não houve qualquer abandono de terras agrícolas.

A dimensão económica das explorações cresceu 70,4% acima da média nacional.

Na Região melhorámos 85% de prados e pastagens, ao contrário do Continente que 75% de prados e pastagens não tiveram qualquer intervenção técnica, como revela o Instituto Nacional de Estatística. Isto revela o interesse que temos pela terra e o aproveitamento que dela fazemos.

Somos a Região do país com mais jovens na agricultura...

Deputado António Ventura (PSD): E menos qualificados!

O Orador: ... com melhor taxa de alfabetização, como vem dito nos resultados dos censos da agricultura.

Na produtividade, por unidade de trabalho anual, a nossa agricultura está duas vezes e meia acima da média nacional. É a melhor região do País.

A propósito do setor leiteiro, Sr. Deputado, em 2011, acabámos por produzir na Região mais de 540 milhões de litros.

Os indicadores de 2012 revelam que continuamos a crescer no setor da produção leiteira.

Temos feito isso com o mesmo número de animais do que tínhamos há mais de 10 anos e com cerca de metade dos agricultores.

A quota média de leite nas explorações agrícolas era, há uns anos, de 90 mil litros por exploração.

Deputado António Ventura (PSD): E recebiam mais dinheiro por isso!

O Orador: Hoje está a bater nos 200 mil litros por exploração.

Deputado João Costa (PSD): E o rendimento?

O Orador: Se isso não é reestruturação eu pergunto, de que reestruturação é que se fala?

Deputado João Costa (PSD): Menos rendimento!

O Orador: A outra questão tem a ver com o crescimento das áreas da carne que também revela a grande reestruturação e a grande evolução que se tem feito.

Por exemplo, há quatro ou cinco anos, tínhamos que arranjar verba para pagar pelo menos o abate de cerca de 32 mil direitos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Em 2011, fechámos o ano com mais de 71 mil prémios ao abate. Se isso não é crescimento da nossa agricultura...

Relativamente ao rendimento, repito, está no relatório do Instituto Nacional de Estatística,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Agora já serve!

O Orador: ... duas vezes e meia mais do que a média nacional de rendimento por unidade de trabalho anual.

Também na diversificação, todos agora assumem o princípio de serem os autores da diversificação das atividades agrícolas na Região, mas gostaria de dizer que apenas em 2007 apoiámos 410 hectares de terras em produção, quando em 2011, para as áreas da diversificação, foram apoiados 830 hectares, um crescimento de 102% em apenas 4 anos.

Gostaria também de vos dizer uma questão simples relativamente à matéria...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Estou a acabar, Sr. Presidente. Peço a sua benevolência porque é preciso esclarecer aqui algumas coisas de importância central.

Deputado António Ventura (PSD): Vai dar benevolência a todos!

O Orador: O Governo propôs um estudo ao INOVA relativamente à caracterização de alguns produtos, nomeadamente, da carne e dos lacticínios, para apoiar as pequenas queijarias.

Nesse estudo, e o CDS foi logo atrás de uma Sra. Professora da Universidade que dizia que a Universidade já tinha aqueles resultados há mais de uma década (é incrível que isso tenha acontecido, porque o CDS desconhece aquilo que depois foi dito pela própria Universidade), que foi divulgado oportunamente, a própria Universidade está a participar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Se já tinha os estudos feitos há duas décadas, não se percebe como é que participam num estudo que já têm. Sr. Deputado, isso está na comunicação social, basta seguir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

Deputado Francisco César (PS): Extinga-se!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Extinga-se a Universidade dos Açores?

Deputado Francisco César (PS): A comunicação social!

O Orador: Relativamente a esta matéria, este estudo constitui uma iniciativa, um projeto apresentado pelo INOVA, que tem como parceiro regional a Secretaria Regional da Agricultura. A pedido desta incluiu vários temas, nomeadamente o apoio às pequenas queijarias.

Relembro que dos apoios dados pelo Governo à Universidade dos Açores, de 2006 a 2011, a Universidade recebeu do Governo Regional, para várias iniciativas, um apoio superior a 50 milhões de euros.

Não está em causa, nem da Secretaria Regional da Agricultura, nem da totalidade do Governo, qualquer menosprezo para com a Universidade e a sua competência, a competência da academia.

Há uma questão que gostaria de dizer...

Presidente: Para terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Sucessivamente o Sr. Deputado Artur Lima acusa a questão da concentração dos animais e do estabulamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até que enfim!

O Orador: Gostaria dizer, Sr. Deputado, o seguinte:

A estabulação de animais foi a resultante do Pró-rural e dos financiamentos dados, mas relembro que da sua bancada, ainda há bem pouco tempo, houve um pedido, através de um discurso feito nesta Assembleia e em vários locais, para se aumentar o valor do financiamento e o valor do montante global aos agricultores para se fazer mais estabulação.

Portanto, Sr. Deputado, estamos falados nessa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! O senhor vai ter que provar isso!

O senhor mais uma vez não esteve ao seu nível!

Presidente: Vamos continuar o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico perplexo com a quantidade de coisas que se diz sobre a agricultura e que não correspondem à verdade.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Parem de se esconder atrás da quantidade e dos milhões.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Mas que milhões?!

O Orador: Desçam à realidade dos problemas.

Enquanto os senhores estiverem escondidos na quantidade dos milhões e não compreenderem esses resultados não conseguem construir uma política para o setor.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Na história das quotas leiteiras, os únicos e exclusivos responsáveis pelo dismantelamento das quotas leiteiras foram o Governo da República, do tempo do PS, e o Governo Regional que, pelo seu silêncio, foi cúmplice.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Mas vejamos a história que permitiu que o processo se desencadeasse e tenho três questões muito simples para o Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Governo Regional não pode responder!

O Orador: Onde é que estava o Governo Regional (ficou calado!) quando o Governo da República não definiu, nas prioridades, entre 2007 e 2013, o setor do leite? Isso fragilizou muito os Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores são os culpados pelo vosso silêncio.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde estava o Governo Regional quando Portugal foi convidado a integrar uma minoria de bloqueio...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que levasse a impedir o desmantelamento das quotas leiteiras?

Os senhores são os culpados por não integrar esta minoria de bloqueio.

Onde estavam os senhores quando o Ministro da Agricultura, na República, disse que o problema para o fim das quotas leiteiras e a sua solução tinha que ser encontrado dentro do Programa do POSEI Açores?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não ouviu o Deputado Europeu, do PSD, nessa altura?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente foi alertado! Sabe que é verdade!

O Orador: É esta a solidariedade que ouvimos da República e é este o silêncio que os senhores respondem relativamente a esta solidariedade.

Portanto, se há culpados nesse sistema e no desmantelamento do sistema de quotas leiteiras, obviamente foram os Governos da República e a cumplicidade silenciosa do Governo Regional.

Quanto ao sistema de quotas leiteiras estamos falados.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto a números, os senhores, se não acreditam no PSD...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Acreditamos em todos, de boa-fé!

O Orador: ... vão acreditar no Recenseamento Agrícola de 2009. São números publicados, a não ser que os senhores, como fizeram em relação ao Tribunal de Contas, também já não acreditem no INE. Para vós nada serve, nada é verdade! Só é verdade aquilo que os senhores dizem e só quando vos dá jeito é que as instituições públicas independentes têm razão.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, e o Tribunal de Contas do Continente? E da Madeira?

O Orador: Em 2009, apesar de sermos a Região com a média de idades mais baixa na agricultura, tivemos a menor percentagem da população agrícola familiar com a qualificação no ensino superior. Estamos pobres.

Entre 1999 e 2009, o número de produtores de leite diminuiu 40% e o número de explorações decresceu 29,8%.

Deputado José Rego (*PS*): Isso é mau?

O Orador: O desafio dos Açores não é acabar com as explorações, não é acabar com os postos de trabalho. Isto é fazer o mais fácil.

O desafio dos Açores é manter os postos de trabalhos. É este o grande desafio.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Mas a produção cresceu!

O Orador: O peso do Valor Acrescentado Bruto, entre 96 e 2008, decresceu 49,7%.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar daquele setor que todos identificamos como o motor da recuperação, o único capaz de dar resposta, rápida e eficaz, ao desemprego, à fixação de pessoas, à criação de riqueza. Os senhores tornaram-no mais pobre, por isso ele não pode dar resposta à crise.

Ele é o único que pode dar resposta à crise e os senhores tornaram-no mais pobre, incompetente para dar resposta. A vossa incompetência levou a que este setor não possa dar essa resposta à crise.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): É falso!

O Orador: Embora seja uma região propícia para a cultura do milho (a única energia alimentar que temos), a sua produção decresceu entre 98 e 2011, 26%. Isso significa que estamos mais dependentes da alimentação que vem do exterior.

Deputados Duarte Freitas e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, produzimos mais leite, mas com menos energia. Isso significa que compramos mais fora, estamos mais dependentes do exterior, temos menos riqueza local.

Mais de 40% das frutas e legumes são importados. Não se conhecem as importações e não se sabe ao pormenor as exportações.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É verdade!

O Orador: Apesar de sermos uma região que precisa aumentar a sua produção agrícola por ilha, nos últimos 10 anos verificou-se um crescimento de 151% da área agrícola não utilizada. Isto é muita área não utilizada. Isto só significa que continuamos a importar alimentos também para a alimentação humana, para além da bovinicultura de carne e de leite.

Estamos pobres! Estamos dependentes! Não temos riqueza própria!

Entre 1999 e 2009, a superfície das culturas temporárias, retirando as forrageiras, sofreu uma quebra de 47,8% e as culturas permanentes 44,8%. Produzimos menos!

O grau de aprovisionamento em Portugal é 71,5%. Na União Europeia é de 99%. Nos Açores não se sabe, porque não se estuda,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não se acompanha. É tão simples como isto.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos os estudos, por mais que o senhor anuncie que façam, quebram e caem por base, porque não se conhece esses dados. Os senhores não acompanham os preços, não sabem o autoaprovisionamento, não sabem quanto é que custa produzir um litro de leite...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente,...

Presidente: São 5 minutos.

O Orador: ... agora peço a mesma benevolência. Ainda vou a meio!

(Risos da câmara)

Presidente: Não sei se vai a meio, tenho dúvidas. Vou dar-lhe alguma benevolência, mas não exagere.

O Orador: Não se conhece quanto é que custa produzir um litro de leite, um quilo de carne. Não se conhece as contas da cultura, não se acompanha os mercados.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se não se faz esse trabalho de base qualquer política vai ruir, porque não consegue ter a segurança dessa previsibilidade. Não se aplica um plano por ilha, não temos um programa alimentar, não se regula os preços. Tudo isto são situações que criam a fragilidade.

Os senhores continuam a apregoar e a usar um sistema que é a “roleta russa”: “vamos ver se isto dá certo desta maneira, se dá certo daquela maneira”...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... sem planeamento, sem definição, sem objetivo.

Temos uma agricultura “medicamente” assistida, “ligada às máquinas”. É isso que temos, “uma agricultura ligada às máquinas”.

Quando se “desligar as máquinas”, caímos. Estão aí os resultados.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só vos resta fazer uma coisa:...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ir embora!

O Orador: Não prolonguem esta agonia.

Os senhores já não governam. Peçam para sair!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir a V. Exa. que informe a câmara quais são as regras do debate, na declaração política.

Obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é uma fuga!

Presidente: Eu posso informar, e informo com muito gosto. Já o fiz.

São 5 minutos para os grupos parlamentares e para o Governo, de uma só vez; 3 minutos para as representações parlamentares e encerra o declarante com 5 minutos.

Peço a todos uma contenção para o uso destes 5 minutos. Dei uma benevolência relativamente igual, quer ao Sr. Secretário, quer ao Sr. Deputado António Ventura.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP trouxe-nos uma declaração política que é um exercício de demagogia enorme.

Uma declaração política que não lê pela mesma cartilha que nós andamos a ler.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Isso é verdade!

Deputado João Costa (PSD): Sem dúvida!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem razão!

O Orador: Não lê os indicadores gerais para os Açores publicados pelo próprio INE.

O Sr. Deputado António Ventura devia ter lido outros indicadores.

Deputado António Ventura (PSD): Eu disse alguma mentira?

Deputado José Lima (PS): Tantas!

O Orador: Vou relembrar aquilo que se passa, com verdade, na agricultura dos Açores nos últimos 16 anos.

Quando se fala de reconversão, quando se fala de diversificação, estamos a falar de quê?

Deputado António Ventura (PSD): De rendimento! Os lavradores estão mais pobres!

O Orador: O que é que os senhores entendem que se passou nos Açores se não foi a reconversão do setor leiteiro?

De um setor leiteiro falido...

Deputado António Ventura (PSD): Falido está agora!

O Orador: ... com baixas produções, com produções médias por exploração muito baixas, passou-se para uma reconversão. Diminuiu-se o número de produtores, é verdade, mas aumentou-se grandemente a quantidade de leite produzida por exploração nesta Região.

Deputado António Ventura (PSD): Isso significa mais leite!

O Orador: Diversificou-se, dentro da produção leiteira.

Deputado António Ventura (PSD): Mais leite, não é mais rendimento!

O Orador: Hoje em dia não estamos a produzir só leite. Hoje em dia estamos a produzir leite, estamos a produzir vários tipos de queijos.

No vosso tempo produzíamos apenas e só um único tipo de queijo, que era o queijo que toda a gente produzia.

Hoje, temos “n” queijos produzidos. São vendidos e comercializados de diversas formas e estamos nas prateleiras de todos os supermercados.

Meus senhores, a realidade do setor leiteiro na Região hoje não tem nada a ver, não é comparável com aquilo que existia no passado.

Por outro lado, ao nível da diversificação, o que é que temos verificado nos últimos anos?

Tem havido um aumento significativo, uma alteração profunda na diversificação dos produtos agrícolas.

Quando falamos na produção de carne, como é que era a produção de carne há 16 anos? Como é a produção de carne nos dias de hoje? Qual foi a alteração que houve?

Os senhores não querem falar verdade! Exportávamos gado vivo. Hoje em dia somos uma região exportadora de carne, exportadora de carcaça, de peças. Vai embalada a vácuo, é comercializada nas devidas condições.

Deputado João Costa (PSD): Já pagaram a dívida?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Aguardo a necessária tolerância.

Criámos nos Açores uma rede regional de abate.

Deputado João Costa (PSD): Que o diga a Graciosa!

O Orador: Hoje, são as cadeias de distribuição que se interessam pelos nossos produtos.

A própria McDonald's já perguntou pela carne dos Açores. Isto é diversificar.

Ao nível das culturas hortícolas, só nos últimos 4 anos as áreas da horticultura duplicaram na Região. Isso é significativo.

Hoje, temos produtos hortícolas em todas as prateleiras...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não pode ser. Façam favor de se acalmar, porque este debate tem regras.

Sr. Deputado Duarte Moreira, faça favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, nas produções hortícolas, temos produtos regionais em todas as prateleiras. Há produtos regionais que começam a aparecer no mercado do continente e têm vindo a aumentar significativamente.

Estamos, agora sim, numa fase que é necessário aprofundar a organização dos produtores para que estas culturas cheguem ao mercado de forma valorizada, para que não concorram os produtores uns com os outros e que possamos valorizar ainda mais esses mercados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores tiveram 16 anos para fazer isso!

O Orador: Relativamente à importância que damos ao setor leiteiro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desenvolveu, em 2010, um trabalho que foi recentemente apresentado ao Sr. Comissário Europeu da Agricultura.

Deputado António Ventura (PSD): Isso foi depois de rejeitarem a nossa proposta e depois foram sozinhos!

Isso é que é trabalhar!

O Orador: Um trabalho que foi feito em conjunto com todas as organizações de produtores da Região, que teve a intervenção da indústria, ouvimos a distribuição, consultámos mais de 40 e tal entidades, e reflete aquilo que é o sentir do setor da fileira do leite, da fileira da carne, da diversificação na Região.

Aliás, o PSD fez o favor de não aprovar favoravelmente esse nosso relatório, que foi traduzido depois num projeto de resolução nesta casa (e mais uma vez o PSD não aprovou!), que falava, esse sim, na manutenção das quotas leiteiras. Os senhores não aprovaram!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Agora aparecem algumas pessoas do PSD, nomeadamente a líder do PSD, a falar de propostas inovadoras ao nível europeu para a agricultura...

Deputado António Ventura (PSD): Isso mesmo!

O Orador: ... quando essas propostas estão refletidas no nosso relatório.

Vou ler-lhe uma que é exemplificativa.

(Risos do Deputado António Ventura)

Sr. Deputado António Ventura, não se ria! Vou ler uma que é exemplificativa, mas podia ler mais, e isso foi apresentado ao Sr. Comissário:

“15- Criar um envelope financeiro no âmbito dos fundos destinados à agricultura para o transporte de produtos agropecuários inter-ilhas e para fora da região”, considerando-se esta como uma medida de grande utilidade.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vem agora o senhor falar do POSEI ao transporte.

É demagogia, pura e simples...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor é do PS?

O Orador: ... de quem, durante todos estes anos, não tem apresentado uma única medida válida.

Limitam-se a apresentar a criação de centros, a criação de estruturas, acompanhamentos, mais comissões, mais custos, mais burocracia. Em termos concretos, nada disso resolve a questão da agricultura.

A questão da agricultura resolve-se conforme o Governo dos Açores e o PS têm vindo a trabalhar, com os agricultores, reestruturando o setor, dando-lhes condições de trabalho nas infraestruturas públicas, apoiando as infraestruturas privadas, uma reestruturação total.

Nada do que existia no vosso tempo e daquilo que existe hoje é comparável, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve só para dizer, Sr. Deputado Artur Lima, que concordo com o quadro que ali desenhou.

Temos uma necessidade premente de estudar este setor. Temos uma necessidade premente de encontrar novas soluções para o setor agrícola.

É bom que fique esta perspetiva: o Governo do Partido Socialista deixa este setor à beira da extinção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor não conhece o setor!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): A única coisa que está à beira da extinção é o seu mandato!

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pode, mas não deve!

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente do Governo, acalme-se um bocadinho, para eu continuar. Eu sei que custa a ouvir.

Sr. Presidente do Governo Regional, o senhor, na próxima legislatura não estará cá...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nem o senhor!

O Orador: ... se não voltar atrás com aquilo que disse.

Se eu estarei ou não, o povo é que irá decidir.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O povo acha que o senhor está em extinção!

O Orador: A questão fundamental é esta (o Sr. Presidente interrompeu-me): o que o Sr. Presidente do Governo Regional deixa é um setor em que não há uma solução para o fim das quotas.

Alguns agricultor/alguém percebe qual é a estratégia deste Governo para enfrentar o fim das quotas?

Eu não conheço! Ninguém conhece na Região!

Alguém conhece qual é a estratégia do Governo Regional para enfrentar a entrada dos produtos do Mercosul, em relação ao setor da carne? Não!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga lá qual é a sua?

O Orador: Os senhores limitam-se a esperar que estas circunstâncias e esta conjuntura venha a ter um efeito devastador.

Os senhores deixam um setor ameaçado, tremendamente ameaçado, um setor que é fundamental para o crescimento económico da Região, para a criação de

emprego, e com um grande ponto de interrogação. Não, não é com um. É com vários pontos de interrogação.

Estas duas questões são fundamentais. Os senhores deixam alguma solução, deixam alguma saída para a conjuntura do fim das quotas?

Não deixam! É preciso construir tudo de novo.

Os senhores deixam alguma solução no nosso setor da carne, com a entrada dos produtos do Mercosul, que terá um efeito absolutamente devastador em relação aos produtores locais?

Também não deixam! Os senhores não deixam nenhuma solução para o setor no futuro.

O futuro, é um futuro muito próximo. Estamos a falar de 2, 3 ou 4 anos.

É preciso construir soluções desde o início.

Os senhores deixam o mercado integrado, do ponto de vista da produção e da distribuição? Também não deixam.

Os senhores deixam este setor como deixaram a construção civil.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, termino já. Apenas 30 segundos.

Os senhores deixaram a construção civil na Região no chão.

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Isso é falso! É ignorância!

O Orador: O setor agrícola tem mais 2, 3 ou 4 anos com alguma sustentabilidade, com os atuais pressupostos, com esta matriz.

Se não se alterar esta matriz cai no chão como caiu o setor da construção civil.

A verdade é esta.

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): É assim em todas as áreas!

O Orador: Os senhores sabem que isto é assim. Os senhores não deixam nenhum futuro em relação ao setor agrícola.

A verdade é essa.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

O Sr. Secretário não pode intervir mais no debate. Eu sei que o Sr. Secretário tinha muita vontade e desconfio que tinha muito para dizer, assim como outros intervenientes deste plenário, mas as regras que temos são estas.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 5 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, com toda a consideração, ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito obrigado!

O Orador: ... para dizer o seguinte:

Esperava, e tinha capacidade para isso, que V. Exa. fizesse uma réplica à minha intervenção política e contestasse algumas das coisas que aqui referi. Referiu-se, há falta de argumentos naturalmente, apenas à demagogia. Fica feito o reparo à sua intervenção.

O CDS não disse, nunca disse, nem dirá que nos Açores foram feitos progressos na agricultura.

Este Governo tem naturalmente méritos e tem feito coisas que trouxeram desenvolvimento na agricultura. Nunca ninguém nos ouviu dizer o contrário e reafirmamos.

Agora não podemos, nunca (também não contem connosco!) deixar de fazer a crítica que temos que fazer, sobretudo quando lesa os nossos interesses.

Deputado Duarte Moreira (PS): Os vossos interesses nacionais!

O Orador: Os nossos, açorianos!

Sr. Secretário, afinal de contas eu percebi que o senhor teria ficado contente se o representante na comissão de peritos fosse açoriano e socialista. Esse era o seu desejo!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Estava nos jornais!

O Orador: O senhor conteste o currículo da Prof^ª. Emiliania Silva, dirigente do CDS.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Eu não contesto nada!

O Orador: Eu contesto algumas das nomeações que o senhor fez e algumas das nomeações que o Governo Regional faz, apenas por cartão socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu contesto, aponto-as dedo a dedo e discuto o currículo com quem e quando os senhores quiserem. Nisso estamos entendidos, Sr. Secretário. Aliás, terá sido por isso que o INOVA foi favorecido, por ter à frente um ex-membro do Governo Regional.

Foi por isso que o INOVA foi favorecido.

O senhor não me respondeu ao facto de ter atirado dinheiro para fora da Região.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Uma candidatura a um fundo!

O Orador: Não me respondeu ao facto da estabulação permanente.

Eu desafio a dizer qual foi a proposta que esta bancada fez para reforçar a estabulação permanente.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Um milhão de euros!

Deputado António Ventura (PSD): Foi um reforço de apoio!

O Orador: Ninguém nesta bancada fez, nem o CDS fez! Desafio o senhor a provar isso.

Sr. Secretário Regional, quanto à Universidade dos Açores, o senhor não me respondeu também quanto é que custou o estudo. Quanto é que o Governo Regional deu ao INOVA?

Isto é o quê? Três milhões? São três milhões?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Uma candidatura a fundos! O Inova é uma candidatura a fundos!

O Orador: Mas quanto é que custou? O senhor também não esclareceu.

Perguntei-lhe diretamente, mas respondeu ao que quis, ou seja, não respondeu ao estudo e ao preço.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É uma candidatura a fundos!

O Orador: Fica claro: a Universidade dos Açores não participou no estudo.

Foi convidado um docente da Universidade dos Açores para integrar o grupo de trabalho, docente esse que nunca foi tido, ouvido ou achado para nada.

A Universidade dos Açores não participou. Basta ler o esclarecimento que ele mandou para o jornal. O senhor lê e aqui está bem esclarecido o papel que a Universidade dos Açores teve.

Quanto a verbas, não recebeu um tostão. Esta é que é a realidade, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Se não trabalhou, também não tinha de receber!

O Orador: Sr. Secretário, vamos à dolorosa: “Açores importam 20 a 30 milhões de euros de produtos agrícolas”.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): É o que está nos jornais!

O Orador: Vou ler, Sr. Secretário: “Importa-se tudo, da salsa à batata, passando pelo repolho ou pelo tomate.”

Importa-se de tudo, Sr. Secretário, 20 a 30 milhões. Foi esse salto que não demos e tínhamos condições, pese embora os avanços que tivemos, de ter dado.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): 103% em 4 anos!

O Orador: “Os números que apresentou referem ainda que fava, tremoço, maçãs e batatas são produtos importados que chegam ao arquipélago vindos de países como Chile ou Nova Zelândia”.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Em todo o mundo é assim!

O Orador: Sr. Secretário, quando temos condições para produzir, não produzimos. Isso é triste.

Quando falo em reconversão agrícola, Sr. Deputado Duarte Moreira (e o senhor sabe por que é que eu falo), é no sentido não de reconverter apenas a exploração leiteira ou melhorar a exploração leiteira, é reconverter parte da exploração

leiteira para a produção de hortícolas. Isso chama-se reconversão agrícola, como o senhor sabe melhor do que eu.

Sr. Secretário, dar cabo da nossa imagem, do nosso verde, da nossa pastagem e capitular a estabulação permanente é um erro estratégico para os Açores, é um erro terrível para a agricultura açoriana que nos vai tornar igual à agricultura de Bruxelas, de Paris ou de qualquer sítio. Isso é um erro. Os senhores estão a destruir a agricultura dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): 1 milhão e 500 mil euros! Os senhores propuseram 1 milhão de euros!

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Para reconversão agrícola!

O Orador: Para terminar, Sr. Secretário, digo-lhe o seguinte:

Podemos ser os melhores agricultores; podemos ser os maiores agricultores, mas somos os que recebemos menos da União Europeia, Sr. Secretário. É isso que o senhor tem que dizer.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Leia o relatório do INE!

O Orador: Somos os melhores, somos os maiores, mas somos os que ganhamos mal, ganhamos pior. É isso que o senhor não consegue explicar.

Está a dar cabo do verde da nossa pastagem.

Portanto, capitulação na quota leiteira, não há futuro e, sobretudo, Sr. Secretário, o senhor nunca conseguiu implementar a carne IGP, nem valorizá-la no mercado. Isso o senhor também não explica, por que é que a carne IGP não está a produzir-se como deve ser nos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Está a triplicar!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Basta olhar os números do IAMA, ver a sua distribuição geográfica e perceber por que é que a carne IGP não é produzida nos Açores, Sr. Secretário.

Isso o senhor tem que explicar ao açorianos e aos agricultores que estão a ver ao desbarato a sua carne.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Talvez não!

O Orador: Já agora, aproveito para sugerir que o senhor faça uma inspeçãozinha ao IAMA para ver as políticas diferenciadas que anda a praticar de ilha para ilha.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrou aqui o nosso debate e o nosso PTAP.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Como sabem, temos a tomada de posse da Sra. Secretária Regional da Economia, à qual seguir-se-á a sessão de cumprimentos. Apelava, por isso, à vossa pontualidade.

Às 15 horas e 30 minutos retomaremos o plenário habitual.

Até às 15 e bom almoço.

Aos Srs. Líderes Parlamentares pedia o favor de se acercarem da mesa.

Obrigado.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 29 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a votação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010/A, de 5 de março - estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Terminámos os nossos trabalhos ontem com a votação na generalidade.

Vamos passar à votação na especialidade.

O diploma tem três artigos. Não há qualquer proposta de alteração para nenhum deles.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação os três artigos em conjunto.

Não havendo oposição, assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Parecer sobre o Relatório apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, relativo a matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”.

Foi combinado em Conferência de Líderes que depois de apresentado o relatório haveria um tempo global de 10 minutos para o Governo e para os grupos e representações parlamentares.

Sendo assim, peço ao Sr. Relator Duarte Moreira, para apresentar o relatório.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidentes, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parecer ao Relatório sobre a “Matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores” apresentado por um grupo de deputados do Partido Socialista

9 de Março de 2012

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 9 de março de 2012, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar o Relatório sobre matéria de interesse regional “Pescas nos Açores” apresentado por um grupo de deputados

do partido socialista, a saber: José Gaspar Lima, Benilde Oliveira, José Avila, José do Rego, Lizuarte Machado, Nélia Amaral e Rogério Veiros.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de apresentação de relatórios sobre matéria de interesse regional e a apreciação em Comissão enquadram-se no âmbito da alínea e) do n.º 2 do artigo 11.º e no n.º 5 do artigo 82ª do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente relatório sobre matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores” apresentado por um grupo de deputados do PS, enquadra-se nos termos regimentais referidos no capítulo anterior.

O Relatório tem em conta as seguintes premissas:

1. A preocupação com a preservação do ambiente e com os recursos naturais associados às recentes oscilações registadas nas capturas obrigam a uma reflexão aprofundada sobre questões ligadas à gestão dos *stocks* piscícolas no sentido de se tomarem medidas legislativas ou outras, designadamente a fiscalização e as medidas de proteção já implementadas – de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos marinhos e, por esta via, o futuro deste sector, que tem uma importância económica relevante para a Região Autónoma dos Açores;
2. A pesca contribui com cerca de 3,6% para o produto Interno Bruto (PIB) da Região Autónoma dos Açores e absorve aproximadamente 5% da população ativa;
3. Nos últimos anos foram investidos cerca de 250 milhões de euros, entre fundos comunitários e fundos próprios, em infraestruturas, na formação, na

investigação, na renovação da frota e na indústria conserveira, que ainda representa e se assume como grande empregadora em algumas ilhas e um setor exportador por excelência;

4. Ao contrário do que era comum pensar-se no passado, e apesar da dimensão da nossa Zona Económica Exclusiva, os recursos dos nossos mares são frágeis e, como tal, finitos;

5. A importância estratégica que o sector representa para a Região Autónoma dos Açores, com impactos diretos e indiretos na sua atividade económica e social, e ainda para a sua sustentabilidade e biodiversidade, internacionalmente reconhecida;

O relatório em análise teve como missão auscultar os intervenientes neste importante sector económico e social dos Açores, que após a realização de audições, visitas e contactos institucionais e informais permitiu a realização do presente Relatório sobre as **PESCAS NOS AÇORES**, cumprindo desta forma um dos poderes que aos Deputados é atribuído no Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º15/2003/A de 26 de Novembro), no seu artigo 11.º, n.º 2, alínea e) “apresentar relatórios sobre matérias de interesse regional”.

Para além do objetivo já referenciado, o relatório de matéria de interesse regional “Pescas nos Açores”, pretendeu analisar a evolução das pescarias e o estado dos recursos existentes. Os proponentes, pretenderam ainda, junto dos profissionais (pescadores, armadores e comerciantes) e dos decisores, a conciliação de vontades de modo a possibilitar a implementação de novas medidas que garantam a defesa deste bem precioso que nos rodeia, em benefício desta e das próximas gerações.

Após entrega formal na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e discussão em sede de Comissão Parlamentar, os proponentes pretendem que este relatório sirva de base de discussão e contribua para a definição da política da pesca na Região.

O relatório de matéria de interesse regional, em análise, está estruturado em vinte pontos.

As conclusões obtidas neste relatório tiveram como base a análise feita, pelos proponentes, após a realização das diligências efetuadas, nomeadamente as audições, a leitura dos dados disponíveis e leitura de documentos complementares, que resultaram nas seguintes 26 conclusões:

1. O meio marinho é um ecossistema rico e diverso. Pese embora a sua dimensão e o ainda grande desconhecimento do Homem sobre as suas características, é um dado adquirido que este sistema é finito, limitado e que os seus recursos são esgotáveis;
2. Segundo um estudo, apresentado em Fevereiro de 2002 pela Associação Americana para o Avanço da Ciência, as águas do Atlântico Norte estão a ser sobre exploradas e os seus recursos piscícolas podem entrar em colapso em 2025;
3. As espécies de maior valor comercial do Atlântico Norte diminuíram mais de 80% relativamente às existências e as capturas em 50 anos reduziram-se para metade;
4. Na União Europeia a gestão repartida - União Europeia/Estados Membros – tem criado, sobretudo às regiões insulares, enormes dificuldades porque às Ilhas não são reconhecidas as suas especificidades próprias, no contexto europeu das pescas;
5. Existem ameaças externas, nomeadamente da União Europeia, que urge impedir, como o sistema livre de quotas transferíveis ou a resistência em ir além das 100 milhas;
6. Nos Açores, o declínio, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade, das capturas de demersais a partir de 1995, apesar do aumento do esforço de pesca, são bem a prova do que se acabou de dizer;
7. Os valores de pescado descarregado em lota para atribuição de licença de acesso à atividade são muito baixos e incentivadores da fuga à lota;
8. Sente-se a falta de disseminação da informação científica pelo público-alvo, profissionais da pesca ou não;
9. Falta de meios para uma melhor fiscalização, quer no mar quer em terra;

10. Regista-se exagerada fuga à lota e significativa comercialização de pescado por parte dos pescadores lúdicos;
11. Inspiência no funcionamento de algumas áreas marinhas protegidas, a maioria das quais criadas no decurso do ano transato;
12. Com os meios existentes só é possível, em termos de investigação, ir a alguns locais até às 60 milhas. Não conseguimos cobrir toda a ZEE, porque os pesqueiros estão muito dispersos;
13. Anualmente obtém-se apenas índices independentes de abundância das várias espécies. Esta informação base, que é utilizada para avaliação dos *stocks*, é insuficiente;
14. O rendimento por anzol desceu significativamente e em algumas áreas o estado atual dos *stocks* já não permite a reposição natural. Esta questão é particularmente relevante no Grupo Oriental e em particular no Mar da Prata sendo que também já se verifica em outras zonas como seja o Banco Princesa Alice;
15. A renovação da frota, necessária em termos de habitabilidade e segurança, fez disparar o esforço de pesca e não está dimensionada para a nossa realidade dado o incremento em eficiência na captura e o efeito subsequente na delapidação dos *stocks*;
16. As ilhas onde a renovação da frota decorreu de forma mais adequada são também aquelas onde a inovação e algumas práticas de boa gestão permitem que maior percentagem da frota não tenha aderido ao Fundo Pesca;
17. O sector não tem predisposição para encetar métodos de gestão de saídas para o mar, como forma de garantir preços e gerir recursos;
18. Existem ainda problemas com o manuseamento de pescado a bordo das embarcações, na descarga e na conservação, que promovem a sua desvalorização nos mercados;
19. As pescarias de algumas espécies demersais têm vindo a diminuir em quantidade e em qualidade. As perdas têm sido compensadas por capturas de pelágicos e moluscos.

20. O sector tem sido atrativo ao nível da mão-de-obra, notando-se um acréscimo substancial do número de inscritos, fruto das melhorias verificadas quer da frota quer das infraestruturas de apoio;

21. Foram realizados um número significativo de cursos de formação profissional, garantes da certificação necessária ao desenvolvimento da atividade e à melhoria das capacidades dos pescadores;

22. A centralização das lotas em todas as ilhas e a criação de infraestruturas e equipamentos nas últimas duas décadas vieram trazer ganhos de eficiência e mais-valias ao sector;

23. Nos últimos anos foram concretizados fortes investimentos na capacidade de frio. No entanto, em anos de capturas acima da média verificam-se alguns problemas, daí a necessidade de novos investimentos, como o que estão planeados;

24. A primeira venda dá-se em 9 mercados distintos a qual poderia ter ganhos significativos através de processamento eletrónico, transformando num único mercado;

25. As atuais margens de comercialização do pescado não valorizam algumas das espécies comerciais, entre elas os pequenos pelágicos e algumas espécies demersais;

26. É necessário reforçar o aproveitamento das potencialidades da piscaturismo, nomeadamente a extensão desta atividade a outras, podendo constituir um importante complemento ao rendimento das comunidades piscatórias.

Com base no descrito no presente relatório, resultante de um aprofundado trabalho com os parceiros sociais na área das pescas, resultaram 30 recomendações para o futuro, a saber:

1. Continuar a reivindicar, junto da União Europeia, ir para além das 100 milhas, como forma de proteger as nossas zonas de pesca e garantir a sustentabilidade da pesca dos Açores;

2. Adotar medidas que previnam a degradação dos *stocks* e promovam a sua recuperação para a estabilidade económica e social das comunidades piscatórias;

3. Impedir a criação de um sistema livre de quotas transferíveis que, a vingar, poderiam pôr em risco a pesca artesanal açoriana;
4. Reforçar a aplicação da importante investigação científica desenvolvida pelo Departamento de Oceanografia e Pescas à componente prática das pescas, aplicando o vasto conhecimento produzido por este departamento da Universidade dos Açores;
5. Criar um fórum no qual seja possível passar a informação científica, aliás, como se passa noutros locais do mundo, em que participem os utilizadores diretos: os pescadores, os cientistas e a administração. Deve reunir anualmente e os resultados científicos devem ser apresentados aos vários utilizadores;
6. Adotar metodologias de trabalho para que a investigação científica fique disponível, de forma acessível e prática, aos profissionais da pesca;
7. Adotar um sistema de quotas para um conjunto de espécies demersais dos Açores, acordadas entre cientistas e pescadores, devidamente harmonizada com a Política Comum de Pescas;
8. Diversificar as capturas como forma de dar tempo de recuperação às espécies mais capturadas;
9. Criar reservas temporárias em todas as ilhas e em alguns montes submarinos e/ou, sempre que necessário, limitar os dias de pesca;
10. Criar medidas de proteção à pequena pesca artesanal regional na zona entre a costa e as 6 milhas. Estas medidas poderão ser temporárias e diferentes para cada ilha, incluindo a proibição de utilização de determinadas artes de pesca e a limitação do número e tipo de embarcações que podem aceder à zona;
11. Assegurar, com a colaboração das associações profissionais, que as embarcações licenciadas para pescar com palangre de fundo e com linhas de mão não possam, em circunstância alguma, pescar com linhas de mão sempre que transportem artes de palangre de fundo a bordo;
12. Interditar o uso do palangre dentro das seis milhas e em alguns montes submarinos;
13. Implementar medidas para incentivar o uso de linhas de mão;

14. Criar mecanismos de controlo sobre a pesca lúdica e respetiva comercialização ilegal do pescado;
15. Reforçar os meios operacionais de fiscalização e incrementar meios de relacionamento entre as diversas entidades com competência na área da fiscalização;
16. Reduzir a mão-de-obra no sector, em alguns núcleos piscatórios, através da formação profissional para outras áreas de atividade económica;
17. Reforçar a componente da formação profissional, se possível, numa parceria com os Departamentos de Oceanografia e Pescas e Ciências da Educação da Universidade dos Açores;
18. Manter a formação de forma descentralizada em todas as ilhas, independentemente da existência ou não de um centro de formação;
19. Apostar na formação dos pescadores e armadores para pescarias de profundidade, como é o caso do Peixe Espada Preto;
20. Promover, através da formação, a boa gestão da frota, quer quando considerada no seu todo, quer quando considerada individualmente, de modo a rentabilizar e valorizar o pescado, bem como a sustentabilidade do sector;
21. Criar programas temporários de apoio à paragem de alguma frota, para promover a recuperação dos *stocks*, compensando devidamente os armadores por estas paragens;
22. Cessar os apoios à renovação da frota sempre que estes impliquem um aumento da capacidade de pesca da embarcação apoiada e se canalize esses recursos financeiros para os abates, favorecendo a redução do esforço de pesca;
23. Continuar a apoiar as associações empresariais do sector no tratamento, manuseamento e comercialização do pescado como forma de melhorar o rendimento;
24. Promover conversações entre as entidades envolvidas no sentido de se equacionar e estudar a possibilidade do alargamento do acesso da primeira venda do pescado nas lotas dos Açores, tendo como objetivo uma maior valorização;

25. Promover, em conjunto com todos os parceiros, a reavaliação da portaria 50/90, de 11 de setembro, que regulamenta as margens de comercialização;
26. Implementar a venda eletrónica em todas as ilhas e lotas;
27. Valorizar a pesca dos pequenos pelágicos, como o chicharro e a cavala, através da transformação;
28. Valorizar as espécies capturadas com pouco valor comercial através da transformação por filetagem e congelação;
29. Avaliar as potencialidades externas do pescado Açoriano de modo a aumentar a diversificação dos mercados e aumentar a exportação do pescado;
30. Promover a imagem do pescado dos Açores, através da atribuição de uma marca própria.

CAPÍTULO III

SINTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Deputado do PS, José Avila, fez uma detalhada apresentação do Relatório sobre matéria de interesse regional – Pescas nos Açores - salientando que o mesmo visa trazer a debate as questões relacionadas com o futuro da política de pescas, que poderá afetar o futuro e a sustentabilidade do setor na Região, não obstante o grande trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, nomeadamente em matéria de infraestruturas, renovação da frota e apoio aos profissionais da pesca.

O Deputado referiu que este relatório resulta da análise dos contributos obtidos junto de diversas entidades, como a federação das pescas, o departamento de oceanografia e pescas da Universidade dos Açores, a associação de comerciantes de pescado e a subsecretaria regional das pescas, e de um apurado trabalho de consulta de diversa documentação, pretendendo-se analisar o estado dos recursos, de forma a garantir a sustentabilidade da atividade, conciliando esta com a preservação do ambiente, mas pretende também elencar as dificuldades e identificar oportunidades para este importante setor regional.

O deputado fez ainda uma caracterização breve do setor, elencando aquelas que são as principais datas da política comum das pescas, desde os anos 70 do século passado até à atualidade.

Fez uma referência especial à ZEE dos Açores, com cerca de 953633 Km², mas que possui apenas 0,008% com fundos até aos 600 m e 7,6% com fundos até aos 1500 m, o que demonstra uma reduzida área de pesca em relação à área total.

Caracterizou ainda a estrutura da frota de pesca, as artes de pesca utilizadas nos Açores, as infraestruturas e equipamentos de apoio, a evolução das licenças de pesca emitidas e os pescadores matriculados e a evolução da pesca descarregada nos portos dos Açores desde o ano de 2002. Destacou ainda o aumento significativo da pesca descarregada, embora com oscilações dependendo das espécies, tendo-se verificado um aumento das exportações.

Por fim o Deputado elencou aquelas que foram as conclusões do grupo de trabalho e as respetivas recomendações.

O Deputado do PSD, António Pedro, deu os parabéns ao trabalho desenvolvido pelo PS, nomeadamente aos membros do grupo que o levaram a efeito, sendo que este relatório tem muita informação sistematizada o que é positivo para todos os que querem analisar este setor.

Referiu que o relatório está bem feito, possui muita informação, mas que possui algumas lacunas em assuntos que deveriam constar.

O deputado referiu ter sido um erro ter-se investido na estrutura de novas embarcações, ficando a dimensão da frota distorcida.

O deputado do PSD referiu que as pescas foi o setor que menos foi “olhado” com atenção, faltando medidas para melhorar o rendimento dos pescadores, sendo que finalmente se chegou a um ponto em que o governo começou a adotar medidas, embora não se tenham ainda traduzido numa eficácia do rendimento dos pescadores.

Como aspeto positivo o deputado referiu a recomendação para a paragem das capturas de forma compensada, porque os recursos são poucos e cada vez menos.

Referiu que o pescador deveria ter mais acesso à investigação, como acontecia na semana das pescas.

O deputado deixou uma questão no ar, nomeadamente se a Espada Pesca vai ser aberta ao capital privado, nomeadamente às associações ou não. Perguntou ainda como está o processo.

O Deputado Mário Moniz, do BE, começou por dar os parabéns pelo trabalho desenvolvido, mas criticou o fato de nos apoios de 250 milhões não se ter disponibilizado recursos à diversificação de atividades, sendo que ao aumento dos pescadores coincide uma diminuição das capturas de demersais o que faz diminuir o rendimento, falando-se agora em abate quando se promoveu o aumento e modernização da frota.

O deputado referiu ainda que o aumento da rentabilidade se deveu essencialmente aos grandes pelágicos, o que pode ser condicionante do desenvolvimento da pesca, pelo que é necessário, na área da comercialização clarificar os circuitos e o que se quer, e a valorização dos profissionais da pesca. O deputado terminou esta intervenção, referindo estar de acordo em quase 100%, com o que está no relatório, sendo este uma boa base de trabalho.

O Deputado do CDS-PP, Pedro Medina, saudou o grupo de trabalho do PS que elaborou o relatório sobre as pescas, uma vez que este possui informação importante “embora se pudesse ter ido mais longe”.

O deputado referiu que não se pode concluir pela existência de mais pescadores, mas sim o fato de estarem efetivamente matriculados, existindo maior regulação do setor e melhores condições da pesca.

Referiu que o relatório não faz uma análise aos equipamentos por ilha, nem faz referência ao rendimento per capita e por ilha, sendo que a falha mais grave tem a ver com o escoamento do pescado e os transportes aéreos, não falando no escoamento inter ilhas e para fora da Região.

Por fim, referiu o deputado, que não se verificou a completa informatização das lotas.

O Deputado Lizuarte Machado, do PS, em resposta a algumas questões levantadas, referiu que se pretendeu que este relatório fosse objetivo, com

interesse pratico para os deputados do PS e os dos outros partidos, não se pretendendo branquear “coisa nenhuma”.

Relativamente às infraestruturas, muito foi efetuado até se chegar à situação atual, referiu o deputado.

No que à situação de Rabo de Peixe diz respeito, referiu que a lotação das embarcações é excessiva, sendo que o armador está sempre garantido, uma vez que fica com metade, referindo também que muito há a fazer na área da comercialização e diversificação do pescado, bem como na informatização das lotas.

O deputado referiu que medidas concretas com efeitos imediatos não existem na pesca, mas que são necessárias zonas de proteção, com a redução do número de dias de pesca, associado a reservas e outras medidas conjugadas e articuladas para funcionarem.

Por fim o deputado referiu que a comercialização de pescado também atravessa problemas. O valor do pescado diminuiu nos mercados, pelo que não acha prudente a execução no imediato das garantias bancárias, uma vez que seriam os pescadores os mais penalizados.

Na área da comercialização o deputado considerou que a Espada Pescas pode ser um instrumento importante na estabilização das pescas.

Por ultimo, o deputado José Avila, do PS, agradeceu a concordância generalizada com os aspetos fundamentais constantes no relatório, esclarecendo que há algumas questões colocadas por alguns deputados no debate em comissão que constam do relatório, como a questão da reivindicação das 200 milhas ou as medidas de proteção, como as reservas temporárias em todas as ilhas.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão, depois de apresentado e analisado o presente relatório, concluiu por **unanimidade** que:

1. A apresentação do relatório sobre matéria de interesse regional é oportuno e representa um contributo regional para a política de pescas;
2. Enquadra de forma clara e concisa a realidade sócio económica da pesca açoriana;
3. Compila e estrutura um conjunto de informação sobre o setor das pescas dos Açores, tornando-a mais acessível e disponível a todos os agentes com interesse direto ou indireto no setor;
4. Perspetiva o futuro da pesca nos Açores, através dos seus pontos fortes e fracos;
5. Elenca um conjunto de desafios para a pesca dos Açores, apontando diversas recomendações e propostas, dirigidas a todos os agentes, quer políticos quer económicos, no sentido da sustentabilidade deste importante setor económico e social da Região.

Ponta Delgada, 9 de março de 2012

O Relator: Duarte Moreira

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente: José de Sousa Rego

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator.

Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. As regras já foram anunciadas.

Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

Deputado José Lima (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, decidiu formar um grupo de trabalho que pudesse reunir o máximo de contributos dos intervenientes diretos e indiretos de todos os sectores ligados à fileira das pescas.

A pesca nos Açores, representa 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), emprega cerca de 5% da população ativa, contou nos últimos doze anos com um investimento, por parte dos Governos Regionais do Partido Socialista, de 250 milhões de euros, em infraestruturas, renovação e modernização da frota, indústria conserveira, na formação e investigação.

Continuar a promover e a fomentar estudos e planos sobre as políticas relativas ao setor, é contribuir para o desenvolvimento e melhoria das Pescas na Região. É investir para que se possa ter um sector forte dinâmico e com garantias de futuro.

Neste trabalho teve como missão auscultar os diversos intervenientes deste importante sector económico e social dos Açores, como a Federação das Pescas, que representa 11 Associações do Sector distribuídas pelas nove ilhas da nossa Região, o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, a Associação dos Comerciantes do Pescado e a subsecretaria Regional das Pescas.

Pretendeu-se com este trabalho, analisar o estado dos recursos, garantir a sustentabilidade da atividade, preservar o ambiente, elencar dificuldades e identificar oportunidades.

Neste relatório fala-se na Política Comum de Pescas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) e a necessidade do seu alargamento das 100 para as 200 milhas, para garantir a sustentabilidade das pescas aos nossos pescadores, uma vez que a ZEE dos Açores tem metade das zonas de pesca do que as 12 milhas do continente Português.

Fazemos uma retrospetiva sobre a estrutura da nossa frota, bem como das artes de pescas utilizadas na nossa Região.

A nível de infraestruturas e equipamentos apresentamos um levantamento exaustivo do que na Região existe, bem como o que foi construído e modernizado ao longo dos últimos anos.

Foi feito um levantamento nas licenças de pesca, no número de pescadores matriculados, na pesca descarregada nos últimos anos, na evolução das capturas das espécies, demersais, pelágicas, moluscos, crustáceos e outras espécies.

Analisa-se as principais pescarias de demersais, verificando-se que, apesar de alguma estabilidade no seu conjunto, existem algumas espécies que estão em franco declínio.

Recomenda ainda, a valorização da pesca dos pequenos pelágicos, como o chicharro e cavala, através da transformação, a valorização das espécies capturadas com pouco valor comercial, através da transformação por filetagem e congelação.

O impedimento da criação de um sistema livre de quotas transferíveis, que, caso vingassem, poderiam colocar em risco a pesca artesanal açoriana.

Fala na importância das exportações do pescado para fora da Região e o interesse das mesmas para uma melhor valorização do pescado, trazendo mais-valias aos nossos pescadores e armadores e a toda a fileira das pescas.

Ao nível profissional, defende-se uma continuação da formação contínua que permita acompanhar a rápida evolução tecnológica que esta atividade apresenta, de modo a tirar todo o partido dos equipamentos que garantem uma pesca mais rentável e mais segura.

Neste relatório apontamos os pontos fracos e fortes do sector, bem como os desafios para o mesmo.

Neste trabalho tentamos reunir o máximo de contributos dos intervenientes, que são de facto quem promove o desenvolvimento deste importante sector, os pescadores, Associações do sector, especialistas universitários, Governantes e outros. Estas audições foram importantes e essenciais para a redação de uma figura regimental pouco utilizada, porque, de facto, é muito trabalhosa, e refiro-me ao relatório de matéria de interesse regional, sendo do nosso ponto de vista uma forma prática e muito válida, por parte dos deputados, o contacto com aqueles que labutam no seu dia-a-dia com este sector.

Neste trabalho e depois da análise feita, às audições realizadas e das diligências feitas, bem como a leitura de documentos complementares, resultaram 26 conclusões e 30 recomendações, as quais estão relatadas neste documento e que julgamos ser uma mais-valia para projetos atuais e futuros que possam ser feitos no interesse deste sector.

Este trabalho não pretende ser um documento com verdades absolutas, mas pretende ser um contributo sério para que todas as potencialidades das Pescas possam ser otimizadas para benefício dos Pescadores açorianos, cujos investimentos efetuados, ao longo dos últimos anos, neste sector, vieram trazer, mais desenvolvimento, mais rendimento e melhor qualidade de vida a todos os nossos pescadores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não poderia deixar de se congratular com a concordância de todos os partidos representados na Comissão de Economia, com os aspetos fundamentais constantes no referido relatório. Este é o reconhecimento da validade deste trabalho do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A terminar realço que este trabalho pretendeu fazer a radiografia, em toda a sua dimensão, de um dos principais sectores económicos e sociais dos Açores.

A vertente económica é essencial nas pescas, sendo um forte contribuinte para as exportações, mas também é fundamental o aspeto social deste sector.

Estamos a falar de açorianos e açorianas que tiram do mar mais do que o seu sustento. Ninguém imagina os Açores sem as localidades piscatórias, como, Rabo de Peixe, São Mateus, Ribeira Quente, entre outras espalhadas por todas as ilhas da Região.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende é, assim, fazer a sintonia perfeita nas localidades piscatórias dos Açores entre a tradição e o progresso.

O que se pretende é manter tudo o que de melhor as pescas tem oferecido aos açorianos e evoluir nas áreas em que é ainda possível ir mais além.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade, Srs. Deputados, aquando da reunião da Comissão, de felicitar o grupo de trabalho que elaborou este relatório, porque é um documento deveras importante para o diagnóstico da pesca nos Açores.

O relatório aqui apresentado reflete a situação do sector das pescas nos Açores, reconhecendo mesmo o que falhou na gestão do sector e apontando algumas medidas há muito reivindicadas pelos armadores e pescadores.

Apesar do investimento em infraestruturas, a situação em que vivem os pescadores dos Açores, face à insuficiência de recursos, é grave e o relatório mostra bem o declínio de algumas espécies. Por isso, vir publicamente falar em aumento das capturas, serve apenas para dourar as estatísticas, pois são muitos os pescadores que vivem das espécies demersais, que se encontram em declínio. Por exemplo, apesar do excepcional bom tempo verificado nos primeiros meses deste ano, a captura do goraz e peixão ficou-se pelas 94,4 toneladas, quando nos meses de Janeiro a Março de anos anteriores, as capturas correspondiam sempre a mais de 200 toneladas, com a agravante de que a percentagem de goraz, de tamanho superior a 900 grs, ter diminuído, em favor do peixão, pelo que assim se acentua o receio de que se esteja próximo duma situação de rotura, devido às capturas no período da desova.

É consensual entre armadores, pescadores e representantes do sector que a sobre-exploração de algumas espécies, é resultado do erro político da atribuição excessiva de licenciamentos de novos barcos, sobredimensionando o sector, dado que foram atribuídas várias licenças a pessoas que não estavam ligadas à pesca.

Os investimentos no sector da renovação da frota foram muito significativos, com um quadro de apoio excepcional. Contudo, os apoios comunitários deveriam ser, em nosso entender, canalizados, a partir de uma determinada altura para capacitar o sector de embarcações com segurança e autonomia e apetrechados tecnicamente, para competir com as frotas que pescam no mar dos Açores, para além das 100 milhas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta zona compreendida entre as 100 e as 200 milhas encontra-se aberta, pelo que o sobre esforço de pesca pode pôr em causa a conservação dos recursos haliêuticos dentro das nossas 100 milhas.

Acima de tudo, é fundamental promover a delimitação no mar dos Açores como uma área bio-geograficamente sensível, com acesso condicionado, entre as 100 e as 200 milhas, bem como o acesso aos respetivos montes submarinos, como forma de protegermos os nossos mares. Não podemos perder de vista o facto de que a área dos bancos de pesca disponíveis em todas as 200 Milhas dos Açores, não chega a 50% da área dos bancos de pesca que existem nas 12 milhas do mar do Continente. Felizmente, ontem mesmo, foi aprovado uma emenda ao Relatório Teixeira, no Parlamento Europeu sobre este assunto, o que é um bom prenúncio, para nós açorianos.

Entretanto, considera-se que é muito urgente reforçar os meios de fiscalização e combate à pesca ilegal nos Mares dos Açores e à utilização de artes de pesca seletivas que não comprometam a sustentabilidade dos nossos recursos e dos ecossistemas.

Para a nossa Região, existem claras ameaças externas, nomeadamente da União Europeia, como o sistema livre de quotas transferíveis ou a resistência em ir além das 100 milhas, pelo que se torna imperioso que a natureza obrigatória daquele sistema de concessões de pesca transferíveis não seja adotada, pois seria uma decisão desastrosa para o setor das pescas dos Açores.

São mais de 670 as embarcações da pesca local e costeira, predominando as embarcações da pesca local com menos de 12 metros, de reduzida autonomia, que se dedicam a capturas multiespecíficas. Apenas algumas embarcações palangreiras, todas construídas há uma dezena de anos, poderão ter condições de segurança para pescar entre as 100 e as 200 milhas. Isto é, não temos frota para ocupar o espaço para além das 100 milhas durante todo o ano, nem explorar a pesca em mar alto na dorsal atlântica confinante com o mar dos Açores, o que fragiliza a nossa Região.

A maior parte das embarcações locais são de boca-aberta, não dispendo nem de cabine nem de porão, o que demonstra bem a nossa falta de competitividade para explorar o mar territorial dos Açores.

Importa também ter em conta o desenvolvimento excepcional de outras atividades, como a pesca lúdica e a pesca desportiva-turística que disputam o

mesmo espaço marítimo e exercem atividade extrativa, encontrando-se registadas mais de 4 mil embarcações, embora muitas delas não pesquem. É conveniente conhecer com rigor qual é o real impacto destas atividades no sector das pescas, para não se falar de cor sobre esta matéria, que é também uma mais-valia para os Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A pescaria dos pequenos pelágicos constitui o ganha-pão para mais de duas centenas de pescadores e é responsável pelo abastecimento do mercado. A presente crise no sector das pescas, afeta principalmente as ilhas maiores e pode comprovar-se pelo rendimento bruto da pesca polivalente, em consequência da quebra do volume das capturas, que diminuiu, entre 2007 e 2010, de 31 milhões de euros para 23 milhões. No entanto, os custos de exploração quase duplicaram.

Para termos uma noção da situação relativa aos rendimentos dos pescadores da ilha de S. Miguel, concluiu-se, num estudo realizado em 2009, que 85% dos pescadores daquela ilha ganharam soldadas inferiores a 400 euros, comparando com os valores médios pagos. Nesse mesmo ano, apenas os pescadores de cinco embarcações tinham soldadas líquidas superiores ao salário mínimo regional.

Não se pode confundir o valor bruto da primeira venda com o rendimento líquido dos pescadores, dado que os rendimentos dos armadores e dos pescadores só podem ser contabilizados após retirar as despesas da pesca.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não são poucas as embarcações da pequena pesca que deixam em lota 40% ou 50% do valor bruto da primeira venda.

Sem recursos haliêuticos e capturas insuficientes, como os pescadores obterão rendimento para a sobrevivência das famílias?

Não basta apenas proibir com o intuito de se diminuir o esforço de pesca, importa sim criar condições para que os pescadores possam sobreviver. É a própria Federação de Pescas a defender a necessidade de se estancar a entrada de pessoal no sector, designadamente do da construção civil, salientando até

que a atual situação não permite que os pescadores obtenham rendimentos satisfatórios.

A nova portaria com linhas orientadoras, regulamentando a pesca à linha, restringe, por um lado, as autorizações de pesca em diversas zonas, mas por outro lado, dá um grande poder discricionário ao governo regional, podendo autorizar, sem que se possa conhecer, critérios claros e objetivos, o que não podemos concordar.

Deputados João Costa e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: O futuro não é risonho para os pescadores dos Açores, a começar pela situação de rotura financeira em que se encontra a Lotaçor, cujo passivo no final de 2010 era de perto de 52 milhões de euros. Trata-se de uma preocupação e é urgente procurar uma solução para o seu saneamento financeiro.

As conclusões deste relatório apontam algumas soluções, com as quais concordamos plenamente, mas não podemos ficar por aqui, é preciso agir, implementando medidas para ajudar os pescadores na dignificação da sua atividade.

Consideramos que o setor das pescas se reveste de uma importância estratégica para os Açores, garante o abastecimento alimentar da população, desempenha um papel fundamental na coesão social e económica da Região, assegura emprego e fomenta outras atividades económicas a montante e a jusante da atividade extrativa.

Por isso, é importante que seja implementada, por outro lado, uma política de fiscalização mais apertada do pescado colocado à venda no mercado açoriano, proveniente de países terceiros,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... eliminando a concorrência desleal e os inevitáveis impactos negativos na economia pesqueira açoriana,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas sobretudo tendo em vista acautelar a segurança alimentar, dado que esses países, muitas vezes, não respeitam as exigentes condições higio-sanitárias fixadas pela União Europeia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As pescas têm um peso importante no sector primário dos Açores e deve ser considerada como vital para a economia açoriana e não continuar como um parente pobre, mal pago e sem a dignidade devida.

Até ao final do mandato, qual o passo seguinte a este relatório? O diagnóstico está feito, importa agora agir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Terminou numa excelente altura, porque efetivamente terminou o tempo do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Isto é o que se chama gerir bem o tempo!

O Sr. Deputado António Pedro Costa é exemplar!

Presidente: Tenho que concordar, Sr. Deputado.

Vamos continuar. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS entende que o setor das pescas nos Açores, aliás como já foi feito referência, tem muitas fragilidades e enferma de muitos problemas. Convém que haja pelo menos um entendimento generalizado entre os vários agentes deste setor.

Penso que a primeira falha que acontece atualmente na Região Autónoma dos Açores é organizativa. É a falta de entendimento entre Federação, Associação de Pescadores e Armadores e o próprio sindicato do setor.

Muitos dos problemas que acontecem na pesca na Região Autónoma dos Açores derivam exatamente de alguma falta de entendimento entre esses agentes.

Depois desta breve introdução muito inicial (se calhar devia ter começado por fazer referência ao relatório) gostaria de saudar o Partido Socialista por ter elaborado um relatório do setor, fazendo uma análise do que foi a evolução das pescas nos últimos 16 anos.

Tive o cuidado, em Comissão, de referir que as pescas não começaram a partir de 96 e esta é uma falha deste relatório, o facto de não haver uma recolha de

informação anterior a 96. No entanto, temos de 96 até onde foi possível recolher esta mesma informação.

Sabemos que os dados estatísticos da nossa Região, não só no setor das pescas, mas em outros setores da atividade económica e social, não são fáceis de obter, por isso é de louvar mais uma vez o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista nessa área.

É pena que não tenha ido buscar esses dados para nos dar uma maior certeza da própria evolução do setor, daquilo que existia mesmo antes de 96, antes do período que o Partido Socialista assumiu funções governativas nesta Região. Apenas limita-se a esse período.

Gostaria de deixar duas ou três notas em relação ao que o relatório diz e aquilo que possam ser as expectativas ou perspetivas para o futuro da pesca nos Açores e para todo o setor.

Começaria por referir o setor da exportação, que é essencial para que as pescas tenham uma dinâmica e criem mais valor acrescentado, que depois irá beneficiar, com certeza, todos os agentes da pesca, inclusive os próprios pescadores, que são aqueles que estão mais diretamente ligados a esta atividade primária.

O transporte inter-ilhas e para fora da Região, neste atual modelo, não tem servido o escoamento a tempo e horas do pescado fresco.

Deputado José San-Bento (PS): Temos de comprar um Bombardier!

O Orador: São os próprios armadores que se queixam muitas vezes que o seu pescado não sai no tempo que devia sair (estou a referir-me inter-ilhas) e, quando é feito o escoamento para fora da Região, este mesmo pescado tem que ir, por via marítima, em contentores frigoríficos, com as consequências da perda do valor acrescentado que possam ter, se se chegasse mais cedo aos mercados aos quais eles se destinam.

A nível das infraestruturas e equipamentos este relatório faz referência, em termos globais, aos Açores. Penso que podia ter ido mais longe e ter feito alguma referência aos investimentos que foram feitos a nível de ilha, para podermos fazer uma análise de quais seriam as zonas dentro de algumas ilhas e,

de uma forma global, por ilha, sabermos onde é que o Governo investiu com maior intensidade, até porque ainda ontem se discutiu aqui os conceitos de coesão e de investimentos que devem ser feitos nas ilhas de coesão e fora das ilhas de coesão. Portanto, penso que este relatório poderia ter feito alguma distinção também na evolução desses investimentos nas diferentes ilhas do arquipélago dos Açores.

É claro que concordamos que a questão da frota está desadequada aos recursos da pesca e é responsável pela delapidação dos stocks na nossa Região. O relatório faz referência a esta problemática e alerta para o futuro, que tem que haver uma redefinição do esforço de pesca na nossa Região.

Uma outra observação que gostaria de deixar tem a ver com o número de pescadores matriculados. Olhando para o relatório parece que há mais gente ligada à pesca.

Levantei essa questão na Comissão de Economia e fiz referência exatamente a este pormenor, que pelo facto de haver mais pescadores matriculados não significa que haja mais gente ligada à pesca, pelo contrário, os dados informais que existem é que, hoje em dia, nos nossos dias, existe menos gente ligada à pesca, que se tem afastado da pesca, exatamente devido aos fracos recursos e à falta de trabalho que este setor tem neste momento.

Há aqui um pormenor nas recomendações ou nos desafios que o Partido Socialista apresenta no seu relatório, que, aliás, o CDS já vem defendendo há algum tempo. Tem a ver com a diversificação desta atividade, nomeadamente da implementação da aquicultura. Pensamos que esta é uma forma de criar não só postos de trabalho no setor, e referimo-nos ao setor primário, mas também na questão do setor industrial, no setor secundário. Acho que é muito importante para a nossa Região desenvolver atividades que criem valor nesta cadeia da comercialização, fundamental para o nosso desenvolvimento.

Deixo aqui uma última nota – penso que aqui houve uma falha do Partido Socialista ao longo dos últimos tempos – que tem a ver com as baixas qualificações dos recursos humanos. Apresenta como desafio apostar mais na formação profissional.

Existe aqui um quadro onde está mencionado o número de cursos de formação que foi feito ao longo dos últimos anos.

Pelos vistos, das duas, uma: ou os cursos não foram adequados à realidade do público alvo, ou então esses cursos não tiveram o impacto que deviam ter junto dos agentes do setor, nomeadamente dos pescadores e dos armadores.

No fundo, há que rever toda a política de formação profissional do setor.

Para terminar, Sr. Presidente, e concordando de uma forma genérica com o relatório que o Partido Socialista aqui apresenta dos seus 16 anos de governação, dizer que há muito a fazer nas pescas. Há muitas preocupações num setor ligado a uma atividade com muita tradição nos Açores.

O CDS sempre se apresentou disponível, apresentando soluções e estando disponível para entendimentos, para que consigamos, no setor das pescas, corrigir algumas das situações que derivam das políticas regionais e também das políticas externas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com todo o respeito pelas intervenções que me antecederam, eu não posso deixar de ter a sensação de um certo *déjà vu*.

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso outra vez, Sra. Deputada! Foi mal pronunciado!

A Oradora: Na realidade, este relatório já foi aqui apresentado. Todas as bancadas tiveram oportunidade de se pronunciar e de alguma maneira não estamos a acrescentar muito àquilo que então dissemos e eu própria também não vou fugir a essa regra. Daí a sensação de *déjà vu*.

Começaria por dizer, em abono da verdade, que este é um magnífico diagnóstico feito ao estado do setor das pescas na Região Autónoma dos Açores.

É um relatório objetivo, oportuno e uma boa base de trabalho, diria mesmo uma imprescindível base de trabalho, para a conceção de uma política de pescas digna desse nome.

Não estou a dizer nada que em fevereiro deste mesmo ano, aquando da apresentação deste relatório neste plenário, não o tenha feito.

Lembraria também aos Srs. e às Sras. Deputadas que o primeiro comentário que então fiz foi: que bonito! Tão bonito!

Deputado José San-Bento (PS): Tão “requinho”!

A Orador: E acrescentei que este bonito queria dizer que o relatório diz e reconhece exatamente aquilo que os pescadores, os armadores, as entidades representativas, as associações, o sindicato, os partidos políticos andam a dizer, dentro desta casa e fora dela, há anos.

Concluí, então, como o faço hoje, que este relatório tem como grande destinatário o Sr. Subsecretário das Pescas...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... que tem andado há anos a fingir que não ouve...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas vai ouvir agora!

A Oradora: ... aquilo que as entidades agora auscultadas pelo Partido Socialista voltaram a repetir, mas desta vez ficou registado em relatório.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

(O Dep Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Dep. Mark Marques)

A Oradora: Portanto, Sr. Subsecretário, aconselho-o vivamente (o Bloco de Esquerda aconselha-o vivamente!) a ler e a reler, tantas vezes quanto forem necessárias, este relatório do Partido Socialista.

Disse também na altura, e repito nesta primeira intervenção, que uma das magníficas conclusões deste relatório, que é o seu ponto 4, e cito:

“Na União Europeia a gestão repartida (...) tem criado, sobretudo às regiões insulares, enormes dificuldades porque às Ilhas não são reconhecidas as suas especificidades próprias, no contexto europeu das pescas.”

Em fevereiro de 2009 (tive oportunidade de relembrar, como o vou fazer agora), o Bloco de Esquerda apresentou nesta casa um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo a absoluta necessidade, em nome da sustentabilidade da nossa pesca e dos nossos recursos piscícolas, de renegociação de um regime de exceção para a Zona Económica Exclusiva dos Açores no âmbito da negociação e aprovação do Tratado Europeu.

O Partido Socialista reprovou-o, mas agora tem uma conclusão no seu relatório sobre pescas que constata exatamente aquilo que já em fevereiro de 2009 se constatava, só que nada até hoje foi feito no sentido de alterar esta realidade.

Deputado José Cascalho (BE): É verdade!

A Oradora: Depois trazer também à colação, porque nós compreendemos bem o que então foi dito em fevereiro deste ano pelo Sr. Deputado José Lima, exatamente a propósito do comentário acerca deste parecer, e vou citar:

“Por isso, o relatório está muito explícito nestes assuntos [depreende-se, nos assuntos da pesca]. Será entregue ao Governo. Nós [Partido Socialista] faremos dele o que deveríamos ou o que deveremos fazer e vamos tentar fazer algo dele. O Governo entenderá fazer dele o que bem entender, porque depois de a gente ouvir a Federação das Pescas, Associação de Comerciantes, cientistas, alguns pescadores, gente interessada na matéria, acho que tem aqui matéria importante para se fazer algo sobre as pescas.”

“Boca de prata”, Sr. Deputado José Lima. Na realidade têm. Tem o Partido Socialista, tem o Governo Regional, só que até à data, (fevereiro, março, abril), ainda só passaram 2 meses...

Deputado José Lima (PS): Está perto!

A Oradora: ... de concreto ainda nada foi feito...

Deputado José Lima (PS): Está perto! Já houve alterações!

Veja o Jornal Oficial!

A Oradora: Já lá vamos, Sr. Deputado.

...no sentido de, na realidade, dar algum contributo para que alguma coisa de concreto começasse a ser feita.

Relembraria também a esta câmara que em fevereiro deste ano desafiei o Partido Socialista e o Partido Social Democrata a sentarmo-nos os 3 e, com base nas diversas e ricas conclusões deste parecer, começarmos a operacionalizar estas conclusões em termos de propostas.

Evidentemente que se à mesa estiver sentado o Partido Socialista e o PSD, essas propostas só podem ser consensualizadas e, portanto, dignas da aprovação desta câmara.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Disse mais, disse que o Bloco de Esquerda não assinaria nenhuma destas propostas, não estava à procura de protagonismo, mas de ação. Até hoje, fiquei à espera da resposta. Ou seja, vamos agir, vamos agir, mas cada um à sua maneira e devagarinho.

Já agora, para terminar esta primeira intervenção, já que estamos a falar de pescas, congratularmo-nos pelo facto do Governo Regional ter decidido acionar o Fundo de Pesca para começar a pagar em maio, com o valor correspondente ao salário mínimo regional.

Sr. Subsecretário das Pescas, permita-me que lhe diga duas coisas:

Primeiro, se esta é uma medida ou uma decisão eleitoralista, ao Bloco de Esquerda é-lhe indiferente e vou dizer-lhe porquê.

Porque se agora pagar o salário mínimo regional, Sr. Subsecretário, está a devê-lo aos pescadores desde o ano passado e desde há dois anos. Portanto, está a fazer justiça e a pagar o que é devido.

Se é eleitoralista, venham muitas eleições em outubro, porque os pescadores estão a ganhar com elas.

Outra conclusão que também é inevitável é que, de cada vez que o Bloco de Esquerda Açores repõe na Agenda o Fundo de Pesca e entrega nesta câmara uma iniciativa sobre o Fundo de Pesca, na realidade, nesse ano, o Sr. Subsecretário faz corresponder o Fundo de Pesca ao salário mínimo regional, mesmo que o inverno não tenha sido rigoroso, ...

Deputado José Lima (PS): Isso foi coincidência!

A Oradora: ... mesmo que não tenha havido mau tempo e mesmo que afinal nenhum dos argumentos que o Sr. Subsecretário das Pescas costuma utilizar possa valer para este ano.

Mas ainda bem que o faz, porque o está a dever há muito tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): É o chamado “Fundo eleitoral da Pesca”!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um cumprimento especial à Sra. Secretária Regional da Economia pela integração no elenco governamental e também um cumprimento especial ao Deputado Vasco Cordeiro que assumiu o lugar de deputado.

Relativamente à matéria que temos em apreciação, quero, sem nenhuma ironia, saudar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo trabalho que aqui nos apresentou relativamente à análise que faz do setor, quer em termos das conclusões que retira, quer em termos das recomendações que faz e com as quais genericamente concordamos.

Acompanhamos as preocupações do Partido Socialista e da Região e julgo que aqui estamos todos de acordo relativamente a alguns fatores que nos são externos e têm a ver com o facto da gestão partilhada.

No nosso entendimento, e penso que é o entendimento da Região, a gestão dos nossos mares deve ser feita pela população ribeirinha, portanto, por nós. De outra maneira não é possível e isto para sustentar a atividade.

A verdade é que o relatório, nas suas conclusões (e não tem nada de mais, é um bom trabalho), também reconhece algumas falhas relativamente às políticas de pesca que têm sido adotadas na Região. Não entendam isto como uma crítica, mas antes até saudá-los por isso, porque identificam aqui algumas questões, nas vossas conclusões, que decorrem exatamente das políticas que têm sido seguidas.

Relativamente, quer às conclusões, quer às recomendações, embora concordando na generalidade com elas, gostaria de chamar a atenção para um

aspecto que para a Representação Parlamentar do PCP tem particular importância. Tem a ver com o rendimento dos pescadores.

É evidente que nas conclusões há uma abordagem à questão do rendimento, designadamente naquilo que se refere ao valor pago pelo pescado descarregado, mas o problema do rendimento dos pescadores, dos assalariados, é muito mais do que apenas isso.

Julgo que esta questão de termos ainda na pesca uma relação, eu diria, feudal, em termos do pagamento nalgumas ilhas, designadamente na Ilha de São Miguel, é uma questão que compete-nos a nós resolver e temos de atender a ela. Por outro lado, relativamente às conclusões, há uma com a qual eu não discordo totalmente: “O sector tem sido atrativo ao nível da mão-de-obra, notando-se um acréscimo substancial do número de inscritos, fruto das melhorias verificadas, quer da frota, quer das infraestruturas de apoio”. Não decorre só disto.

Peço a vossa atenção para a preocupação...

Deputado José Lima (PS): Nalgumas ilhas é!

O Orador: Está bem. Nalgumas ilhas é, mas noutras não é.

Se estamos a olhar para a globalidade dos problemas, é bom que tenhamos consciência (até porque isso depois vai entroncar numa das recomendações que V. Exas. têm no vosso relatório), que houve, nos últimos anos, face à crise na construção civil, alguma deslocação de ativos que estavam na construção, que passaram para as pescas.

Portanto, não é só por o setor ter ganho atratividade, antes pelo contrário, há também aqui um fator que tem a com valorização da profissão, designadamente com a formação.

(Aparte inaudível do Deputado José Rego)

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me lá! Estou apenas a tentar dar um contributo. Portanto, se me permitirem, são preocupações que tenho. Julgo que é um contributo que estou a dar. V. Exas. entenderão ou não esta questão.

Na minha opinião, independentemente do setor se tornar mais atrativo e isso levar a que alguns ativos se tenham deslocado para o setor, a verdade é que também temos conhecimento que alguns ativos se deslocaram porque entretanto na construção civil deixou de haver trabalho e como o trabalho não é muito especializado, eles são absorvidos pelo setor criando alguns problemas a quem já está no setor e vive do setor.

Isto entronca-se numa das recomendações – e eu gostava de chamar a atenção de V. Exas. do seguinte – que diz: “reduzir a mão-de-obra no sector, em alguns núcleos piscatórios, através da formação profissional para outras áreas de atividade económica”.

Eu julgo que se se apostar decididamente na formação dos pescadores e se se valorizar a profissão, designadamente pela elevação das suas qualificações académicas e profissionais, isso só por si leva a que o setor, em termos de ativos, resolva. Não é tanto retirar os pescadores por via da reconversão com outra formação profissional, mas é efetivamente fornecer qualificações profissionais e académicas aos pescadores.

Uma das recomendações que têm aqui, por parte do PCP será com certeza assumida esta proposta e tem a ver: “Manter a formação de forma descentralizada em todas as ilhas, independentemente da existência ou não de um centro de formação”.

Por parte do PCP não temos nada contra isto. Julgo é que a assunção de uma escola de formação de pescas devia ser clara e não apenas como a existência ou não de um centro de formação. Julgo que daríamos um contributo importantíssimo para este setor.

São algumas preocupações, numa primeira abordagem a esta questão, que eu gostaria de deixar, designadamente ao Partido Socialista, porque é o autor deste relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado eu, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dar as boas-vindas à nova Secretária da Economia e dizer-lhe, com grande honestidade, que não me revejo em nada nas declarações que o Sr. Deputado Berto Messias pronunciou a seu respeito.

Presidente: Era melhor “pescarmos”, Sr. Deputado.

Deputado José Lima (PS): É para enriçar!

O Orador: Em segundo lugar, dar as boas-vindas também ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro no âmbito do desempenho das funções que agora assume aqui no Parlamento dos Açores.

Secretario Regional da Presidência (André Bradford): É por isso que o senhor não vai votar! Que feitiosinho!

O Orador: Em terceiro lugar, gostava de referenciar o seguinte:

No âmbito da análise a este relatório, gostava de dizer que este relatório, da minha parte merece obviamente uma avaliação positiva.

Está de parabéns o seu coordenador, o Deputado José Gaspar Lima, a Deputada Benilde Oliveira, o Deputado José Ávila, os Deputados José Rego, Lizuarte Machado, Nélia Amaral e Rogério Veiros.

Considero que fizeram um bom trabalho, uma boa compilação dos dados e as recomendações a que chegam são recomendações que subscrevo. Não há nenhuma destas recomendações que eu não considero apropriada.

Nesse sentido, reconheço obviamente muita validade a este relatório.

Considero apenas (mas também não era exigível, tendo em conta que os senhores pertencem a um grupo parlamentar que apoia o Governo Regional) que as recomendações não estão totalmente preenchidas no âmbito das conclusões. Ou seja, tendo em conta as recomendações que efetuam, há algumas conclusões a que poderiam ter chegado também, mas também não era exigível que fragilizassem o Governo com três ou quatro conclusões que são óbvias e que decorrem diretamente das recomendações que V. Exas. aqui fazem.

Mas tendo em conta o trabalho que foi realizado, considero que o essencial nesta fase é chegar a duas conclusões. Em primeiro lugar, estas recomendações, e mais algumas que considero que são do senso comum, têm que ser implementadas rapidamente. É necessário que estas recomendações que aqui são feitas, no âmbito de criar os mecanismos e de adotar medidas, sejam criadas na prática e implementadas em termos de decisões e de legislação que venha a ser criada para aplicar esta matéria.

Depois referenciar que estas recomendações não estão devidamente estruturadas. São válidas, mas depois em termos de inteligibilidade global não estão devidamente articuladas.

É necessário criar uma espinha dorsal para que esta política venha a ser uma política com racionalidade e bem construída, com interdependências como é óbvio, porque se acentuarmos um ou outro fator isto significa que depois é necessário quantificá-los e é necessário também depois verificar como é que se articulam as medidas.

Falta fazer esse trabalho. Obviamente que se pode fazer também nesta fase.

Depois, e isto é inevitável, referenciar que há uma conclusão política a retirar do relatório (porque é bom), das recomendações que subscrevo, Sr. Subsecretário. É que as políticas que têm vindo a ser seguidas ao longo de todos estes anos (e o Sr. Subsecretário já está há muito tempo a tutelar este setor) são políticas que nem o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista sustenta neste momento.

Este relatório é muito crítico em relação ao exercício das funções e da estratégia que tem vindo a ser seguida. Há muito tempo que estas conclusões e estas recomendações eram verificadas por todos nós. É evidente que este grupo trabalho o que faz é sistematizar esta informação e teve a coragem e o mérito de apontar estas medidas.

Isso significa, Sr. Secretário, que a sua política sai completamente desautorizada no âmbito das recomendações a que se chega. Significa que há uma abertura, um novo ciclo. Significa que se o Partido Socialista ganhar...

Deputado José Rego (PS): Terá um programa novo!

O Orador: ... o Sr. Subsecretário não continuará no desempenho das funções que tem vindo a desempenhar. Isto é inevitável. É a conclusão política.

Meus senhores, esta é a conclusão inevitável, depois do Grupo Parlamentar fazer uma crítica arrasadora à sua gestão. Isto é uma crítica arrasadora à sua gestão! Portanto, não há outra conclusão, é o fim do ciclo político da sua tutela sobre o setor, ganhe quem ganhar as eleições, em outubro deste ano. Penso que essa é a conclusão política.

Finalmente, referenciar que considero que temos que ter uma política diferente neste sector, agregando não só as pescas, mas também o potencial que existe em todas as atividades que envolvem o mar dos Açores e, num futuro governo, numa futura estratégia que eu apoiarei nesse âmbito (se eu ou a Plataforma de Cidadania viermos a ter um papel decisivo no novo processo político depois de outubro), evidentemente é exigível nesta fase uma maior articulação, uma visão num contexto muito mais amplo das políticas relacionadas com o mar dos Açores, para a qual se exigirá a criação de uma Secretaria do Mar que agregará todo o nosso potencial e todas as medidas que são necessárias desenvolver nos diversos setores.

Esta é uma estratégia que penso que é a mais positiva, um setor de futuro, o futuro do mar dos Açores, mas de uma forma mais inteligível, obviamente, integrando muitas destas recomendações que aqui estão, que são válidas e que significa voltar atrás em muitas destas matérias e inverter a marcha negativa que temos vindo a conhecer neste setor.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Subsecretário Regional das Pescas tem a palavra.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao trabalho efetuado pelo Grupo Parlamentar do PS cujo relatório foi aprovado pela Comissão de Economia, consideramos que é um documento muito válido e que permite fazer uma análise do setor das pescas e o caminho a trilhar para o futuro.

Gostaria de fazer aqui algumas reflexões sobre a questão das pescas nos últimos tempos.

Não temos dúvida de que efetuámos um grande trabalho no setor das pescas, mas também temos muito trabalho para fazer. Efetuámos a reforma da nossa rede regional de portos, as infraestruturas portuárias e equipamentos públicos de apoio ao setor das pescas, que transformaram completamente as nossas condições de operação que foram dadas aos pescadores na renovação da frota.

Reduzimos uma frota de 1500 embarcações, muitas delas sem condições, que andavam espalhadas por muitas garagens e por muito sítio, para 650.

Hoje, temos uma frota com capacidade de produção.

A realidade, Sras. e Srs. Deputados, é que até ao dia 15 de abril do corrente ano descarregámos 2432 toneladas. Foi a maior quantidade de pescado descarregado nesta década e, em termos de valor, só foi ultrapassada nos anos de 2007 e de 2008, o que significa que a nossa frota de pesca, aquela frota que foi renovada, tem possibilidade, nos picos que passam determinadas espécies, de aproveitar os recursos que anteriormente não estava a aproveitar.

Nesta atividade da pesca foi a diversificação que marcou a diferença. Nós pescámos: peixe-espada preto, 121 toneladas; espadarte 73 toneladas; lula, 114 toneladas e atum 639 toneladas.

Estas quatro espécies concorreram para 45% dos rendimentos obtidos nesses três meses e meio, o que significa que a frota de pesca tem grande capacidade para ocupar o espaço.

Ao contrário do que o Sr. Deputado António Pedro Costa diz, a nossa Zona Económica Exclusiva tem uma capacidade de 20 mil quilómetros quadrados, de uma área até aos 1000 metros, dentro das 100 milhas, mas tem apenas 3.118 quilómetros quadrados na zona entre as 100 e as 200 milhas. O que é isto significa?

Significa que a área entre as 100 e as 200 milhas apenas tem 15% da capacidade de pesca do que a área dentro das 100 milhas.

Significa que a nossa frota, com uma dimensão estruturada para andar por fora, até à zona das 100 milhas, e com uma pequena parte para andar fora das 100 milhas, é uma frota adequada.

A ideia do senhor dizer que a nossa frota não explora a dorsal média atlântica, pois, não explora. A nossa frota não tem frota de arrastão, porque se o senhor conhecesse bem a dorsal média atlântica, fundamentalmente, é explorada por arrastões, porque com linhas e anzóis é uma atividade que não é rentável.

Neste sentido podemos dizer que a nossa frota tem uma capacidade de ordenamento e de exploração do nosso mar com uma medida adequada.

Obviamente que nos próximos anos acabou a renovação da frota, porque a própria União Europeia considera que tem embarcações a mais para o peixe que existe e não vai permitir mais a renovação da frota. Mas temos uma frota com futuro. Podemos olhar para o futuro, porque a nossa frota tem capacidade de explorar e de, durante estes 10 anos, exercer uma atividade compatível com os tempos atuais, dando uma garantia de qualidade, de habitabilidade e de segurança aos nossos pescadores.

Deputado João Costa (PSD): É o chamado mar de rosas!

O Orador: A nível interno reformulámos todo o quadro legal da pesca. Criámos um instrumento jurídico que nos permite gerir melhor a pesca, numa gestão de proximidade com os pescadores e os cientistas, de forma a criar zonas de proteção para a pesca local e, ao mesmo tempo, permitir a diversificação das pescarias.

Ainda ontem saiu uma portaria sobre o prolongamento do mar e a marinha protegida do Banco Condor, no sentido de garantir um maior conhecimento das espécies de profundidade.

Temos também, no que respeita à coesão social, acionado o Fundo de Pesca, sempre, todos os anos em condições objetivas. Não tem nada a ver com questões políticas ou com as propostas do Bloco de Esquerda.

O Fundo de Pesca tem sido acionado a partir do momento em que há 9 dias seguidos de mau tempo e esses 9 dias seguidos de mau tempo aconteceram antes da entrada da primavera.

No que respeita ao escoamento do pescado, neste momento, exportamos, por via aérea, cerca de 4 mil toneladas de peixe.

No âmbito da comercialização, também abrimos a outras entidades. Se olharem hoje para a frente da doca do Faial, verificam que está lá uma embarcação de bandeira panamiana que hoje em dia está a receber atum-patudo, da congelação dos nossos atuneiros. Ou seja, abrimos os mercados ao exterior e introduzimos outras entidades e outras empresas para poderem elevar o valor comercial dos nossos pescadores.

Criámos um regime de apoio ao desenvolvimento da pescaria do peixe-espada-preto. É recente! Mas criámos, Sra. Deputada.

Criámos um regime de apoio à contratação de tripulantes açorianos nos atuneiros. É recente! Tem menos de um mês.

Criámos o regime de apoio ao escoamento de pescado por via aérea, de todas as ilhas da Região, alargando o regime que existe para as ilhas da coesão. É recente! Tem um mês.

Mas o nosso futuro passa pela diversificação das pescarias, o melhor ordenamento das nossas pescarias...

Deputado João Costa (PSD): Mar de rosas eleitoral!

O Orador: ... por uma melhor qualidade e por uma melhor aposta na comercialização e na transformação do nosso pescado.

Esses apontamentos estão aqui referidos neste trabalho que foi feito pelo Partido Socialista.

É nesse aspeto que vamos continuar a trabalhar, porque desenvolvemos muito o setor das pescas, mas vamos continuar a trabalhar no sentido de desenvolvê-lo ainda mais.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

(*) **Deputado José Lima (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para registar a abordagem séria feita por parte dos partidos que aqui prestaram declarações referentes a este relatório. Não posso dizer que aconteceu o mesmo com o PPM, mas já sabemos como é.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem como hábito usar o trabalho de alguns para obter protagonismo...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Aliás tem sido seu apanágio!

O Orador: ... e dizer que existem divergências entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Subsecretário Regional das Pescas e o Governo, coisa que não existe.

Com este relatório, como já disse, o que quisemos foi trazer algo de concreto para melhorar e cada vez mais dignificar o setor e a vida dos nossos pescadores. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário das Pescas, vai permitir dirigir-me novamente a V. Exa.,...

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Gosto muito de ouvir a Sra. Deputada!

A Oradora: ... na medida em que também fez o favor e teve a gentileza de responder a algumas questões que eu tinha levantado.

Sr. Subsecretário, se o senhor precisa de um pretexto para acionar o Fundo de Pesca este ano e para o fazer no montante digno com que o faz, o senhor tem que decidir qual foi a semana que esteve mau tempo.

É que tenho na minha mão declarações de V. Exa. em que diz que “a ativação do Fundo de Pesca está relacionada com o impedimento para a prática da pesca devido ao mau tempo verificado durante uma semana, em março, no início da primavera.”

Aquilo que o Sr. Subsecretário acabou de dizer há pouco não foi exatamente a mesma coisa.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Foi!

A Oradora: Não foi, não!

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Nove dias, são nove dias!

A Oradora: Folgo que uma semana justifique acionar o Fundo de Pesca. É uma mudança de política muito grande, Sr. Subsecretário, porque já tivemos aqui semanas e semanas...

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Sempre foi assim!

Deputado João Costa (*PSD*): Estratosférica!

A Oradora: ... e os pescadores ficaram à espera, já não do salário mínimo regional, mas de 250 euros num ano.

Finalmente, também não posso deixar de dizer uma coisa, Sr. Subsecretário.

É evidente que o Bloco de Esquerda subscreve algumas das iniciativas e dos melhoramentos que a sua subsecretaria teve, e até anteriormente, no que diz respeito ao setor das pescas, mas não confundimos essa melhoria, esse avanço, esse progresso inegável, com uma visão de que o setor das pescas está melhor do que nunca. Vou dizer porquê. Não é o Bloco de Esquerda que o diz. São as conclusões, mais uma vez, do relatório do Partido Socialista que aqui elogiámos.

Vou ler, Sr. Subsecretário, conclusões desse relatório:

“- Nos Açores, o declínio, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade, das capturas de demersais a partir de 1995, apesar do aumento do esforço de pesca, são bem a prova do que se acabou de dizer;

- Os valores de pescado descarregado em lota para atribuição de licença de acesso à atividade são muito baixos e incentivadores da fuga à lota;

- Sente-se a falta de disseminação da informação científica pelo público-alvo, profissionais da pesca ou não;

- Falta de meios para uma melhor fiscalização, quer no mar, quer em terra;

- Regista-se exagerada fuga à lota e significativa comercialização de pescado por parte dos pescadores lúdicos;

- O rendimento por anzol desceu significativamente e em algumas áreas o estado atual dos *stocks* já não permite a reposição natural.”

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): A culpa é do Governo. Andamos a sabotar os anzois!

A Oradora: Sr. Subsecretário, se isto é uma maravilha... Não é! Isto só quer dizer uma coisa.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente.

Mais uma vez termino como comecei:

As conclusões do relatório do Partido Socialista sobre o estado das pescas têm, urgentemente, que começar a dar frutos.

Deputado José Lima (PS): Têm dado!

A Oradora: Têm que, urgentemente, ser operacionalizadas em políticas, em medidas e em iniciativas e não é dizer que está tudo bem.

Deputado José Rego (PS): Não foi isso que o Sr. Subsecretário disse!

Deputado José Lima (PS): Não lê o Jornal Oficial!

A Oradora: Se está tudo bem, o relatório foi de uma inutilidade total.

Finalmente, Sr. Presidente, com a sua tolerância (só um segundo, porque não quero ser a única pessoa a não o fazer, e não o fiz pelo calor do debate, parti imediatamente para ele), dar as boas-vindas à nova Secretária Regional da Economia e, se me permite, pedir-lhe uma coisa:

Que tenha sempre em mente que a economia deve servir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e que não é o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas que deve estar ao serviço da economia. Boa sorte!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Somos pessoas humanas!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que fiquei absolutamente perplexo com a intervenção do Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Faço um elogio nesta Assembleia (que é coisa rara, como se sabe, elogiar essa bancada) ao seu trabalho. Tive a deferência de ler o nome de todos os deputados... fazendo propaganda para V. Exa. e para os seus colegas (o Grupo Parlamentar!) e o Sr. Deputado vem aqui criticar-me por eu o ter elogiado.

Deputado José Lima (PS): Muito obrigado pelo elogio!

O Orador: Isto é uma loucura.

Se eu tivesse feito uma crítica, criticavam-me por que ter feito uma crítica. Faço um elogio, critica-me por eu fazer um elogio.

Deputado José Lima (PS): O senhor é cínico! O cinismo não lhe fica muito bem!

O Orador: Acho que é uma situação absolutamente injusta e é de uma perplexidade tremenda.

Sr. Deputado, apesar do senhor não reconhecer o relato do bom trabalho que eu fiz, e o bem que lhe fiz, quero reafirmar que é um bom relatório. Agora, não posso deixar de tirar uma conclusão lógica do que aqui está escrito: se o senhor neste relatório aponta uma quantidade enorme de insuficiências à política que tem vindo a ser desenvolvida por parte do Governo Regional, eu não posso deixar de referir isso.

O problema não é seu, nem a crítica é a si. É ao Governo Regional!

Eu não tenho culpa que as conclusões apontem nesse sentido, Sr. Deputado. O que é que queria que eu fizesse?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O senhor não percebe nada de pescas! Isso é tipo “caça ao elefante”!

O Orador: Eu não podia dizer-lhe outra coisa.

Deputado José Lima (PS): É para continuar a trabalhar! Queremos ir mais além!

O Orador: Por isso, quero aqui reafirmar que não faça essa leitura de que eu estou a fazer uma boa referência ao Grupo Parlamentar só para criticar o Governo. Nada disso!

Deputado José Rego (PS): Não! O senhor é um santinho!

O Orador: Isso está muito afastado do meu interesse parlamentar. O meu interesse é que exista uma boa eficácia, do ponto de vista do Governo Regional. Sr. Deputado, se eu quisesse criar a tal discórdia entre o Grupo Parlamentar e o Governo, eu estaria condenado ao fracasso.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Finalmente disse uma coisa acertada!

O Orador: Eu sei que é um esforço inglório conseguir essa divisão.

Portanto, não foi esse o meu objetivo. O meu objetivo foi, de facto, dizer aquilo que eu considero que é adequado neste relatório que chega a recomendações e a conclusões muito aceitáveis.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, já. O Sr. Presidente é sempre um pouco mais exigente com a Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Não, não sou.

O Orador: Termino, Sr. Presidente, com uma frase:

Mantenho, Sr. Deputado, tudo o que disse, e obviamente também mantenho, porque as conclusões são inequívocas,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ainda por cima, fala mais para dizer a mesma coisa que já disse!

O Orador: ... uma enorme crítica ao Governo Regional dos Açores, fundamentalmente ao Sr. Subsecretário das Pescas. Lamento, mas isso é o que aqui está escrito.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor fala, fala, fala...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E não digo nada!

Presidente: Vamos continuar. Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

(*) Deputado José Gaspar Lima (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Outra vez?

O Orador: Outra vez, porque tem que ser.

... que nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não prescindimos do nosso espírito crítico, de maneira nenhuma.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não prescindindo do espírito crítico, é porque queremos melhorar sempre a vida dos açorianos(as).

Por isso, quando fazemos relatórios, fazemos com algum espírito crítico, com as necessidades que existem para que o Governo possa tomar medidas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Por isso não usamos os relatórios para outra coisa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **_Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 17/2012 – “Acesso ao serviço de televisão nas Ilhas das Flores e do Corvo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta pretende debater o que consideramos ser uma situação injusta para as populações das Flores e do Corvo.

Presidente: Sr. Deputado, agora estamos na urgência.

O Orador: Sim, sim.

Refere-se à introdução da televisão digital e, como sabem, a sua instalação terminou no passado dia 23 de março.

Para repor o que consideramos ser a justiça, este projeto precisa que as instalações das antenas e respetivos aparelhos de transmissão analógicos não sejam retirados das ilhas.

Portanto, esta urgência, no nosso entender, vê-se, assim, duplamente justificada: por um lado o aspeto técnico; por outro, a necessidade de repor a justiça quanto antes, o que pensamos contribuir com a aprovação deste projeto.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existir mais inscrições. Vamos votar o pedido de urgência

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora na substância: **Projeto de Resolução n.º 17/2012 – “Acesso ao serviço de televisão nas Ilhas das Flores e do Corvo”.**

Vigora a grelha de tempos habitual que usamos.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A televisão digital terrestre (TDT) veio substituir, ao longo de um processo que terminou no passado mês de Março, as emissões de sinal da televisão analógico por emissões de sinal digital (o sinal TDT). Ou seja, dito de outra forma mais simples, passámos a ter Televisão Digital em vez de Televisão Analógica.

Nos Açores, o dia 22 de Março foi o último dia de emissão da Televisão Analógica, televisão recebida por sinal Analógico.

Este processo obrigou, por todo o país a que todos aqueles que desejassem continuar a receber o sinal aberto de televisão – e que corresponde à receção de 4 canais nacionais, mais um aqui na Região, a RTP-Açores – obrigou, dizia eu, a que todos adquirissem um descodificador ou, em último caso, aderissem a um dos fornecedores de televisão paga.

Mas nos Açores, por estranho que pareça, aquelas pessoas que vivem nas ilhas das Flores e do Corvo, não foram contempladas com a substituição da emissão de sinal analógico pela emissão de sinal digital.

Legitimamente poder-se-ia perguntar: E ficaram sem receber sinal de televisão? A resposta é um não-sim. “Não” porque deixou de ser emitido esse sinal aberto. “Sim”, porque estes cidadãos têm uma alternativa. Mas para isso, não só terão de adquirir o descodificador como também terão de comprar uma parabólica para receber um sinal, agora recebido por satélite.

As pessoas mais idosas, mais isoladas e/ou com menos recursos financeiros, são aquelas que nas Flores e no Corvo, são obrigadas não só a comprar o descodificador, mas também a tal parabólica, se quiserem continuar a ver televisão em sua casa.

Fazendo a comparação:

Na Terceira, com a emissão do sinal digital, paga-se em média 40 € por descodificador. Nas Flores e Corvo, o kit que inclui descodificador e parabólica custa no total 138 €. Nas Flores e no Corvo, se quiserem continuar a ver televisão em sinal aberto, os Florentinos e os Corvinos terão de pagar os 138€.

É claro que há programas de participação na aquisição de todos estes equipamentos. Mas ele implica que se faça primeiro a despesa para depois esta ser, em parte, ressarcida, depois de se terem cumprido, obviamente, todas as demais burocracias associadas a esse processo.

Em resumo, se o processo de transição da Televisão Analógica para a Televisão Digital não foi pacífico no continente, nas Flores e no Corvo, as pessoas foram simplesmente esquecidas. Tecnicamente as Flores e o Corvo ficam numa “região sombra” do sinal da televisão digital. São duas ilhas que ficam na sombra; o arquipélago dos Açores encolheu para a ANACOM, para a Portugal Telecom (PT).

Lembramos que o acesso à televisão enquanto forma de acesso à informação, e nela incluo, obviamente, o serviço informativo da RTP-Açores, é um direito que assiste aos cidadãos. Aliás, ontem, aqui mesmo, o Secretário Regional da

Presidência defendeu que a RTP-Açores, e cito “foi sempre, na história da autonomia, um elemento de coesão entre os açorianos das diversas ilhas”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já foi! Agora não é!

O Orador: Compete pois ao Estado e ao Governo Regional garantir esse acesso.

Lembramos ainda que não estamos a falar do acesso à maioria dos cidadãos, mas sim de um direito que assiste a todos os cidadãos. Todos devem ter acesso ao serviço público de rádio e televisão e não devem ser excluídos por uma opção tecnológica, imposta pelo Governo da República ou negociada pelo Governo Regional.

Como corolário deste imbróglio e mostrando o completo desnorteamento das entidades envolvidas neste processo, foi instalado um *outdoor* (cartaz publicitário que tem sensivelmente as dimensões dos cartazes de pré-campanha dos dois maiores partidos aqui representados na Assembleia), um *outdoor*, dizia, da responsabilidade da ANACOM e da PT colocado na saída sul da Vila de Santa Cruz das Flores e no qual está escrito o seguinte:

“A 22 DE MARÇO, DE SÃO MIGUEL AO FAIAL TODA A TV SERÁ DIGITAL.”

Deputada Zuraida Soares (BE): É só para rimar!

O Orador: Afinal sempre é verdade. Estes senhores anunciam que o arquipélago dos Açores encolheu, termina no Faial. Mas fazem-no, surpresa das surpresas, na ilha das Flores!

Parece pois ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores que, perante estes considerandos, faz todo o sentido exigir à ANACOM e à PT, por intermédio do Governo Regional, medidas de exceção para estas duas Ilhas dos Açores que não têm difusão de sinal digital de televisão.

E já agora, seria importante tornar clara a razão técnica que leva estas duas ilhas a não ter difusão de sinal digital: não estão ligadas ao anel de fibra ótica.

Surpreendente, não é? Não nos esqueçamos que a PT está envolvida nestes dois processos, no da Televisão Digital e no da Fibra Ótica.

O Bloco de Esquerda recomenda e cito o Projeto de Resolução:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional a manutenção da difusão do sinal televisivo analógico nas ilhas das Flores e do Corvo, enquanto não se estabelecer a ligação do anel da fibra ótica a essas mesmas ilhas, o que possibilitará a difusão regular do sinal TDT”.

Disse.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições. Já tenho duas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de felicitar o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda por ter trazido este assunto à discussão e dizer que nos associamos a parte considerável do enquadramento, ou seja, na parte em que são definidos com precisão os constrangimentos específicos de quem vive nas Ilhas das Flores e do Corvo.

Obviamente que em relação a outras especificidades que são definidas nesse enquadramento, nem tanto, mas naquelas que são essenciais para o Projeto de Resolução associamo-nos a elas.

O facto é que os florentinos e os corvinos têm bastas razões de queixa da PT e da ANACOM por outras razões que não se prendem exclusivamente com a questão da TDT. Prendem-se, desde logo, com a questão da largura de banda, com a cobrança de serviços que são prestados com uma qualidade que é inexistente nestas ilhas e que penaliza claramente esses açorianos mais ocidentais.

Mas não é só isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa é tão só e simplesmente isto: não há ligação de fibra ótica e, como tal, os florentinos e

corvinos, para acederem à TDT, precisam do kit complementar via satélite. Este kit implica a aquisição a pronto de pagamento de uma parabólica e, como tal, um custo acrescido para os florentinos e corvinos, já de si vítimas da penalização de não terem fibra ótica. É uma dupla discriminação que se perpetra sobre esses açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): É uma tripla discriminação!

O Orador: O mínimo exigível seria, neste caso, todos os açorianos acedessem à TDT com os mesmos custos. Aí consideramos que o Governo Regional deveria ter acautelado esse assunto junto da PT. Competir-lhe-ia ter feito isso. Seria um sinal de preocupação com a harmonização, com a coesão e com a defesa de igualdade de acesso e de oportunidades entre todos os açorianos como sempre defendemos.

Uma coisa é a bondade da intenção que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, a que nos associamos, porque consideramos que mais uma vez os florentinos e corvinos foram os principais penalizados neste processo de transição para a TDT.

Aliás, ao apagão analógico de 22 de março, seguiu-se outro apagão, o apagão da insuficiência de equipamentos de descodificação disponíveis nessas ilhas, que levou a que muitos açorianos ficassem privados de televisão cerca de duas semanas, o que é, do nosso ponto de vista, inaceitável.

Pela informação que temos neste momento, essa situação já está ultrapassada, mas nada justifica que tenha ocorrido, muito menos depois da campanha dos mega *outdoors*, a que aludiu o Sr. Deputado José Cascalho, que, de gosto também duvidoso (e não vou repisar as suas palavras), falou da televisão digital de São Miguel ou Faial, para facilitar uma rima, mas que obviamente é abusivo, ostensivo e até ofensivo para os florentinos e corvinos depararem-se com esse cartaz. Teria sido desnecessário colocá-los, pelo menos lá.

Feito este aparte, não se justifica que, exortando os açorianos a prepararem-se para o apagão analógico de 22 de março, a própria PT, na Ilha das Flores, não se tenha preparado de igual forma, assegurando que teria, a essa data, equipamentos de descodificação disponíveis para as solicitações. Isso não

aconteceu, é lamentável, e foi objeto de requerimento para o efeito, no início deste mês, que, tanto quanto sei, terá sido respondido hoje, por informação que me dá o Sr. Secretário.

De qualquer maneira, dizia eu, se a intenção é bondosa, a parte resolutiva deixa-nos muitas reservas que o BE, obviamente, irá tentar esclarecer.

Não basta ter boas intenções nas propostas. É necessário que elas sejam exequíveis e, tanto quanto possível, que acertem no *timing*.

Da análise, que consideramos responsável, que fizemos a este Projeto de Resolução, com toda a abertura de espírito, em primeiro lugar, o que se pretende na parte resolutiva é recomendar ao Governo Regional a manutenção da difusão do sinal televisivo analógico nas Ilhas das Flores e do Corvo.

Não compete, nem nunca competiria ao Governo Regional a manutenção da difusão do sinal televisivo analógico. Quando muito, deveria propor-se que intercedesse junto da PT para que isso acontecesse. É uma precisão que consideramos importante.

Deputada Zuraída Soares (BE): É uma precisão!

O Orador: Depois, não nos parece exequível, porque não se pode manter o que não existe.

Deputada Zuraída Soares (BE): Essa é semântica!

O Orador: Aqui fala-se claramente da manutenção.

O apagão analógico aconteceu a 22 de março. Manter um sinal que já não existe é um contrassenso que o Bloco de Esquerda irá esclarecer.

Depois, em terceiro e em último lugar, a questão do *timing*.

Nós não catalogamos as iniciativas por serem ou não eleitoralistas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A legislatura tem quatro anos. Todas as iniciativas decorridas nesse período, são legítimas e é desejável que ocorram, para que a democracia não entre de férias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Mas defender a manutenção de algo que já se apagou, não nos parece que seja facilmente explicável e não se percebe.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenha calma, Sr. Deputado!

(Risos do Deputado José Cascalho)

O Orador: Obviamente que sendo o Bloco de Esquerda o proponente, e sendo esta iniciativa um Projeto de Resolução, só o Bloco de Esquerda a poderá alterar no sentido de lhe conferir maior clareza, exequibilidade e eficácia, o que claramente consideramos que ela carece neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu até já estou com medo de fazer esta intervenção,...

(Risos do Deputado José Cascalho)

O Orador: ... porque não tenho muitas críticas a fazer ao Governo Regional nesta matéria e isto é uma coisa que ofende o Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então é melhor não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com a sua criatividade, arranje qualquer coisinha! Veja lá!

O Orador: A questão é esta:

Em primeiro lugar, quando esta questão se colocou e antes de se realizar o apagão analógico, pedi para se fazer um levantamento em todas as casas da Ilha do Corvo no sentido de se saber quantas famílias ficaram sem televisão. Fiz isso, porque quando vejo qualquer medida que pode afetar a Ilha do Corvo ajo de imediato.

Sabem quantas casas, quantas famílias, estão sem televisão na Ilha do Corvo?

Zero! E mandei fazer uma recolha, casa a casa.

Não há nenhuma dúvida em relação a isso.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor manda muito no Corvo!

O Orador: Não me diga que não, porque eu conheço e na Ilha do Corvo não existe uma única família sem acesso à televisão. Ponto.

Deputado Francisco César (PS): Mas, e aquelas que não têm televisão?

O Orador: Esta é a verdadeira realidade.

Em relação à Ilha das Flores, não fiz uma observação direta, é mais difícil (é maior, tem mais famílias)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não manda lá!

O Orador: ... mas a informação que tenho é que estão privadas de televisão seis famílias. É este o levantamento que tenho da Ilha das Flores. Esta é a verdadeira dimensão do problema.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É só eleitoralismo!

O Orador: Considero que apesar de tudo há algo a fazer. Estas famílias das Flores, pelo conhecimento que tenho, não têm capacidade de adquirir este equipamento. São famílias que se encontram numa situação social e económica muito difícil. Portanto, não têm essa capacidade.

O que se poderia fazer era encontrar um mecanismo, através da administração regional, ou da administração regional para as juntas de freguesia ou câmaras municipais, para resolver o problema das famílias afetadas. Ficaria muito mais fácil de resolver esta situação e estamos a falar de um valor estimado em 600 euros. Com 600 euros resolvemos esta questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): No Corvo!

O Orador: Nas Flores e no Corvo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nas Flores e no Corvo!

O Orador: É isto que deixo aqui, porque é a situação que resolveria o problema, em relação a estas 6 famílias carenciadas da Ilha das Flores.

Na Ilha do Corvo posso dizer que não há nenhum caso. Esta é a situação real.

A solução que o Bloco apresenta não me parece uma solução adequada.

Poderia ser adequada noutro contexto, com muito tempo de antecedência. Agora não.

A dimensão do problema é este que acabei de descrever. Deixo esta sugestão ao Governo Regional, não sei se é ofensiva, mas trata-se apenas de seis casos. A

administração regional pode resolver este problema com os mecanismos que tem ou então através de um protocolo com as juntas de freguesia e as câmaras de municipais. É fácil de resolver esta questão.

Deixo este desafio ao Governo Regional e desculpem qualquer coisinha em relação a isto.

Presidente: Sr. Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do Projeto de Resolução agora em análise, quanto às intervenções que me antecederam e quanto aos considerandos iniciais no documento, a nossa abordagem é que estaremos de acordo com ela.

No entanto, por alguma falta de informação e por vezes com muita contrainformação a que se assiste, cabe-me nesta introdução, desenvolver um pouco o conceito – perdoem-me, porque se calhar vou ser um pouco chato – como a TDT chega, neste caso, às nossas casas, à casa de cada um dos portugueses e, neste caso concreto, dos açorianos.

Assim, como decerto sabeis, há várias formas de TV digital: a IPTV, a TV Digital Terrestre, vulgo TDT, e a TV Digital via Cabo, via Satélite e via Telemóveis.

A TDT é aquela, como disse o Sr. Deputado Cascalho, que veio substituir a nossa atual televisão analógica.

A televisão digital é um sistema de difusão televisiva que transmite sinais constituídos por *bits*, ou seja, é uma televisão que tem a mesma linguagem dos computadores.

Devido a essa característica, os sinais de TV digital são transmitidos de forma comprimida, ao contrário da TV analógica cuja transmissão é feita por sinais elétricos.

Num primeiro momento, e como já foi dito, os telespetadores poderão optar por utilizar os seus televisores analógicos para verem os sinais digitais, mas para isso terão que adquirir um descodificador, uma *set-top box*, aparelhos esses que descodificam o sinal e alimentam a televisão com imagem e cor.

A história da TDT em Portugal é longa. Já em 2001 se lançou um concurso que, depois, por dificuldades tecnológicas e comerciais, foi cancelado em 2003.

Voltou, então, a 26 de fevereiro de 2008 a ser aberto novamente o concurso para a TDT. Nesta altura, foi então necessário correr contra o tempo, pois a Comissão Europeia, numa sua diretiva de 2005, indicava o ano de 2012 para o fim das transmissões analógicas, o que se configurava um grande desafio.

Veja-se o comunicado da altura da ANACOM. Na sua reunião de 26 de fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou a Resolução que estabelece a metodologia de base para a transição para o sistema de radiodifusão televisiva digital terrestre, processo que será liderado pela ANACOM com o apoio de um grupo de acompanhamento da migração para a televisão digital.

Continuo a citar: de acordo com o teor do comunicado correspondente, o fecho das emissões analógicas, a nível nacional, deverá ocorrer até “26 de abril de 2012”, sendo contudo assegurado um período de difusão simultânea analógica e digital terrestre, “*simulcast*, não inferior a 12 meses, por forma a ser minimizado o impacto junto dos consumidores” (fim de citação).

Esta minha introdução serve para entrar no objeto do Projeto de Resolução propriamente dito e que nos surpreende, a mim e a esta bancada, por diversas formas, atendendo às datas que há pouco abordei.

Primeiro, conforme se verificou anteriormente, a alteração na forma de divulgação da televisão começou há muito e foram conhecidas e divulgadas, desde há muito, as datas do faseamento do apagão analógico, daí a surpresa de só agora, depois de ser desligado nos Açores o sinal analógico, vir o Bloco de Esquerda interceder pelos florentinos e corvinos exortando a manutenção do respetivo sinal analógico.

Segunda surpresa: é que sendo esta uma iniciativa do Governo da República adjudicada à PT e supervisionada pela ANACOM, o Projeto em análise vem recomendar ao Governo Regional que mantenha a difusão em sinal analógico.

Penso que o pretendido deveria ser que diligenciasse junto daquelas entidades para a manutenção. No entanto, tenho que dizer que discordo e discorda o

Grupo Parlamentar, pois entendemos que seria retroceder no tempo e na evolução tecnológica.

Ainda referente a este assunto, particularmente o súbito interesse pelos florentinos e corvinos, gostaria de questionar o Bloco de Esquerda sobre a sua preocupação pelos restantes açorianos que ficaram também em zonas escuras e que têm que optar pelo sistema DTH. Não são só os florentinos e corvinos, há outros noutras ilhas.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Secretário disse que não havia mais zonas nenhuma!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No Capelo e na Praia do Norte!

O Orador: Pelo que sei, e em proporção, é maior a percentagem de afetados noutras ilhas, o que pode ser explicado, porque foi nas Flores e Corvo, e usando a mesma personalidade, que se verificou a maior adesão ao pacote zero que, graças ao esforço financeiro do Governo Regional, na altura, ofereceu aos habitantes do Grupo Ocidental o acesso aos canais generalistas e isso veio a revelar-se uma vantagem agora, evitando dessa forma que o constrangimento seja atenuado.

Ainda gostaria de salientar o esforço do Governo Regional que já nessa altura exigiu a cobertura dos Açores por TDT e há bem pouco tempo conseguiu o reforço da cobertura para evitar que mais açorianos passassem por esse constrangimento. Posso dizer-lhe, a zona poente do concelho de Ponta Delgada, o concelho do Nordeste, o concelho da Praia da Vitória e a zona poente da Ilha do Faial, zonas que não teriam cobertura total da TDT e que passaram a ser contempladas.

Embora esse constrangimento não seja real, não se reveste da forma como o Bloco de Esquerda o descreve e vem pretender a regressão e a manutenção do sinal analógico naquelas ilhas.

Esta, sim, é uma medida que – pasme-se! – vinda do Bloco de Esquerda me preocupa. Então com tanto tempo que tiveram para reivindicar e questionar a divulgação da TV Digital, só agora, “depois da casa roubada, vem pôr trancas à porta”?

Deputada Zuraida Soares (BE): Olha quem fala!

O Orador: Sinceramente, parece-me que vem muito a propósito da época que vamos atravessar. Olhe que não é essa a postura correta de defender os legítimos interesses dos florentinos e corvinos.

Sra. e Sr. Deputado do Bloco de Esquerda:

Se querem caminhar juntos na reivindicação para melhorar o acesso às comunicações para o Grupo Ocidental, nomeadamente com a instalação do cabo de fibra ótica, bem como com a exigência do cumprimento do nº 2, do artigo 9º, da carta habilitante que dizia ser obrigação da PT arcar com todos os custos referentes à receção do sinal nas zonas de sombra, aí sim, agradeço que desenvolvam esforços junto do vosso grupo parlamentar na Assembleia da República a questionar esses assuntos e aí estaremos de acordo, pois o que é preciso é que o Governo da República cumpra com a sua obrigação e assim melhoraremos todos, em todos os aspetos, esses constrangimentos.

Agora, quanto a pretender que os florentinos e corvinos continuem a receber a televisão por sinal analógico, leva-me a dizer que, no mínimo é curiosa a pretensão, roçando quase a falta de respeito a esses habitantes e às suas aspirações, daí que este Projeto de Resolução aqui apresentado terá que ser rejeitado por este Grupo Parlamentar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar precisamente pela intervenção do Sr. Deputado José Gabriel Eduardo e de referir aquilo que disse quanto aos esforços desenvolvidos pelo Governo Regional para a cobertura integral do concelho da Praia da Vitória, do concelho do Nordeste e de grande parte da Ilha do Faial, que não estavam cobertos no início do ano.

Mas também queria recordar que foi precisamente a 3 de janeiro deste ano que o Grupo Parlamentar do PSD denunciou publicamente a ausência de cobertura, quer do concelho da Praia da Vitória, quer do concelho do Nordeste, de grande parte da Ilha do Faial, algumas zonas sombra da Ilha do Pico e ainda das Ilhas das Flores e do Corvo.

Como já disse logo no início, a cobertura dos concelhos das ilhas restantes, que não as Flores e o Corvo, foi prontamente coberta no decorrer do esforço por parte do Governo, no entanto, continuaram a ficar de fora as Flores e o Corvo.

Por essa razão, o PSD saudaria esta proposta, este Projeto de Resolução, no entanto considera extemporânea e de certa forma eleitoralista, porque o prazo para a apresentar já passou. O sinal analógico foi desligado no dia 22 de março e é tecnicamente impossível voltar a ligá-lo, porque não estamos a falar de um botão *on-off*.

Por isso o PSD não votará favoravelmente este diploma.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos tem a palavra.

(*) Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional gostaria de dizer duas ou três coisas que me parecem reposicionar esta questão e esclarecer a câmara.

Em primeiro lugar, como sabem, há alguns anos o processo de migração do sinal analógico para o digital (há dois anos) foi anunciado pela ANACOM e não pela PT. Toda a gente foi informada, através da internet, da televisão, etc.

As pessoas também sabem que há algumas ilhas dos Açores que, pela inexistência de soluções de televisão digital terrestre (como sabem, é diferente do processo técnico de televisão digital, ainda que a qualidade seja a mesma) tinham um processo chamado de DTH - *Direct to Home*, ou seja, através do satélite, recebiam o sinal.

A primeira coisa que é preciso esclarecer, para termos a dimensão, é o seguinte:

O Sr. Deputado do PPM disse, e bem, que no caso do Corvo não houve nenhum problema nessa migração.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olha um elogio!

O Orador: Fez o trabalho de casa, por esta vez.

Deputada Aníbal Pires (PCP): O que é que se passa aqui?

O Orador: No caso das Flores, também é preciso que se diga que só foram pedidos, de acordo com dados que recolhemos da PT, 20 descodificadores para serem adquiridos.

Houve uma rotura inicial desse *stock*, que foi repostada dali a alguns dias,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... o que causou alguns constrangimentos, mas que resolveram situações de pessoas que já tinham televisão em casa. Portanto, tinham era noutra quarto da mesma casa televisão analógica e nesse caso ficaram privadas de ter esse tipo de receção do sinal, mas nunca ficaram sem televisão.

Por outro lado, eu gostaria de dizer, que em matéria de custos, desde o dia 23 de março de 2012, a ANACOM aprovou, e bem quanto a nós, porque veio beneficiar muitos açorianos, um novo preço para os descodificadores, em matéria daqueles que têm que receber o sinal por DTH. Na altura era superior a quem recebia o sinal por televisão digital, quer pelas operadoras, quer através da televisão digital terrestre na sua técnica.

Isto significa que (e já esclarecemos uma vez), os açorianos, no geral, têm até várias soluções: a MEO, a ZON, a DTH e a televisão digital terrestre por cabo.

Nos Açores existem várias soluções, para várias ilhas.

Portanto, felizmente ninguém está prejudicado.

Neste momento, não cabe, quanto a nós, nenhuma reversibilidade de encerramento do sinal de emissão analógica da televisão, que é um processo não da PT, mas do ICP-ANACOM, e que está subordinado às próprias diretivas comunitárias.

Como sabem, o *switch-off*, o desligamento, foi feito por uma imposição comunitária.

Em todo o caso, gostaria de recordar, porque isso aconteceu por via do esforço do Governo Regional, que foi em 2005 que o Governo Regional dos Açores, o Governo da República e a ANACOM celebraram um protocolo para que os açorianos passassem a ter os canais generalistas, mais RTP Açores, e isso teve uma importância fundamental. Para além daquilo que não pagaram durante 2 anos, todos aqueles que quiseram fazer essa modernização do sinal, receberam também neste momento a possibilidade de transitar para a televisão digital sem nenhum custo.

Houve algumas situações que foram mal esclarecidas pela comunicação social, mas que significou só guerra entre as operadoras, porque ninguém tinha que comprar nenhum descodificador para ter aquilo que já tinha. Portanto, houve algumas situações que corresponderam a falta de informação, mas fizemos atempadamente o comunicado para esclarecer as pessoas, ainda que não tenhamos responsabilidades em nos meter na concorrência entre as operadoras.

O facto é que esse acordo que o Governo Regional fez com o Governo da República e com a ANACOM permitiu a 20 mil lares açorianos fazer já uma modernização em 2005. Isso é que foi verdadeiramente importante para que os açorianos não ficassem discriminados.

Mas mais. Para além daquilo que o Sr. Deputado Paulo Ribeiro disse face às diligências que já tínhamos tomado antes da posição do PSD, que defendeu o concelho da Praia da Vitória, nós também defendemos o concelho da Praia Vitória. Não só o concelho da Praia Vitória, o Faial, o Nordeste...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): O Faial e o Nordeste, como o Sr. Secretário sabe, também defendemos!

O Orador: Pois, mas, por exemplo, defendemos mais. Defendemos também na zona poente do concelho de Ponta Delgada. Provavelmente não sabiam, mas defendemos aquilo que achávamos que era o melhor para os açorianos sem nenhuma competição nesta matéria, como é óbvio.

Por isso o que queremos dizer agora é que, para além de tudo, o preço dos descodificadores nas Flores e no Corvo, para essas pessoas que eventualmente são carenciadas, por via da deliberação da ANACOM, neste momento são 30

euros. Eram 77 euros, mas as pessoas podem ser ressarcidas em 47 euros, até 31 agosto de 2012.

Por isso, se as pessoas se enquadram naqueles mecanismos que estão previstos nos descontos para aceder à televisão digital têm possibilidade de o fazer, mesmo em segundo quarto da casa (segundas opções), ou até nas casas de campo, se for caso disso, por 30 euros, mas se é nas casas de campo, provavelmente não são pessoas muito carenciadas.

Por isso, o Governo assume, nesta matéria, que conduziu o processo desde 2005.

Por outro lado, garantiu, numa situação de alguma complexidade, que algumas zonas que inicialmente ficavam cobertas só com a DTH, ficassem também cobertas com a Televisão Digital Terrestre, como aqueles concelhos que foram aqui indicados e também parte da Ilha do Faial, que estava numa zona escura e, além disso, a zona poente do concelho de Ponta Delgada.

Pensamos que neste momento estão garantidas as condições para que a larga maioria dos açorianos tivesse esta situação, porque, como disse, em 2005 restavam, de acordo com os dados disponíveis da PT e de acordo com o investimento que foi feito pelo Governo da República e pelo Governo Regional em parceria com a ANACOM, só 5 mil lares que inicialmente podiam estar em zonas mais escuras e que poderiam não aceder de um modo direto. Mas chegou-se à conclusão que esta transição foi tranquila, eficaz e efetivamente nesta matéria os açorianos não estão prejudicados e foram bem defendidos.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por responder ao Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia.

De facto, houve preparação em 2005, mas como vimos pelas declarações do Sr. Deputado Paulo Rosa, pelos vistos faltaram descodificadores para pôr as televisões a funcionar.

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Faltaram 20!

O Orador: A questão é que não foi tudo preparado, nem estava tudo bem, como o Sr. Secretário diz.

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Não foram 20 casas! Foram 20 quartos!

O Orador: Mas então devo dizer uma coisa que me parece que é importante.

Devo dizer que ficamos satisfeitos, obviamente, por no caso do Corvo o problema estar resolvido.

Não nos parece, como diz o Deputado Paulo Rosa, que haja dificuldade em perceber qual é a intenção e o objeto deste projeto pelo facto de ter lá a palavra *manter*. De facto, durante muitos anos manteve-se esta forma de emissão de sinal. Portanto, no nosso entender, pensamos mesmo que ela se devia manter pelo facto do esforço que foi feito no sentido das Ilhas das Flores e do Corvo não ficarem na zona escura.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Soube-se da existência!

O Orador: Pois claro!

Isso significa que devíamos ter mantido o sinal, e devemos manter esse sinal analógico, enquanto não houver uma substituição desse sinal analógico por um sinal digital.

Lembro que, quando todo este processo começou, a Comissão fazia uma recomendação na base da não exclusividade e da não obrigatoriedade.

É óbvio que o processo deveria desenrolar-se desde 2008 (tenho aqui a recomendação, é óbvio que começámos este processo mais tarde, apesar do Sr. Secretário ter dito que começou em 2005), mas temos este problema nas duas ilhas. Tem que reconhecer que estas duas ilhas estão na zona sombra...

Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Não há nenhuma zona sombra!

O Orador: ... e que precisam de satélite para receber o sinal.

O que não há é uma TDT como devia existir em todo o território, aliás, na defesa que fez (vem no comunicado das zonas que estão na zona sombra) junto

da Portugal Telecom. Ficou-se satisfeito pelo facto destas zonas sombra (foi feito referência tanto pelo Partido Socialista como por si próprio), e esqueceu-se que havia duas zonas sombra nas Flores e no Corvo.

Nós pensamos que esta é até uma forma de reivindicar mais uma vez pela ligação destas ilhas à fibra ótica.

Portanto, não o fez. Achamos lamentável que não o tenha feito.

Na nossa opinião, é lamentável que se tenha mantido estas duas ilhas na zona escura e é lamentável que não tenha havido a preocupação para que elas deixassem de estar na zona escura.

Entendemos que enquanto elas estiverem nessa zona escura deveríamos manter o sinal analógico de transmissão da televisão para essas duas ilhas, independentemente de entenderem que isto é um retrocesso. Não é um retrocesso, é manter enquanto não houver uma substituição, como existe em todo o território nacional, deste sinal analógico, porque no caso das Flores e do Corvo não houve a substituição deste sinal.

Muito obrigado.

Presidente: Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar aquilo que já disse.

Em primeiro lugar, para ser ainda mais claro, não tem cabimento ser a PT, até porque nem é a PT e aí está uma falha grave de uma parte desse Projeto de Resolução.

Este é um processo gerido pela ANACOM,...

Deputado José Cascalho (BE): É gerido por quem trabalha no processo!

O Orador: ... baseado numa diretiva comunitária que obrigou os países a fazer exatamente isso. Para além dessa questão, disso já ser um processo, como foi dito aqui e bem, que está resolvido, foi bem resolvido. Há aí outras coisas que não fazem sentido nas suas afirmações.

“As Flores e o Corvo estão numa zona escura.”

As Flores e o Corvo têm algumas zonas escuras como têm outras ilhas dos Açores...

Deputado José Cascalho (BE): Não é parte! É a ilha toda!

O Orador: ... mas essas situações são resolvidas por tecnologia que tem a ver com o satélite, o cabo ou as operadoras.

O que é importante realçar nesta matéria é que os florentinos e os corvinos, nesta altura, não estão prejudicados por ter entrado ao serviço a televisão digital, antes pelo contrário.

Esta situação não tem nada a ver com a discussão que tivemos aqui ontem sobre o cabo de fibra ótica.

Deputado José Cascalho (BE): Ah, não!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem, tem!

O Orador: Não tem! Não tem por uma razão simples: a televisão digital chega lá. A Televisão Digital Terrestre chegará com o cabo de fibra ótica, mas isso é uma questão que ultrapassa a questão da Televisão Digital Terrestre e não é por causa da televisão digital que precisamos do cabo de fibra ótica nas Flores e do Corvo.

Precisamos do cabo de fibra ótica nas Flores e no Corvo porque isso vai melhorar a velocidade da internet, a capacidade de comunicação das empresas, vai dar melhores condições aos cidadãos.

Deputado José Cascalho (BE): Entre outras coisas!

Deputada Zuraída Soares (BE): Paga-se! É melhor do que nada!

O Orador: Mas em relação à televisão digital, neste momento, os corvinos e os florentinos não ficam minimamente prejudicados sob o ponto de vista da qualidade, que é disso que estamos falar, em relação ao sinal da televisão digital.

Portanto, isso é uma questão técnica, não é uma questão política.

Por isso, o que é preciso reafirmar mais uma vez neste processo, é que o vosso projeto de resolução está fora de tempo. Já foi dito aqui. Consideramos que ele está fora de tempo.

Depois, pela bondade que eventualmente oferece de defender corvinos ou florentinos. Já vimos, por várias razões, que essa defesa, pura e simplesmente, não tem nenhuma utilidade, porque eles estão defendidos à partida com a tecnologia que existe e também, voltamos a afirmar, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, pelo investimento que o Governo fez em 2005, o Governo Regional e o Governo da República numa parceria com a ANACOM, para que essa transição fosse pacífica e de qualidade, sem custar nada aos cidadãos que já tinham essa *top box*.

Portanto, só quem teve agora que comprar essa *top box*, que agora custa 30 euros derivado dessa decisão da ANACOM, são as pessoas que recebiam de facto o sinal analógico e chegou-se à conclusão que felizmente, face a essa grande operação que foi feita em 2005, isso abrangia poucos lares do todo regional e não prejudicou ninguém.

Tanto é assim, que no caso das Flores só foram solicitados 20 descodificadores e a informação que temos é que era para pessoas que já recebiam, através das operadoras, televisão em casa, mas tinham outro quarto, onde tinham televisão analógica, com RTP Açores e o Canal 1.

Por isso, entendemos que o vosso Projeto de Resolução não faz sentido nenhum, nem tem nenhuma utilidade neste momento.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Lancei um desafio ao Governo que não foi respondido.

Em primeiro lugar, gostava de dizer o seguinte:

Em relação ao Bloco de Esquerda eu não os acuso da nada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não?!

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada!

O Orador: Parto do princípio da bondade da vossa iniciativa. É desproporcionada. Para os meios que pretendem atingir, a terapêutica que seguem é completamente desproporcionada. É como curar um arranhão com

uma cirurgia ao coração. Portanto, é uma coisa completamente desproporcionada.

Há uma questão real: seis famílias não têm acesso à televisão. Já confirmei. Sr. Secretário, estou na disposição de lhe fazer chegar, dentro de 10 minutos, o nome das famílias e a morada. É tão simples como isto.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Antes de fazer isso é mais fácil fazer chegar um cheque de 180 euros!

O Orador: Existem seis famílias sem acesso à televisão. Não diga que não existem casos, porque existe. Eu identifico-os.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): São 180 euros!

O Orador: Sr. Presidente, posso falar?

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: A questão é esta e é muito séria.

Para alguns Membros do Governo, aquelas seis famílias são objeto de risota, mas para mim não são.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Olhe que no objeto do diploma não falaram nas seis famílias!

O Orador: Há aqui uma questão real. A mim o que me preocupa é a política para resolver os problemas concretos das pessoas.

Existem seis famílias sem condições económicas para comprar o equipamento e pagar a instalação. Existem seis famílias nesta situação. É uma situação fácil de resolver, ou diretamente através da administração regional, ou através de um protocolo com as juntas de freguesias ou câmara municipal, ou então com a própria empresa. Há vários mecanismos para resolver.

Eu verifiquei. São famílias com uma situação económica e social que não conseguem resolver isto.

Não me diga que não, porque isto é verdade.

Eu verifiquei os casos (testemunho-os aqui) e faço-os chegar. São seis famílias.

Não custa nada resolver esta questão. Ficávamos com isto resolvido.

O que lhe peço é que me dê uma resposta ao desafio que lhe estou a lançar.

Quer resolver ou não esta questão? É tão simples como isso.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para replicar ao Sr. Deputado José Cascalho. Afirmou que não parece haver dificuldade em manter o que se manteve durante todos os anos.

Reitero perante esta casa que manter implica existência. Já não existe. Portanto, esta manutenção é anacrónica, a não ser que o Sr. Deputado se tenha sucumbido aos efeitos do turismo religioso, proposto pelo CDS/PP, e tenha fé, agora acrescida, de que agora é possível manter algo que não existe.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Num registo mais sério, a verdade é que não é tecnicamente possível, não é exequível e não é desejável.

É, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, tratar um arranhão com uma cirurgia cardiotorácica. É despropositado, não faz sentido e acima de tudo vem a destempo.

Apesar da bondade da intenção que reconhecemos, e em grande parte partilhamos dos considerandos que lá estão, a verdade é que não nos parece que seja viável e desejável aprovar esta resolução neste momento.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já acredita em milagres, o Bloco de Esquerda! Ao que havíamos de chegar!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início desta discussão e depois da apresentação do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, todos percebemos que, em relação aos considerandos que o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda colocou, juntou-se um coro, designadamente por parte do Deputado Paulo Rosa...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Menino de Coro! Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: Não é propriamente um menino do coro, mas fez coro, subscrevendo as preocupações e os considerandos que o Bloco de Esquerda tem no seu Projeto de Resolução.

Por outro lado, foi também visível, pelo menos assim o entendi, que há algumas questões, ainda que muito pontuais, no Grupo Ocidental, mas não só no Grupo Ocidental, relativamente a este processo da passagem do apagão, do *switch-off*, do sinal analógico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Switch-off!* Muito bom!

O Orador: Não é assim? Sr. Deputado, corrija-me por favor.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Federalismo americano!

O Orador: É? Mas que chatice! Isto já não é como antigamente, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já não há comunistas como antigamente!

O Orador: Mas ficou perceptível, designadamente pelas intervenções de todas as bancadas, que havia algumas questões, ainda que sem grande importância, com certeza, que decorrem da passagem e do apagão, do desligar o sinal analógico e passarmos para a Televisão Digital Terrestre. Isto é o que é possível, na minha opinião, apurar destas questões.

Por outro lado, foi também aqui afirmado que este processo é irreversível, mas há no entanto algumas questões e, nesta perspetiva, o que eu queria colocar era um desafio, quer ao Bloco de Esquerda (uma vez que só o Bloco de Esquerda é que pode fazer propostas de alteração), quer às outras bancadas, que a recomendação fosse mais ampla, no sentido de recomendar ao Governo Regional que todas as questões decorrentes desta fase de transição fossem resolvidas, caso a caso, até porque pelos vistos não são muitas.

Era este o apelo que queria deixar ao plenário...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... não só ao Bloco de Esquerda, mas também ao plenário, uma vez que só fará sentido o Bloco de Esquerda introduzir alterações, se efetivamente houver aqui boa vontade para aprovar esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está disponível, chamando a atenção para este problema, não só relativamente às Flores e ao Corvo, que é onde continuamos a entender que o problema existe e continuará a existir, a não ser que as pessoas paguem, e pagar já elas estão a pagar há muito tempo por um serviço que não têm.

Quando o Deputado Paulo Rosa diz que são populações duplamente discriminadas, eu diria que são triplamente discriminadas com esta situação.

O Bloco de Esquerda está disponível para alargar o âmbito deste Projeto de Resolução, e da recomendação que faz ao Governo, se o Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia estiver disponível para reconhecer que existem problemas, mesmo que pontuais, na Região, porque não vale a pena estar a fazê-lo, se o Sr. Secretário Regional não o admitir. Portanto, fica assim, tal como está. Será chumbadito, mas é o destino.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Então aproveitamos e fazemos o nosso intervalo normal.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor vai passar o cheque?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Podia pagar da sua conta!

O Orador: Eu fiquei de dar ao Governo o nome das seis famílias...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não vai dizer agora, aqui!

O Orador: ... e tenho a informação (foi-me comunicado) que estas famílias, na terça e na quarta-feira, resolveram o problema depois de meses sem televisão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, pá!

O Orador: Acontece que o problema das seis famílias está resolvido e devo dizer, da minha parte, que peço desculpa à câmara de a ter induzido em erro. Não tinha notícia desta atualização, dos últimos dois dias.

Foram vários meses sem televisão e a situação já está resolvida. Não há nenhuma família no Grupo Ocidental...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): O senhor tinha a obrigação de estar informado!

O Orador: ... sem acesso à televisão.

Como esta é a verdade, aqui a deixo.

Reitero as minhas desculpas a esta câmara por ter dado uma informação que se desatualizou nos últimos dois dias.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decorrer deste debate verificámos que o BE não encontrou uma forma de explicar como é que é possível pôr em prática a sua proposta.

Além disso, o Bloco de Esquerda apresenta-se neste debate como sendo o defensor das Ilhas do Grupo Ocidental, das Flores e do Corvo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é que o incomoda! E não há *feelings*?

Esta casa é de todos os açorianos?

O Orador: Não. O que incomoda, Sra. Deputada, é que os outros quando se preocupam, preocupam-se a tempo de resolver os problemas, enquanto que o Bloco de Esquerda prefere chegar aqui, fazer de conta que é o único partido que se preocupa com as ilhas do Grupo Ocidental, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Fizemos isso!

O Orador: ... quando sabe que não é possível, neste momento, voltar a ligar o sinal analógico.

Outros partidos fizeram diferente. O PSD, no início do ano, logo em janeiro, levantou o problema, e o Governo, em boa hora, procurou resolver da melhor forma possível.

Estamos aqui de forma diferente. Queremos ajudar enquanto é tempo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não queremos fazer de conta que queremos ajudar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem-se visto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:
Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Anteprojeto de Lei n.º 3/2012 – Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Com a vossa licença, vou dispensar-me de ler a cronologia de todos os decretos que foram sendo sucessivamente alterados, e que foi apresentada por todos os grupos e representações parlamentares.

Creio que posso colocar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão imediatamente à votação. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Com certeza. É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 30 minutos.

Até já.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com o **Anteprojeto de Lei 3/2012 - Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, e n.º 5/2006, de 31 de agosto.**

Eram 18 horas e 41 minutos.

Permitam-me que, antes, registre e assinale o consenso unânime com que rapidamente todos os grupos e representações parlamentares desta Assembleia chegaram, prescindindo certamente de alguma coisa, em nome desse consenso maior, para reforçar, política e juridicamente, o Anteprojeto de Lei que terá de ser analisado na Assembleia da República e que visa corrigir um problema que não foi por nós criado, que não resulta da nossa Lei Eleitoral, mas sim da Lei do Recenseamento Eleitoral.

Com isto far-se-á justiça, far-se-á uma homenagem à verdade dos números e à nossa realidade populacional.

Creio que momentos destes são altamente reveladores de muita maturidade democrática por parte dos grupos e representações parlamentares desta Assembleia. É justo assinalar e eu faço questão de assinalar.

Vamos iniciar o debate acerca deste Anteprojeto de Lei. Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Lembro apenas que cada grupo e representação parlamentar, e o Governo, terá 12 minutos, por igual,

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero reiterar e subscrever as palavras que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de pronunciar sobre este assunto. Subscrevo na íntegra.

Numa breve intervenção, vou apenas referenciar três factos:

O primeiro é que, no âmbito deste processo, os partidos que têm essa prerrogativa e essa competência resolveram, de forma exemplar, a situação criada.

Como o Sr. Presidente referenciou, e muito bem, esta situação não era previsível, de acordo com aquela que era a evolução demográfica da população dos Açores.

Lembro que, em 2008, tínhamos, nos Açores, 190 mil eleitores. Um ano depois, passa para 223 mil, ou seja, um aumento de 33 mil eleitores num só ano.

De 2009 para 2010, surpreendentemente, sem nenhuma explicação do ponto de vista demográfico, o número de eleitores baixou em 5000, para, no ano seguinte, aumentar quase 3000.

Temos aqui, claramente, um sistema de recenseamento eleitoral que é altamente instável e pode provocar graves problemas ao nosso sistema eleitoral, uma vez que o nosso sistema eleitoral está indexado ao crescimento ou à diminuição do número de eleitores.

É claro que esta instabilidade teria um efeito prático nas eleições de outubro de 2012. Esse efeito prático seria o crescimento do número de deputados na Região (mais 4 deputados por São Miguel, um pela Terceira, um pelo Faial e outro pelo Pico).

Estamos a falar de uma alteração muito significativa do número de deputados, que nada tem a ver com o crescimento real da população nos Açores. Nesse sentido, não correspondia ao espírito da Lei e não correspondia à verdade dos factos.

Assim, surgiu a preocupação da cidadania e os partidos demonstraram, neste momento, que também partilham e souberam ouvir a população.

Portanto, encontrámos uma solução técnica e política para resolver esta questão. Tive oportunidade de apresentar, no dia 6 de setembro, uma anteproposta neste sentido. Também tivemos a contribuição de vários partidos, no âmbito desta matéria, que apresentaram outros posicionamentos, mas tinham o mesmo objetivo, que era garantir duas coisas: não aumentar o número de deputados e garantir que a sua distribuição por ilha não era afetada. Os açorianos continuariam a eleger 19 deputados por São Miguel, 10 deputados pela Terceira, 4 deputados pelo Faial, e assim sucessivamente.

Considero que a solução encontrada resolve essa questão e atribuo o mérito a todos, a toda a cidadania açoriana que se preocupou com esta questão, muito legitimamente, e aos partidos políticos que, responsabilmente, conseguiram encontrar uma solução em conjunto.

É isto que tenho a dizer. Obviamente, considero que este é um ato importante e um reforço ao exercício democrático das nossas funções. É um reforço à vida democrática nos Açores.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Entretanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, desejo endereçar saudações à Sra. Secretária Regional da Economia, que hoje foi empossada perante nós, e também queria saudar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pelo seu regresso a este Parlamento, agora na condição de deputado.

Sublinho, nesta circunstância, as palavras de V. Exa., Sr. Presidente, no início deste debate.

Creio que estamos hoje, neste Parlamento e diante dos açorianos, a dar um sinal e uma prova de maturidade democrática. Estamos a dizer aos açorianos que podem confiar nos deputados que elegeram, que têm um mandato a cumprir perante o povo açoriano e um mandato a desempenhar nesta Casa Parlamentar.

Fomos surpreendidos pelos resultados do último recenseamento eleitoral, de dezembro de 2011, que revelou um crescimento exponencial do número de eleitores nos Açores, também fruto de um conjunto de alterações dos procedimentos quanto ao recenseamento eleitoral.

Esse recenseamento faz prever que haja uma alteração na composição deste Parlamento, por um acréscimo do número de mandatos dos deputados, a atribuir em eleições, dos atuais 57 para 64 deputados.

Para o PSD não é aceitável, nem encontra qualquer justificação, o crescimento do número de deputados deste Parlamento. Dizemos hoje, como o dizemos para o futuro.

Na nossa opinião, há uma necessidade de, no futuro, procedermos à revisão da Lei Eleitoral dos Açores, de forma a encontrarmos novas soluções consensuais,

novos equilíbrios e também diminuirmos o número de deputados deste Parlamento.

Isto está dito pelo Partido Social Democrata. Ficou escrito na moção de estratégia global da Dra. Berta Cabral, que foi a sufrágio perante todos os militantes do PSD, e foi confirmado pelo Congresso do Partido Social Democrata, realizado no passado fim-de-semana.

Mas este é um pressuposto para o futuro, um pressuposto para o momento após as próximas eleições legislativas, porque, hoje, o que temos que tratar é do momento atual e do que se pode vir a passar até à realização das eleições.

Aqui não há nenhuma dúvida: o PSD apresentou uma iniciativa legislativa no sentido de travar este aumento de deputados, tal como fez também o Partido Popular Monárquico que, aliás, foi o primeiro a apresentar a sua iniciativa.

Tínhamos esta preocupação: não permitir o aumento do número de deputados num ano eleitoral, num ano de especiais dificuldades para os açorianos e para os portugueses e numa circunstância em que o aumento do número de deputados não encontra qualquer justificação.

Com estes pressupostos, também a Presidente do PSD disse, publicamente, que gostava que este processo obtivesse no Parlamento o maior consenso possível. Este consenso é também desejado e protagonizado pelos partidos com assento parlamentar.

Creio que hoje podemos dizer, com certeza e com serenidade, que conseguimos alcançar este consenso, porque o sistema eleitoral é essencial para o funcionamento do sistema político, para o funcionamento da democracia representativa.

O sistema eleitoral exerce influência fundamental na construção de uma maioria parlamentar, na formação de um Governo e exerce também influência - naturalmente, porque permite a eleição de deputados - no controlo democrático e parlamentar da atividade do executivo.

É verdade que sabemos todos que, apesar desta influência que o sistema eleitoral exerce no sistema político, ele não resolve os problemas do funcionamento do sistema político, nem sequer faz com que o governo, que

resulta da eleição democrática, seja um bom governo, porque isso depende da atuação do próprio governo. Mas, sem um bom sistema eleitoral, a legitimidade política e de quem governa pode fracassar.

O PSD empenhou-se na procura deste consenso, aliás como todos os partidos com assento parlamentar o fizeram, temos que o dizer. E foi por isso mesmo que fomos capazes de apresentar esta iniciativa legislativa que, sendo aprovada, irá ser remetida à Assembleia da República para discussão e aprovação, com urgência.

Mas, interessa, também aqui, sublinhar uma circunstância: num ano de eleições, em que por tradição política e por dever de cuidado não se alteram leis eleitorais, todos os partidos dos Açores aceitaram fazer uma revisão extraordinária, excecional e circunscrita da Lei Eleitoral, justamente para permitir colocar um travão ao previsível aumento do número de deputados, no nosso Parlamento, em resultado do recenseamento eleitoral que os órgãos de Governo próprio dos Açores não controlam, porque resulta de legislação nacional.

Fizemo-lo, aceitando rever a Lei Eleitoral como estamos aqui a fazer, de um modo cirúrgico, circunscrito e limitado.

O que hoje temos que dizer com clareza, para que fique registado neste debate, é que desejamos que, na Assembleia da República, a alteração da Lei Eleitoral dos Açores esteja circunscrita às matérias objeto de iniciativa do Parlamento açoriano. Essa é uma questão essencial.

É com este espírito que fazemos esta revisão, porque só este espírito serve os propósitos que procurámos traduzir na iniciativa legislativa que apresentámos.

Por outro lado, é preciso dizer que também quisemos fazer uma alteração do sistema eleitoral que não modificasse nada, nenhuma regra fundamental no seu funcionamento, assegurando que a representação territorial das ilhas se mantém, assegurando a proporcionalidade global do nosso sistema eleitoral, como prescreve o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, e mantendo, também, o mecanismo consagrado pelo círculo de compensação que resultou da última

revisão eleitoral da Lei Eleitoral, efetuada no nosso Parlamento e depois na Assembleia da República.

Não quisemos fazer nenhuma outra alteração, para além daquela que está inscrita na proposta que foi apresentada, em nome de um princípio de lealdade para com os eleitores, de estabilidade do sistema eleitoral e da sua previsibilidade, tendo em consideração que este é um ano de eleições e que em outubro deste ano os açorianos se vão pronunciar para escolherem os seus deputados e permitirem a formação de uma nova maioria parlamentar no Parlamento dos Açores.

Por tudo isto, esta alteração serve o objetivo de limitar o crescimento do número de mandatos a atribuir, mantendo as características essenciais do nosso sistema eleitoral.

Esta alteração tem um carácter temporalmente bem demarcado. Ela destina-se apenas a vigorar para as eleições de outubro próximo e eleger deputados para a X Legislatura.

A norma de caducidade que esta iniciativa contém reflete exatamente este pressuposto, o que significa, também, que todos os partidos com assento neste Parlamento, que a subscrevem, assumem um claro compromisso político para o futuro: o da revisão do sistema eleitoral dos Açores na próxima legislatura.

Por parte do Partido Social Democrata queremos dizer, com toda a clareza, que esse compromisso é para valer e que o vamos fazer cumprir, em diálogo, procurando o consenso possível, o consenso desejável, de forma a obtermos a maioria possível para alterarmos a Lei Eleitoral dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sabemos que é preciso uma maioria de dois terços, porque o escrevemos prudentemente, e bem, no nosso Estatuto, mas tentaremos alcançar, pela parte que nos toca, o maior consenso possível para revermos o sistema eleitoral no futuro. Este é o compromisso político que os partidos que subscrevem esta iniciativa assumem, ao inscrevem uma norma de caducidade relativamente à solução...

Deputado José San-Bento (PS): Pode ser que para a Presidente do PSD isso fique mais fácil!

O Orador: ... que vigorará apenas para as próximas eleições legislativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por fim, estamos confiantes que este processo decorrerá com celeridade na Assembleia da República, para que, em tempo útil, esta lei seja promulgada, entre em vigor e que as eleições de outubro se possam realizar de acordo com as regras que hoje aprovamos e que serão, também, discutidas e aprovadas na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda congratula-se pela solução de compromisso e de consenso a que os partidos representados nesta casa chegaram e também pelo concurso que todos eles deram para este desiderato.

Penso que todos/as estaremos conscientes, apesar do momento, que é de felicitação para todos nós, de que a solução agora encontrada poderá não ser a solução última e que, em última análise (esperemos que não!), possamos vir a ficar com o problema outra vez em mãos.

O nosso contributo com esta ou outra solução, que concorra para o mesmo objetivo, será sempre facultado, desde que se mantenha a lógica que presidiu à elaboração da atual Lei Eleitoral dos Açores, e tem por base a aproximação dos eleitos/as da vontade popular e da proporcionalidade entre os votos e os eleitos/as.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Por isso, não contem connosco para soluções que, bebendo num populismo serôdio, ponham em causa a democracia e, além de pôr em causa a democracia, ponham em causa também a representatividade dos votos e o façam de uma penada, por via administrativa.

Posto isto, uma pergunta, aqui e agora, se impõe:

Quem é que criou este problema?

Há que responder de forma muito clara:

Quem criou este problema foi a incompetência de sucessivos Ministros da Administração Interna, incluindo o atual, os quais não cumpriram o que está estipulado na Lei, ou seja, não garantiram a atualização permanente dos cadernos eleitorais, problema este, Sras. e Srs. Deputados, que, como todos/as sabemos, não se confina só aos Açores, mas antes é um problema geral do Estado, que subverte a vontade dos eleitores/as e, no limite, subverte a própria democracia.

De facto, desde a última atualização dos cadernos eleitorais, há estudiosos da matéria que falam em cerca de 1 milhão a mais de eleitores, relativamente ao que deveria existir no nosso país.

No caso concreto dos Açores, permitam-me um simples exemplo:

De acordo com censos de 2011, a estruturação etária entre os 0-14 anos, na população açoriana, era de 17,9%. Reparem bem: 0-14 anos (não estou a incluir os 15, nem os 16, nem os 17), 17,9%.

Em dezembro do mesmo ano, segundo dados da base de dados do recenseamento eleitoral, para a Ilha de São Miguel – falo na ilha de São Miguel, porque é a mais paradigmática para este assunto – haveria, de acordo com esta base de dados, 123 mil, 268 recenseados.

De acordo também com censos do mesmo ano, de 2011, na mesma ilha, na Ilha de São Miguel, a população residente era de 137 mil, 830 pessoas, ou seja, existiria uma diferença de 11% entre os recenseados e os residentes.

Mas reparem: como é que é possível que exista na estruturação etária entre os 0-14 anos, uma percentagem de 17,9% a nível de toda a região?

Esta situação é absolutamente surreal!

Mas as incongruências não se ficam por aqui, por este exemplo. Já nos confrontámos até com elas nas últimas eleições regionais, em 2008, e permitam-me também, Sras. e Srs. Deputados, que vos dê um exemplo disto mesmo:

Os cadernos eleitorais publicados para as nossas eleições regionais de 2008, pela Comissão Nacional de Eleições, diziam – continuamos na mesma ilha, na Ilha de São Miguel – que a Ilha de São Miguel tinha 102 mil, 917 recenseados, ou seja, menos de 103 mil, pelo que elegeria 19 deputados: dois do contingente, mais 17.

Mas na própria noite das eleições, na página oficial da Comissão Nacional de Eleições, e nos resultados oficiais da CNE, os inscritos/recenseados, na Ilha de São Miguel, já não são 102 mil, 917, mas constam oficialmente 103 mil, 532.

O que é que isto quer dizer, Sras. e Srs. Deputados? Quer dizer que São Miguel teria eleito, em 2008, 20 deputados e não 19 deputados. Esta é outra situação absolutamente *sui generis*.

Ou seja, para concluirmos de uma e outra: a incompetência já não é só incompetência e incongruências, já não é só o resultado do Cartão de Eleitor, já não é só o resultado da falta de limpeza dos cadernos eleitorais, mas permitam-me uma conclusão óbvia:

A incompetência também invadiu a própria Comissão Nacional de Eleições.

Qual é o resultado?

O resultado é que alguém (ou muitos) errou, e este erro, em 2008, alterou o quadro parlamentar desta Casa. Desta situação também temos que tirar conclusões.

Sras. e Srs. Deputados, isto não é um problema de números, para o Bloco de Esquerda. É, sim, um problema de Democracia.

Legítimo será perguntar: afinal o que é que vale? O que a Comissão Nacional de Eleições diz antes das eleições, ou aquilo que publica no próprio dia das eleições.

Deputado Hernâni Jorge (PS): 35 dias após das eleições!

A Oradora: Uma conclusão se impõe: a incompetência do Ministério da Administração Interna, juntamente com a incompetência da Comissão Nacional de Eleições, estão, sim senhor, a subverter a democracia na Região Autónoma dos Açores. Esta situação, para o Bloco de Esquerda, tem de acabar.

Por isso, o nosso Grupo Parlamentar considera estar na hora de olharmos para este problema de forma atenta e séria, depois de evidentemente sanarmos, momentaneamente, a situação que neste preciso momento suscita a nossa preocupação e a nossa mobilização para a sua solução.

Este Parlamento tem, inevitavelmente, que se debruçar sobre a situação *sui generis*, surreal e antidemocrática a que a situação dos nossos cadernos eleitorais conduz, obrigando o Governo da República, na prática, e na lei, a obviar a situações desta gravidade.

Será esta, Sras. e Srs. Deputados, e para o Bloco de Esquerda, a única forma de evitarmos que ela, a Democracia, seja o pretexto para que o populismo serôdio, mais serôdio que existe, a ataque, a ponha em causa, a subverta para seu interesse próprio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer, em primeiro lugar, congratular-se pelo entendimento que foi conseguido à volta de uma questão que foi levantada e que, em nossa opinião, não reside na Lei Eleitoral, mas reside, sim, numa situação anómala, que tem a ver com os cadernos eleitorais, sobre os quais já aqui foram explanadas algumas dúvidas e algumas questões e eu vou abster-me de pronunciar sobre isso.

De facto, aquilo que temos nos Açores é uma Lei Eleitoral que, não sendo certamente perfeita, é uma boa Lei Eleitoral. É fruto da construção de um conjunto de partidos políticos que, a partir do início da década de 2000, começou a trabalhar nela e conseguiu-se uma Lei Eleitoral que, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, é uma boa lei (não será perfeita!), que garante e sustenta 3 pilares que são fundamentais. Desde logo, a representatividade de cada um dos círculos eleitorais, a proporcionalidade, ainda que ela não seja de todo perfeita, e também a pluralidade.

O problema com o qual nos defrontámos não foi um problema que decorresse da Lei Eleitoral, mas foi de uma situação anómala.

Conseguimos, em conjunto – e para isso, com certeza, contribuímos todos – encontrar uma solução, circunscrita, como disse o Deputado Pedro Gomes, e que tem uma vigência, que é a instalação da próxima Legislatura. Apenas isso!

Qualquer interpretação, como foi feita já aqui, de que este entendimento tem subjacente, tem associado, uma revisão da Lei Eleitoral, é abusiva.

Por parte da Representação Parlamentar do PCP, quando subscreveu, isso não estava em cima da mesa, não foi considerado. Consideramos que não há necessidade de o fazer, pelo seguinte (alguns motivos já foram expostos aqui pela Deputada Zuraída Soares, mas queria chamar a atenção para o seguinte):

A nossa Lei Eleitoral prevê o crescimento efetivo do número de deputados, mas também prevê a diminuição.

Aquilo que nos aconteceu foi a previsão de aumento, em função do crescimento do número de eleitores, que, como todos já percebemos, não corresponde à realidade, mas também prevê a diminuição.

Portanto, a lei, não sendo perfeita, também prevê isto?

O que se trata aqui é da Democracia representativa e a solução que foi encontrada por esta câmara (estava eu ainda muito distante daqui ter entrado), parece-me uma boa solução e deve perdurar durante mais algum tempo.

Não é uma lei que possa ser apenas para um determinado período.

Eu percebo a necessidade do PSD, através do Deputado Pedro Gomes, afirmar aquilo que afirmou, mas, Sr. Deputado Pedro Gomes, a interpretação que V. Exa. fez do facto de termos subscrito aquela lei e ter a norma da periodicidade, é, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, abusiva.

Na opinião da Representação Parlamentar do PCP isso nunca esteve associado ao processo de encontro de uma solução para resolvermos um determinado problema. Na opinião da Representação Parlamentar do PCP, a Lei Eleitoral, depois da instalação da próxima Legislatura, deve manter-se como está.

O problema não reside, como todos percebemos, na lei. O problema reside num outro patamar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Se se mantiver como está, aumenta o número de Deputados!

O **Orador:** Sr. Deputado Pedro Gomes, percebo que tinha necessidade de fazer essa afirmação, mas julgo que ela é abusiva e a Representação Parlamentar do PCP não se revê, de todo, nela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, saúdo o seu regresso a essa bancada, onde já tivemos calorosos e interessantes debates. Com certeza continuaremos a ter no futuro. Desejo-lhe também as maiores felicidades e sucesso no desempenho do nobre cargo que agora volta a ocupar.

Julgo que hoje devia ser um dia de festa para esta Casa, devido ao consenso que aqui chegámos.

Quero aqui dizer que o consenso que se alcançou no Parlamento não resulta de vontade de nenhum líder. O consenso a que chegámos resulta do entendimento (que eu sabia ser possível e devo aqui elogiar) de todos os líderes parlamentares, sem exceção, que conseguiram despir-se das vestes partidárias e dignificaram esta Casa apresentando uma proposta que visa aumentar o número de deputados na Região Autónoma dos Açores.

Foi esse objetivo que nos uniu e era esse objetivo que era preciso alcançar, respeitando as propostas e considerando todas as propostas que alguns dos partidos, aqui representados, fizeram. Nós não fizemos com o entendimento que chegaríamos a um consenso. Estamos todos muito satisfeitos por isso.

Está a Região Autónoma de parabéns por isso e, sobretudo, está esta Casa, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que vai enviar para a Assembleia da República um projeto da nossa Casa, que será naturalmente mais respeitado e impedirá alguns ímpetos que possam acontecer nessa matéria.

Nenhum partido aqui representado, ou fora desta Casa, queria o aumento do número de Deputados. Foi isso que fizemos. Não recebemos lições de ninguém, nem de *blogs*, nem de outras plataformas eletrónicas que existam.

Os Deputados desta Casa são responsáveis, defendem a Democracia, a pluralidade e este sistema eleitoral funcionou e funciona muito bem.

É essa a nossa missão hoje: defender este sistema eleitoral.

De futuro, o povo decidirá quem quer que decida sobre o novo sistema eleitoral. Não nos deve preocupar minimamente essa questão.

Há uma nova assembleia, a partir de outubro, onde estarão cá estes ou outros protagonistas, com toda a legitimidade, para se pronunciarem sobre este assunto.

O que não era admissível era esta Casa deixar aumentar o número de deputados, não por nossa vontade, sublinho, mas por uma questão de recenseamento eleitoral indexada ao Cartão de Cidadão. Esse mecanismo precisa de ser muito aperfeiçoado, de modo a evitar que, quem resida fora do país ou da Região, seja eleitor ativo. Esse é o grande desígnio, presumo, que a Comissão Nacional de Eleições ou da Administração Interna terão a fazer.

Não se trata, hoje, aqui, de discutir a competência ou incompetência de alguém. Trata-se, de protegermos os interesses dos Açores e de Portugal.

Julgo que a solução que se encontrou aqui, hoje, de todos os partidos e grupo parlamentares colocarem acima dos seus interesses o interesse público, é a lição que deve sair para aqueles que não acreditavam que fôssemos capazes de resolver esse assunto.

Primeiro, nunca tive dúvidas que conseguiríamos. Segundo, nunca tive dúvidas que o interesse público se sobreporia a vaidades partidárias e de liderança e que esta Casa saberia dar o exemplo, como muito bem deu hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não posso deixar de começar por registar o agrado pelo consenso que foi gerado de todos os partidos do Parlamento açoriano sobre esta matéria.

Este problema, como se sabe, está devidamente identificado e decorre não da nossa Lei Eleitoral, mas sim, como já foi aqui dito e muito bem, de uma subversão daquilo que é a operacionalização, digamos assim, da atual Lei do Recenseamento Eleitoral.

Quando surgiu esta questão, desde logo, afirmámos que seria importante, tendo em conta a atualidade, a conjuntura e garantindo o respeito pelos princípios de representatividade e de proporcionalidade dos quais jamais abdicaremos, não haver qualquer tipo de aumento de deputados no Parlamento açoriano e que o atual número de deputados (57 deputados) responderia da melhor forma àquelas que são as exigências e a importância que tem o trabalho parlamentar.

Não nos movimentamos, nem fazemos atividade política, em busca da camisola amarela, nem da bandeirinha do protagonismo e dos louros de uma ou de outra iniciativa.

Quando surgiu esta questão, entendemos realizar uma série de contatos com vários partidos, na perspetiva de ser possível conseguir um consenso alargado e, só depois desse consenso promovido por vários partidos, entregar no Parlamento uma proposta que conseguisse congregar não só à ideia do número mais alargado possível de partidos, mas também o cumprimento daqueles que são os interesses que julgamos pertinentes e fundamentais sobre esta matéria.

Entendemos que esta proposta deveria entrar ontem, depois de todos termos acordado os pressupostos desta Anteproposta de Lei. Não quisemos forçar qualquer tipo de entrada de proposta, numa sexta-feira à meia-noite, para que pudesse, dessa forma, dar sustentabilidade a afirmações, em busca da tal camisola amarela, no Congresso desse mesmo fim-de-semana.

Deputado João Costa (PSD): Que dorzinha de cotovelo!

O Orador: Julgo que é fundamental, em busca deste consenso...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso dispensava-se! É deselegante!

O Orador: ... e também naquilo que decorre das afirmações feitas pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, com as quais concordo quase na totalidade.

Não poderia deixar de referir que entendemos, depois dos contatos elaborados com os vários partidos e de nos sentarmos à mesa a conversar e a promover um consenso entre todos, dar entrada de uma proposta que cumprisse a vontade e os interesses de todos os partidos representados nesta Casa. Não posso deixar de referir e de saudar a postura e o papel de todos os líderes parlamentares com assento neste Parlamento.

Deputado João Costa (PSD): Um livro socialista!

O Orador: Não posso deixar de dizer também, porque essa é uma obrigação nossa, enquanto agentes do sistema político, de continuar a fazer pedagogia contra a demagogia e o levantamento popular que se gerou em torno desta matéria.

Não tenho qualquer tipo de dúvida que a atividade política é a melhor forma e o melhor instrumento para continuarmos a desenvolver a nossa terra.

O nosso sistema eleitoral e a nossa Lei Eleitoral têm tido uma evolução importante que, hoje, dá uma resposta adequada àquelas que são as características e as especificidades da nossa Região.

Felizmente, hoje, também devido a esse quadro legal, temos um Parlamento muito plural. Ainda bem que assim é!

Espero e acredito que, depois das próximas eleições, em outubro de 2012, continuemos a ter um Parlamento com esta pluralidade, porque isso enriquece o debate político e a nossa democracia regional.

Temos, por isso, que continuar a trabalhar em nome da defesa da dignificação da atividade política e contra a demagogia e o populismo barato que facilmente é feito em torno desta matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para terminar, julgo que a proposta que é agora trazida e que vai a votação responde da melhor forma. É uma resposta conjuntural ao problema já identificado, que decorre da subversão, como já disse, da interpretação e do cumprimento até da Lei de Recenseamento Eleitoral.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste Anteprojeto de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Este Anteprojeto de Lei tem quatro artigos, do artigo 1º ao artigo 4º, nenhum deles objeto de alteração. Creio que posso colocá-los à votação em bloco. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: É um prazer, embora raro, aqui em cima, bater palmas.

Temos que fazer mais uma votação, Sras. e Srs. Deputados.

Conforme consta do requerimento, vamos pedir (é proposto que peçamos) à Assembleia da República, ao abrigo de uma previsão, quer do nosso Estatuto Político Administrativo, nº 2 do artigo 36º, quer do artigo 160º, nº 2, da Constituição, a declaração de urgência de processamento da Proposta de Lei na Assembleia da República.

Creio que é fundamental e isto deve ser votado autonomamente.

Vou colocar este requerimento à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O requerimento apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada. Regressamos às 19 horas e 40 minutos.

Peço, desculpa, o Grupo Parlamentar do BE, já solicitou um intervalo hoje.

Creio que podíamos dar um avanço razoável na nossa ordem de trabalhos se fizéssemos um esforço.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, se a Sra. Deputada Zuraida Soares precisa de 15 minutos para descansar, eu peço 15 minutos de intervalo. Precisamos todos.

Presidente: Então regressamos às 19 horas e 40 minutos. Até já.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pedia-vos que desviassem os olhos de algumas plataformas eletrónicas, como diz o Sr. Deputado Artur Lima, e vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 46 minutos.

O ponto da Agenda que se segue é o **7 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 20/2012 – “prorrogação do prazo para a apresentação do relatório por parte do grupo de trabalho encarregue de elaborar um estudo circunstanciado definindo o conceito de serviço público de audiovisual otimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Creio que todos percebem a razão da urgência. É que o Grupo de Trabalho termina o seu prazo de vigência no fim deste mês.

Creio que posso pôr à votação este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à substância: **Projeto de Resolução n.º 20/2012 – “prorrogação do prazo para a apresentação do relatório por parte do grupo de trabalho encarregue de elaborar um estudo circunstanciado definindo o conceito de serviço público de audiovisual otimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Creio não haver intervenções. Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional 7/2012 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março - Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à substância: **Projeto de Decreto Legislativo Regional 7/2012 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março - Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.**

Não sei se o PS quer fazer uma ligeira apresentação.

Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da aprovação do diploma sobre o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovámos uma

proposta do Bloco de Esquerda, que não está devidamente enquadrada no espírito do diploma, que visava a centralização da definição da capacidade máxima e atribuição das classificações dos empreendimentos turísticos numa única entidade.

Portanto, é incompatível a proposta apresentada para o artigo 22º do diploma, pelo que agora visamos revogar esta proposta que foi feita na altura.

Pela proposta que o Bloco de Esquerda hoje traz, dá-me a entender que o Bloco de Esquerda mantém a sua proposta e enquadra-a no artigo 21º, como devia ser, para ficar devidamente enquadrada.

Todavia, houve outras propostas do Bloco de Esquerda que na altura também não foram aprovadas, como a das coimas, que dava a outras entidades a possibilidade de aplicação dessas coimas. Hoje já não existem no próprio diploma.

Julgo que ao aprovarmos a alteração do Bloco de Esquerda levaria a outras incongruências no futuro acerca da própria proposta.

Portanto, em resumo, entendemos que nos Açores deve haver só uma entidade a definir a classificação das unidades hoteleiras, em qualquer que seja a sua dimensão.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar a nossa proposta, também de alteração que, no fundo, reconfirma o espírito com que da primeira vez fizemos outra proposta de alteração, no fundo, no sentido de garantir uma gestão partilhada dos empreendimentos turísticos, deixando os grandes empreendimentos para a administração regional, e para as autarquias a gestão dos parques de campismo, do turismo rural e do turismos de natureza, entre outros, o que aliás acontece, por exemplo, na República, na adaptação do diploma.

No fundo, é conservar esse espírito que nos parece correto e que também é, digamos, reconhecido pela AMRAA, no parecer que então deu à proposta do Partido Socialista.

Apenas isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo, passamos à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o projeto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Artigo 1º. Vamos votar, naturalmente, em primeiro lugar, a alteração proposta pelo BE, e que foi entretanto explicada pela Sra. Deputada Zuraida Soares e também referida pelo Sr. Deputado José Rego.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 1º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vou colocar à votação, em conjunto, os artigos 2º e 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos apresentados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 15 votos favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução nº 21/2012 - Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de IRC, apresentado por todos os grupos e representações parlamentares, por isso mesmo coloco-o de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no **Projeto de Resolução nº 21/2012 - Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de IRC.**

Creio não existirem intervenções. Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um **pedido de autorização para constituição como arguidos e conseqüente interrogatório nessa qualidade, dos Deputados António Lima Cardoso Ventura e Artur Manuel Leal de Lima no âmbito do processo de inquérito 565/11. 1TAAGH, que corre termos no Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

A CAPAT ouviu naturalmente os Srs. Deputados. Ambos concordam em ser ouvidos e afirmaram que não tem a ver com o exercício das suas funções de deputado.

Assim sendo, o parecer da CAPAT é no sentido de ambas as audições serem autorizadas.

Eu coloco, com a permissão da câmara, os relatórios da CAPAT para as suas audições, à votação, no sentido dos Srs. Deputados serem ouvidos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: Os relatórios foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 15 votos favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Proponho à vossa consideração a seguinte **Proposta de Deliberação:**

A Mesa da Assembleia Legislativa propõe aos Srs. Deputados que se declare findo o período legislativo de abril de 2012.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o nosso período legislativo.

Muito obrigado. Bom regresso às vossas casas.

Até sempre. Boa noite.

Eram 19 horas e 54 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias Pavão

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(*) Texto não revisto pelo orador

Listagem da correspondência:

1 –Anteprojeto de Lei:

Assunto: Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto e, n.º 5/2006, de 31 de agosto) – n.º 3/2012

Autores: Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE, e pelas Representações Parlamentares PCP e PPM

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de IRC - n.º 21/2012](#)

Autores: [Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM](#)

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Anteprojeto de Lei – “Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto e, n.º 5/2006, de 31 de agosto)” – n.º 3/2012

Autores: Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP, BE, e pelas Representações Parlamentares do PCP e PPM

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução – “Aplicação da redução fiscal à Região Autónoma dos Açores ao agravamento às taxas de tributação autónoma em sede de IRC” - n.º 21/2012

Autores: Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS/PP e BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar que seja retirada a Anteproposta de Lei n.º 1/2012 – “Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”

Autor: Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico - PPM

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar que seja retirada a Anteposta de Lei n.º 2/2012 – “Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Autor: Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2012 – 04 – 18.

4 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, na qualidade de arguido, nos autos de Inquérito \(Atos Jurisdicionais\) n.º 565/11.1TAAGH, que correm termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 04 – 19;

Assunto: [Artur Manuel Leal de Lima prestar depoimento, na qualidade de arguido, nos autos de Inquérito \(Atos Jurisdicionais\) n.º 565/11.1TAAGH, que correm termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2012 – 04 – 19.

5 – Diários:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário n.º 126.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco